



D I A R I O

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

Belarmino Henriques Correia

Alberto Monteiro de Araújo

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas e foram aprovados um relatório e parecer e seis pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos, o primeiro sobre substituição de Deputados do PS e do PCP, cinco concedendo autorização a igual número de Deputados para deporem em tribunal e um último derrogando-a a um outro.

O Sr. Presidente homenageou a memória da Sr.ª Secretária de Estado do Comércio Interno, Dr.ª Teresa Ricou, no que foi secundado pelos Srs. Deputados Jaime Gama (PS), Narana Coissac (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Macário Correia (PSD), Raul Castro e Mário Tomé (Indep.) e ainda pelo Sr. Ministro Adjunto (Marques Mendes), após o que a Câmara aprovou o voto de pesar n.º 13/VI e guardou um minuto de silêncio.

Na abertura do debate da interpelação n.º 3/VI (PCP) — Debate sobre política geral centrado nas responsabilidades do Governo e da administração central no que respeita às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e à contribuição para a resolução dos graves problemas que afectam as suas populações, interviveram o Sr. Deputado Daniel Branco (PCP) e o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira), seguindo-se-lhes no uso da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração

do Território e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Ferreira do Amaral) e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Jorge Augusto Pires), os Srs. Deputados Macário Correia e João Matos (PSD), Octávio Teixeira e Daniel Branco (PCP), António Costa (PS), José Manuel Maia (PCP), André Martins (Os Verdes), Manuel Queiró (CDS), Jorge Sampaio (PS), Manuel Castro Almeida e Falcão e Cunha (PSD), Mário Tomé (Indep.), João Amaral (PCP), José Lello e Leonor Coutinho (PS), Raul Castro (Indep.), Luís Sá (PCP), Manuel Moreira (PSD), Apolónia Teixeira (PCP) e Pedro Roseta (PSD).

A encerrar o debate, interviveram o Sr. Deputado João Amaro (PCP) e o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

Entretanto, foram aprovados o projecto de resolução n.º 10/VI (PSD) — Constituição de uma Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento, e os projectos de deliberação n.os 9/VI (PS) e 21/VI (PSD), sobre a elaboração de uma história do Parlamento Português desde 1820 até hoje e criação de uma comissão eventual com o objectivo de estudar as respectivas condições, e rejeitado o projecto de resolução n.º 9/VI (PS) — Criação de uma Comissão Eventual da Reforma Parlamentar.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Américo de Sequeira.
Adérito Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Américo de Sequeira.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António Maria Pereira.
António Paulo Coelho.
António Santos Pires Afonso.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Armando Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Corrcia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Miguel de Oliveira.
Carlos Oliveira da Silva.
Cecília Pita Catarino.
Cipriano Rodrigues Martins.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Eduardo Pereira da Silva.
Elói Franklin Ribciro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Francisco Fernandes Martins.
Guido Orlando Rodrigues.
Isilda Maria Pires Martins.
João Alberto Granja Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João de Oliveira Martins.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.

João José Pereira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Alberto Puig Costa.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José António Peixoto Lima.
José Augusto Silva Marques.
José Bernardo Falcão Cunha.
José Borregana Meireles.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribciro.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manuel Simões Marques.
Maria da Conceição Pereira.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria Leonor Belcza.
Maria Luísa Ferreira.
Marília Dulce Pires Morgado.
Mário de Oliveira Santos.
Melchior Pereira Moreira.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Manuel Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Simão José Ricon Peres.
Vasco Francisco Miguel.
Virgílio de Carnéiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
Alberto Bernandes Costa.
Alberto de Sousa Martins.
Alberto Manuel Avelino.
Américo Albino Saltciro.

Ana Maria Bettencourt.
 António Alves Martinho.
 António da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Penedos.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Gomes Ká.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Menezes Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Jorge Fernando Sampaio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel da Silva Lemos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Manuel Alcgre Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Celeste Silva Correia.
 Maria Julieta Sampaio.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Machado Ávila.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 João Gonçalves do Amaral.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Carlos Martins Peixoto.
 Luís Manuel Viana de Sá.

Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 João Paulo Moraes Gomes.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

Mário Batista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de resolução n.º 12/VI — Alteração ao Regimento da Assembleia da República (PSN); 13/VI — Alterações ao quadro de pessoal da Assembleia da República (Presidente da Assembleia da República), bem como uma proposta de alteração a este mesmo projecto apresentada pelos restantes membros da Mesa, e 22/VI — Criação de uma Comissão Eventual para a Reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República (PS), tendo baixado todos à 1.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de Deputados.

O Sr. Secretário (Vítor Caio Roque): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer é no sentido de autorizar a substituição, a pedido do PS, dos Srs. Deputados Lopes Cardoso por Fernando Ká e Fernando Pereira Marques por Maria Celeste Lopes da Silva Correia e, a pedido do PCP, dos Srs. Deputados Jerónimo de Sousa por Daniel Branco e Carlos Carvalhas por Manuel Garcia Correia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o parecer está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, foi já tornado público o falecimento intempestivo da Sr.º Dr.º Teresa Paula de Oliveira Ricou, Secretária de Estado do Comércio Interno que foi.

Criou-se nos Açores, era mãe de cinco filhos, alguns ainda de bem tenra idade, e exerceu, com notável competência, todo o aprumo e muita alegria, as diversas e altas funções ao serviço da comunidade e dos ideais políticos por que se norteou.

À família enlutada, em especial a seu marido e filhos, quero exprimir, em meu nome pessoal e em nome dos restantes membros da Mesa, os nossos sentimentos de profundo pesar e pedir a Deus que os console na dor.

Entretanto, deu entrada na Mesa o voto n.º 13/VI, subscrito por diversos Srs. Deputados, que refere o seguinte:

Faleceu esta manhã a Secretária de Estado do Comércio Interno, Dr.^a Teresa Ricou.

A forma abrupta e brutal com que foi usurpada ao nosso convívio mais realça as qualidades de carácter e a riqueza humana de uma amiga que nunca esqueceremos.

O PSD perdeu uma dedicada militante, o Governo uma empenhada e competente colaboradora, os amigos e familiares o privilégio da sua companhia amiga e afectuosa.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária em 24 de Março de 1992, manifesta o seu sentido pesar perante esta triste ocorrência e expressa a sua solidariedade a todos os que, neste momento, sentem a sua falta.

Para se pronunciar sobre este voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Socialista associa-se a este voto!

No seu posicionamento político, o PS não pode nem deve ignorar o sentido de dedicação ao serviço público demonstrado pela Dr.^a Teresa Ricou em toda a sua carreira de técnica e especialista em assuntos de comércio interno, sobretudo aqueles que têm a ver com os preços dos produtos agrícolas e com a pecuária, bem como o sentido particular com que sempre interveio na sua carreira administrativa e técnica.

Se me permitem, gostaria ainda de recordar nesta Assembleia a minha profunda amizade pela Sr.^a Secretária de Estado, de quem fui colega no liccu e da qual guardo, aliás, grandes recordações; era uma aluna distinta, com espírito arguto, sempre dedicado ao bem comum e ao interesse público.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, não quero deixar de associar a minha bancada a esta homenagem!

E não é apenas o Governo que fica mais pobre com esta ocorrência: é também o nosso país, que a Sr.^a Secretária de Estado sempre serviu com o mais elevado ideal de patriotismo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Embora fosse, desde há alguns dias, um facto esperado, sempre nos colheu com mágoa a notícia do infiável acontecimento que recebemos hoje de manhã!

A Dr.^a Teresa Ricou era amiga pessoal de alguns dos Srs. Deputados e de alguns companheiros do meu partido.

Pelo seu trato, pela sua inteligência, pela amizade que dedicava a todos, era, em qualquer parte onde exercesse as suas funções, uma personalidade de exceção e uma amiga.

Ainda estou a vê-la sentada na bancada do Governo aquando do debate do Orçamento do Estado ... Custa-me crer, Srs. Deputados, que nunca mais voltaremos a vê-la, seja nessa ou em outra bancada, a servir o País, que tão dedicada e competentemente serviu!

Apenas temos de desejar que Deus a guarde na sua companhia!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Também o Grupo Parlamentar do PCP gostaria de, nesta ocasião, associar-se ao voto de pesar pelo falecimento da Dr.^a Teresa Ricou e endereçar aos seus familiares as nossas condolências pela tragédia que os atingiu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há alguns dias a esta parte seguimos, com profunda preocupação, o estado de saúde desta destacada figura do Governo, que nos habituou, ao longo de vários anos, a um empenhamento especial na causa pública, em particular nas políticas que lhe estiveram confiadas.

Quando tive responsabilidades na área da defesa do consumidor trabalhei com ela. Nessa altura, a Dr.^a Teresa Ricou tinha responsabilidades nas áreas da concorrência dos mercados e, depois, nas da distribuição. Recordo-me das várias vezes em que trocámos impressões e em que era notória a sua sensibilidade para estas matérias. Empenhou-se naquilo que tinha de comum com diversos institutos na área da defesa do consumidor e nas políticas que, nessa altura, prosseguia.

Sempre encontrámos nela um profundo dinamismo, uma personalidade acutilante e um entusiasmo particular em relação às matérias a que se dedicava.

Para além disso, foi uma exemplar mãe de cinco filhos e uma peça fundamental da família, que assim ficou naturalmente mais pobre.

Sentimos que o Governo perdeu uma dedicada colaboradora. Mais: esta nova geração de valores políticos, à qual ela pertencia, também ficou mais pobre com o seu desaparecimento!

Mas aqueles que mais sentem são certamente os seus familiares! Perdemos uma amiga e uma militante, mas é para os seus familiares que, nesta hora de dor e de luto, dirigimos as nossas palavras. Sentimos com eles esse sofrimento, que esta Câmara, aqui e hoje, assinala.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em meu nome pessoal e da Intervenção Democrática, quero associar-me e subscrever este voto de pesar pelo falecimento da Dr.^a Teresa Ricou, membro do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quero tam-

bém associar-me ao voto de pesar pelo falecimento da Dr.^a Teresa Ricou e dirigir a todos os seus familiares os meus votos de sinceras condolências.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto.

O Sr. Ministro Adjunto (Marques Mendes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora o Governo não tenha intervenção neste voto, podia autorização para, neste momento triste para todos, proferir umas brevíssimas palavras.

Ao termos conhecimento, hoje, do falecimento da Dr.^a Teresa Ricou, desta notícia bem triste — aliás, tenho pena de que a minha primeira intervenção em Plenário seja feita neste sentido —, não podemos deixar de recordar, para além da boa amiga, a riqueza humana que a Dr.^a Teresa Ricou evidenciava — e que muitos de nós, aqui presentes, conhecímos bem! —, a elevada competência técnica, o espírito de serviço e de dedicação que punha em todos os seus actos, atitudes e comportamentos, em suma, o quanto o seu desaparecimento significa para o Governo, para o País e também — e em muito! — para a sua própria família!

Ainda o ano passado, as suas elevadas qualidades humanas, técnicas e profissionais foram reconhecidas por S. Ex.^a o Sr. Presidente da República quando a condecorou pelas qualidades que tinha já evidenciado no exercício de elevadas funções na Administração Pública.

São essas mesmas qualidades que, como pessoa que com ela conviveu durante alguns meses e como colega de Governo, quero evidenciar.

Ficámos profundamente tristes, pelo que, em meu nome pessoal e do Governo, quero associar-me, com muita sinceridade e emoção, a esta homenagem de pesar e de solidariedade para com a família da Dr.^a Teresa Ricou e para com aqueles que mais de perto com ela privaram.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, face às declarações de todas as bancadas, considero aprovado, por unanimidade, o voto de pesar que li, pedindo a todos um minuto de silêncio em memória da Dr.^a Teresa Ricou.

A Câmara guardou de pé um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de alguns pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Júlio Henriques (PS) a ser inquirido em audiência de julgamento num processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Marco de Canaveses, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr. Deputado Alberto Araújo (PSD) a ser ouvido na qualidade de testemunha num processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Correccional da Comarca de Lisboa, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado João Granja da Fonseca (PSD) a depor em audiência de julgamento num processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação da Procuradoria da República da Comarca de Lisboa, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva (PSD) a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Estarreja, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Casimiro Tavares (CDS) a ser ouvido na qualidade de testemunha num processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar os Srs. Deputados Eduardo Pereira e Ângelo Correia (PSD) a deporem, na qualidade de testemunhas, num processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, a sessão de hoje é dedicada à apreciação da interpelação n.º 3/VI (PCP) — Debate sobre política geral centrado nas responsabilidades do Governo e da administração central no que respeita às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e à contribuição para a resolução dos graves problemas que afectam as suas populações.

Para a intervenção de abertura, tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Branco.

O Sr. Daniel Branco (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A interpelação que o PCP faz ao Governo, centrada nas responsabilidades deste e da administração central no respeitante às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, encontra justificação em razões de oportunidade política, de necessidade de alargamento do debate e de coerência de princípios. Em razões de oportunidade política porque a próxima constituição dos órgãos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não deve criar falsas expectativas nem pode vir a absolver o Governo das suas pesadas responsabilidades relativamente à situação de crise existente, muito menos a isentá-lo do papel determinante que lhe continua a competir no futuro.

As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, na configuração que esta Assembleia da República lhes definiu na legislatura anterior, são instituições com um mitigado elenco de atribuições enunciado de forma ambígua.

Porém, a experiência do meu partido na construção do poder local democrático e a minha experiência pessoal numa câmara municipal desde o período anterior à elaboração, aprovação e entrada em vigor das leis enquadradoras do actual poder local ensinam que, havendo convergência de vontades, haverá sempre possibilidades de progresso.

Para nós não serão, pois, questões de ambiguidade na definição de atribuições que irão constituir obstáculo ao caminho que queremos percorrer. Mas o nosso empenhamento nas novas instituições levar-nos-á também a não permitir que as áreas metropolitanas sejam mitificadas nas suas capacidades e a opormo-nos a que possam vir a ser utilizadas como meras instâncias de transferência de responsabilidade para aqueles problemas que o Governo não queira ou não consiga resolver.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Esta interpelação justifica-se também por razões de necessidade de alargamento do debate, uma vez que só se aproveitarão positivamente as potencialidades que se antevêm disponíveis se formos capazes de construir pelo diálogo, pelo funcionamento democrático das instituições e pela cooperação uma intervenção integrada que articule os diferentes níveis da Administração e os diversos intervenientes no funcionamento das áreas metropolitanas. É-me grato registar hoje e aqui, na Assembleia da República, que, em reunião havida com os 18 presidentes das câmaras da área metropolitana de Lisboa e com o Sr. Presidente da República, foi por este aceite, em princípio, o convite para a realização de uma «presidência aberta» a decorrer nesta área, após o Verão.

Só com a cooperação será possível inverter o sentido negativo da evolução destas áreas; só assim será possível romper com as causas que têm acentuado a degradação do ambiente urbano e a marginalização social que afectam e desqualificam a vida de centenas de milhares de pessoas.

Mas esta interpelação justifica-se, fundamentalmente, por razões de coerência de princípios, pois o PCP sempre tem pautado a sua acção política pela defesa dos interesses concretos das populações, pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e pela participação dos directamente interessados nos processos de tomada de decisão que lhes respectam.

Porém, continuamos a defender a urgente instituição das regiões administrativas, imperativo constitucional que se

torna cada vez mais urgente cumprir. Em vésperas da constituição dos órgãos das áreas metropolitanas, pese embora os seus poderes limitados, é justo assinalar o contributo do PCP para a sua concretização.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O facto de estar indigitado pelo PCP para vir a assumir a curto prazo a presidência do órgão executivo da área metropolitana de Lisboa militou a favor da decisão do Partido Comunista Português de me confiar a intervenção de abertura desta interpelação ao Governo.

Sinto-me honrado com a oportunidade que me é dada de tratar, nesta primeira intervenção na Assembleia da República, de um tema que conheço bem. E conheço-o quer pela vivência diária de há mais de década e meia em contacto directo com os seus problemas, a partir da presidência da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, quer pelo estudo e participação em diversas realizações que têm abordado os problemas e as experiências de diferentes áreas metropolitanas.

Começando pela experiência autárquica, é forçoso reconhecer que as autarquias locais das áreas metropolitanas, particularmente as de maioria CDU, realizaram e continuam a realizar um trabalho que em muito tem contribuído para valorizar e humanizar a vida urbana. Mas a sua acção tem sido limitada por permanentes dificuldades financeiras resultantes, no fundamental, de uma injusta repartição de receitas entre a administração central e a administração local, e pelo carácter eminentemente centralizador da legislação vigente.

Acresce ainda que os problemas mais prementes que desqualificam e tiram funcionalidade às áreas metropolitanas não se enquadram nas atribuições e competências das autarquias locais.

Neste momento, estamos perante uma oportunidade importante de dar provas concludentes às populações das áreas metropolitanas de que os compromissos eleitorais e programáticos e todas as palavras promissoras de alterações positivas no seu difícil viver quotidiano podem ter expressão prática.

O Governo, mais do que qualquer outra instância de poder, tem agora uma oportunidade de provar a sua determinação em cumprir o que sobre a matéria inscreveu no seu Programa — empenhar e concentrar esforços nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Estaremos vigilantes na exigência e fiscalização do cumprimento deste compromisso do Governo.

Com a constituição das áreas metropolitanas, o Governo sabe bem que as suas responsabilidades não ficaram diminuídas. Passa antes a têm-las acrescidas e a ter de prestar legalmente contas sobre as suas acções e omissões.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vive-se mal nas áreas metropolitanas!

Esta afirmação pode surpreender os mais distanciados das tristes realidades quotidianas que se multiplicam às centenas de milhares em Lisboa e no Porto, e será fortemente contestada por aqueles que só sabem avaliar a realidade com macroanálises.

Esses não deixarão de invocar comparações para sustentar a tese contrária. Não deixarão de esgrimir com o facto inquestionável de, no conjunto dos 18, mais de 9 municípios dos que constituem, respectivamente, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto haverem recebido, em 1989, cerca de 60 contos de cada 100 contos recolhidos

de IRS em todo o País e mais de 73 contos de cada 100 contos de IRC.

Outros indicadores se poderiam invocar, como o dos veículos ligeiros, dos telefones, dos televisores, dos célebres frigoríficos e de outras facilidades da vida moderna.

Porém, a realidade impõe cautelas acrescidas nas comparações quantitativas entre indicadores de desenvolvimento de diversas regiões.

É muito comum, tal como sucede nos casos da Grande Lisboa e do Grande Porto, que os índices mais elevados não impeçam a existência, se não mesmo a concentração dramática, de enormes manchas de pobreza, de degradação e falta de habitação, de marginalização social, de extensas zonas de insegurança e de carências de equipamentos e de infra-estruturas básicas.

Nas áreas metropolitanas, os problemas são ainda fortemente ampliados pelo grande número de pessoas em presença e pela densidade de ocupações e de actividades.

É bom recordar que, no nosso caso, mais do que um em cada três portugueses vive nas duas áreas metropolitanas.

Invoco, a favor da tese que defendo, o testemunho insuspeito do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, aqui presente, que, num fórum sobre política urbana e qualidade ambiental recentemente realizado em Santarém, reconheceu que é nas periferias das grandes cidades de Lisboa e do Porto que pior se vive em Portugal.

Sucede que, entre nós, e contrariamente ao que se passa na maioria das áreas metropolitanas europeias (a começar pelos casos vizinhos de Madrid e de Barcelona), em que a maioria da população vive na cidade que deu origem à área, entre nós, repito, a grande maioria vive fora da cidade central. Apenas um em cada três habitantes da área metropolitana de Lisboa vive na cidade de Lisboa e apenas um em cada quatro vive na cidade do Porto.

Mas quando se fala em periferia apetece perguntar, como alguém já o fez, onde fica esse lugar a que se chama periferia ...

Qual a diferença entre o viver nos bairros degradados das cidades do Porto ou de Lisboa e nos de qualquer outra cidade ou vila dos concelhos limítrofes?

O que é mais periferia, o deserto do princípio da noite na baixa lisboeta ou a vida, às mesmas horas, em Cascais, no Barreiro, em Setúbal ou mesmo em Vila Franca de Xira?

O que distingue a má qualidade do tecido urbano de muitas urbanizações das cidades centrais de algumas urbanizações da Amadora, do Seixal, de Sintra ou de Gaia?

As perguntas poderiam multiplicar-se que as respostas não difeririam muito. No nosso caso, podemos dizer que os centros das áreas metropolitanas estão repletos de periferias.

Aplausos do PCP.

No documento «Estratégia da 2.ª fase do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa», diz-se:

Num diagnóstico global da Área Metropolitana de Lisboa, o principal problema que se depara ao analisá-la é, sem dúvida, a generalizada falta de qualidade em todos os sectores, a todos os níveis espaciais, sociais e culturais.

Numa outra passagem faz-se eco de que a actual captação do produto interno já deveria implicar outra qualidade de vida para os Portugueses, em particular para os habitantes e outros utentes da área metropolitana.

E por que será que tal não sucede?

Nós respondemos:

Porque os sucessivos governos não têm investido quanto deviam para melhorar a qualidade de vida dos Portugueses em geral e das grandes cidades em particular;

Porque tem sido bloqueada a regionalização do continente, a qual, como insubstituível factor de desenvolvimento das várias regiões do País, contribuiria a um tempo para a melhoria da qualidade de vida das populações dessas regiões e também para reduzir as pressões sobre as áreas metropolitanas;

E ainda porque têm sido fomentadas políticas que acentuam a injustiça da repartição da riqueza entre o capital, que aumenta e se concentra, e o trabalho, que vê reduzir-se o peso da sua remuneração.

Srs. Deputados, é indubitável que se vive mal nas áreas metropolitanas e que estas atravessam grave crise de falta de qualidade e de falta de funcionalidade.

Já em 1983 o Prof. Simões Lopes falava sobre o que ele designou por «política de ausência de política» como a política mais conveniente para favorecer interesses bem definidos.

Dizia o Professor:

A política «ausente» serve-se da inércia para deixar as forças do mercado trabalharem livremente. [...] O resultado é um processo de descquilíbrio cumulativo, extremamente difícil de controlar. As economias de escala e as economias externas são apropriadas por alguns; as deseconomias paga-as a sociedade sem quaisquer preocupações de justiça.

A questão nuclear desta interpelação do PCP ao Governo é a de se saber se o Governo continuará a optar conscientemente pela sua «política de ausência de política» que modelou as áreas metropolitanas ou se, ao invés, entende que é tempo de arrepregar caminho e de articular com os municípios, com as novas instituições, as áreas metropolitanas e com as diferentes entidades que afetivamente, opções estratégicas capazes de inverter o alastrar de todo o tipo de degradação que têm vindo a sofrer.

Aplausos do PCP.

A questão fulcral das áreas metropolitanas não se resume à visão redutora do enunciado de obras públicas, ainda para mais quando se continuam a apresentar como grandes novidades propósitos e projectos que, no caso de Lisboa, datam, na maioria, dos anos 60 (v. o Plano Director da Região de Lisboa) e que no Porto estão atrasadíssimas, como é exemplar o caso da ponte do Freixo.

Estas questões, estas perguntas podem ser formuladas de múltiplas formas e em diferentes direcções.

Por exemplo: quer o Governo continuar a decidir casuisticamente sobre diferentes opções de infra-estruturas e de equipamentos estruturantes das áreas metropolitanas sem uma clara e fundamentada hierarquização de prioridades ou considera o Governo ser prioritária a concretização, participada por todos os potenciais intervenientes, de planos integrados de ordenamento do território, assumindo colectiva e consequentemente, na parte que lhe compete, as orientações e prioridades inerentes?

Continuaremos a assistir à agudização da contradição que se vem registando há décadas em Lisboa e no Porto, em que estas cidades vão perdendo população activa residente e aumentando o número de empregos, fazendo com que sejam desperdiçadas cada vez mais horas em transportes que os trabalhadores têm que juntar diariamente às suas

horas de trabalho ou, pelo contrário, poderemos juntar estímulos para iniciar agora a superação do actual modelo radioconcéntrico, substituindo-o progressivamente por uma estrutura em rede de núcleos urbanos com laços interligações com o centro, entre si e com o exterior, e progressivamente equilibrados entre população activa residente e postos de trabalho existentes?

Sublinhe-se, quanto a este aspecto, que os municípios de Oeiras, da Amadora, de Loures, de Sintra, do Seixal e da Moita, em Lisboa, e os de Gondomar, de Valongo e da Maia, no Porto, segundo o censo de 1981, viam «cerca de» ou mesmo «mais de» metade da sua população activa ir trabalhar diariamente para fora dos seus territórios.

Limitar-se-á o Governo a enunciar a questão da habitação como um desafio desta década e a assistir ao acentuar da degradação dos bairros antigos, da sobreocupação de muitas casas, das condições proibitivas de acesso à aquisição e de lotamentos clandestinos sem infra-estruturas ou o Governo decide assumir as responsabilidades que lhe competem e predispõe-se, perante a gravidade social deste problema, a disponibilizar meios e recursos para, numa perspectiva metropolitana, financiar um vasto conjunto de acções que podem ser lançadas fazendo apelo às capacidades existentes nas cooperativas de habitação, à autoconstrução, à participação dos próprios interessados em programas de reconversão de lotamentos clandestinos, sem esquecer as situações extremas dos insolventes e melhorando as condições de crédito para que a promoção privada desempenhe também o papel que lhe cabe?

Em matéria de ambiente, sobretudo na área do saneamento básico e da salvaguarda e aproveitamento dos recursos naturais, irá o Governo continuar a «política de ausência de política» que o tem caracterizado ou, antes, assumirá uma nova postura de cooperação e de articulação de acções e de promoção das medidas mais adequadas ao encontrar de soluções que permitam ir resolvendo gradualmente os problemas, criando condições para que se preparem, em tempo oportuno, os grandes projectos metropolitanos nestas áreas que possam vir a beneficiar de futuros apoios comunitários?

A insegurança das populações continuará a ser marcada pela escalada que se tem registado num número crescente de zonas — das escolas aos domicílios de cada um — sem que essas mesmas populações sintam que algo está a ser feito que as possa tranquilizar ou o Governo está na disposição de analisar em conjunto com as autarquias e com as futuras áreas metropolitanas as carências existentes, a profunda desadequação de meios perante o crescimento demográfico verificado e de pôr em prática um programa que envolva a construção de novas esquadras e de quartéis, dotando-os com os necessários efectivos de modo que a PSP venha gradualmente a ocupar-se do policiamento das zonas urbanas, deixando a GNR para as tarefas específicas para que está mais vocacionada?

Permitiremos que, nas áreas metropolitanas, se continue a diluir a identificação das populações com os lugares por via das sucessivas migrações, do desenraizamento e da quebra de relações de convivabilidade e de vizinhança ou, antes, decide avançar-se resolutamente na descoberta e na qualificação da alma dos lugares pela vivência e pela recuperação de tradições e de valores genuínos, fomentando condições favoráveis à dinamização do movimento associativo e popular e à intervenção que deve solidariedade e coesão social e territorial por parte do que se vem designando por sociedade civil?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Outros camaradas meus intervirão no debate abordando outras situações, referindo outros exemplos, acrescentando novas interrogações e apresentando soluções.

Podemos avançar desde já que o PCP está disponível e mobilizado para contribuir de modo positivo em todas as políticas, acções e medidas que sirvam os interesses das pessoas que trabalham e dão vida às áreas metropolitanas.

Pretendemos que o surgimento das áreas metropolitanas signifique um novo quadro de relacionamento entre os diferentes níveis da Administração que se traduza em ganhos de qualidade para os cidadãos.

Sendo importante o encontrar de suporte financeiro para o avanço do muito que há a fazer e defendendo o carácter imperioso de o Governo dotar as áreas metropolitanas com os meios financeiros adequados, devemos iniciar, também nestas áreas, os trabalhos indispensáveis à candidatura aos fundos do próximo quadro comunitário de apoio.

Defendemos, pois, que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto devem participar em todo o processo desde o início, devendo também virem a integrar a unidade de gestão que vier a ser responsável pelos correspondentes programas operacionais.

Saudando antecipadamente todos os eleitos que irão integrar os órgãos das futuras áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, garantimos daqui que os eleitos do PCP continuarão a colocar todo o seu trabalho, honestidade e competência ao serviço das populações que representam.

E continuaremos, também nas novas instituições, a confrontar o Governo e a administração central com as suas responsabilidades e a exigir-lhes a concretização de políticas e de acções que invertam a evolução dos últimos anos e promovam o efectivo desenvolvimento das áreas metropolitanas e a melhoria das condições e qualidade de vida dos 4 milhões de portugueses que nelas vivem e labutam.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e do Deputado independente Raul Castro.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção de abertura, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto vivem cerca de 40 % dos portugueses. É seguramente nelas que estão os nossos concidadãos que desfrutam de melhor nível de vida, mas pode também estar certo de que é dentro delas que coexistem, ainda, os casos mais desoladores das antigas e das modernas formas de pobreza.

O País está a urbanizar-se a ritmo veloz, como sucedeu, aliás, com muitos outros países europeus, nos quais a população rural se transferiu do campo para as cidades. Nuns casos, isso passou-se de modo equilibrado, alimentando-se de preferência os centros urbanos de média dimensão que, dessa forma, conseguiram atingir patamares demográficos justificativos de algumas novas funções que se multiplicaram ao longo do território, para conforto dos seus habitantes e como instrumento do desenvolvimento geral.

É isso que pretendemos que suceda em Portugal! E é o que já está, de facto, a passar-se por acção conjugada das auto-estradas e das vias rápidas que se vão construindo e dos grandes equipamentos estruturantes — nomeadamente nos sectores da educação e da saúde — que permitem acentuar a «centralidade» de algumas cidades, nas quais os indicadores de conforto da vida urbana e as escolhas que já se oferecem em matéria de empregos e de serviços são expressivamente melhores do que nas áreas metropolitanas.

Todavia, o País precisa que estas duas grandes concentrações de população funcionem bem! Uma, tem 2,5 milhões de habitantes e, a outra, 1,5 milhões. Trata-se, assim, de centros importantes, quer para Portugal quer mesmo no quadro geral da distribuição espacial da população da Europa, que, para o seu equilíbrio, muito beneficia em ter, na sua fachada atlântica mais ocidental, dois grandes pólos onde se dinamizem processos de inovação que ajudem a integrar todos os habitantes num conjunto mais harmonioso e homogéneo, como constava já das ambições explicitadas na Tratado de Roma.

É, assim, instrumental para o desenvolvimento que as áreas metropolitanas funcionem como tal; quer isto dizer que elas não podem ser somente cidades muito grandes, sem as funções de alto nível que são motoras dos processos de inovação e, por via desta, do desenvolvimento geral.

As áreas metropolitanas não devem, por isso, ser consideradas aparte do resto do território; elas são parcela integrante do mesmo, devendo induzir em todo ele um movimento de arrastamento que harmonize as condições de vida e faça com que todos ascendam aos estratos mais elevados de bem-estar, de qualidade de vida e de aproveitamento do maior número possível de oportunidades de realização.

Se as considerássemos separadamente do resto do território, a tendência natural seria para um privilégio de atenção, descurando o resto, porque as pressões para corresponder aos seus problemas específicos revelar-se-iam como determinantes, reclamando uma quase exclusividade de preocupação, porque se teria a sensação de nelas se passar tudo o que interessa e do resto ser paisagem.

Não é assim que entendemos as coisas e, por isso, estivemos de acordo em que o enquadramento jurídico dos respectivos órgãos fosse uma figura intermédia entre a associação de municípios tradicional e a autarquia local de carácter supramunicipal. Inovou-se, assim, na variedade institucional! Mas tínhamos boas razões para o fazer: consideramos as áreas metropolitanas de forma integrada no resto do País e temos-las como entes que, por serem diferenciados nas funções e no papel que desempenham, reclamam uma estrutura algo diferente da de municípios que se associam, não convindo, todavia, que possuam um carácter autárquico autónomo que os desliguem do espaço mais vasto em que se inscrevem ou, no outro extremo, que façam os municípios integrantes perder responsabilidades e protagonismo.

A fórmula adoptada privilegia a cooperação intermunicipal e força a cooperação entre a administração central e a local. Cumpriu-se, nos termos muito exigentes em que foi proposta, a promessa contida no Programa do XI Governo: inovou-se! Mas, como sempre sucede no domínio institucional, não chegará dispor de uma arquitetura flexível, adaptável, susceptível de evolução e de acomodação de muitas situações novas... É indispensável que os responsáveis que guarnecem as instituições definidas saibam aproveitar todas as virtualidades da flexibilidade que

se pretendeu conferir-lhes, forçando naturalmente a sua evolução. Se se limitarem a montar e a praticar jogos palacianos de influência ou de dominação, esquecendo-se das populações que são supostos servir, não haverá soluções institucionais que sejam bem sucedidas, por muito inteligente que tenha sido o seu desenho. O sucesso da solução adoptada depende da forma como for possível equacionar os problemas efectivos das áreas metropolitanas e procurar para eles as respostas adequadas, dando-lhas de facto. Se a discussão que se processar nas respectivas instâncias for predominantemente político-partidária, não haverá ambiente propício para analisar e resolver os problemas concretos dos habitantes das áreas metropolitanas, porque tudo não passará de evoluções vestíbulares que se prendem mais com as aparências do que com o exercício efectivo do poder.

O fundamental, no processo que agora se inicia, é encontrar os projectos e os financiamentos que resolvam os problemas com que se debatem as áreas metropolitanas nos domínios das acessibilidades, dos transportes, do abastecimento e distribuição de água, da condução e tratamento de esgotos, da recolha e tratamento dos lixos, da habitação e de numerosos tipos de equipamento. Em todos estes casos há que procurar a escala que torna mais económica e mais eficaz uma resposta e fazer exercícios de engenharia financeira que permitam montar esquemas de organização, financiamento e gestão que a materializem.

Há, hoje, meios financeiros de origem diversa que, de forma combinada, podem permitir dar consequência aos projectos mais ambiciosos.

Assim, em primeiro lugar, estão os meios das próprias autarquias locais, que, desempenhando funções que legalmente são suas, podem, por via da cooperação intermunicipal, encontrar uma escala mais conveniente de resposta, ganhando assim na relação benefícios/custos respeitante a cada uma, porque se conseguiram soluções que, simultaneamente, fazem aumentar o numerador e diminuir o denominador, em comparação com o que ambos seriam em respostas separadas, dadas por cada um dos municípios de per si, admitindo que estas seriam, técnica e materialmente, possíveis em todos os casos.

Em segundo lugar, estão os fundos estruturais comunitários que conseguimos negociar sem excluir qualquer parcela do território nacional, nem o coração da área metropolitana de Lisboa, como em determinado momento esteve para suceder. E, a respeito destes fundos, eles podem ser de natureza variada: ou são subsídios a fundo perdido, ou são linhas de crédito nacionais bonificadas com fundos comunitários ou são mesmo linhas de crédito comunitárias. Pode fazer-se uma combinação de todas entre si e com algumas fontes de recursos exclusivamente nacionais ou locais.

Em terceiro lugar, estão as contribuições nacionais, que, no âmbito de contratos-programa, podem ser negociadas para ter mais depressa aquilo que é relevante mas que através das outras fórmulas de financiamento não se consegue cobrir em extensão ou em intensidade em relação a cada projecto. A justificação desta contribuição nacional, colocada em adição a todas as outras, é simples: o País precisa, naturalmente, de ter um desenvolvimento equilibrado ao longo do seu território — no litoral e no interior, no Norte, no Sul e nas ilhas —, mas para tal é muito importante que as suas áreas metropolitanas funcionem no topo da gama variada de funções que nelas têm de ser desempenhadas para que sejam capazes de arrastar tudo o resto e de representar verdadeiros instrumentos de progresso e de harmonização.

Está excluído do nosso pensamento, como prioridade, o financiamento de despesas correntes e de aumento de pessoal para desempenhar novas funções, no âmbito das instituições responsáveis pelas áreas metropolitanas. Todas as ocasiões são boas para reconvertêr o pessoal e racionalizar as formas de gestão e de prestação de novas funções, mas, como se comprehende facilmente, se de entre estas fizerem parte algumas que, neste momento, são prestadas pela administração central, justifica-se a sua transferência «com mochila financeira», porque elas deixaram de onerar o orçamento de alguém para passarem a representar a responsabilidade de outrem. Todavia, essas transferências de funções, de pessoal e de orçamento nunca se processarão em abstrato: terão as situações de ser muito claramente definidas e as responsabilidades criteriosamente quantificadas.

Todavia, as transferências de funções não acontecerão todas de uma vez, nem serão aliadas responsabilidades para as quais não haja capacidade de recepção evidente. Além de considerarmos as intuições que definimos para as áreas metropolitanas como tendo por razão fundamental o desenvolvimento das partes a que respeitam e do todo em que se inserem, temos como seguro que, nestas matérias, o gradualismo na assunção de responsabilidades representa a única maneira de progredir sem solavancos, evitando retrocessos que causam sempre mais danos do que os atrasos de processo.

Há muitas questões que se põem no âmbito das áreas metropolitanas que não têm solução, nem sequer podem ser equacionadas, em termos correctos, ao nível municipal. De forma paralela, há outras que tradicionalmente são resolvidas a nível central, mas que lucram muito com uma proximidade acrescida em relação às condições em que realmente se praticam. Estão em causa domínios como os transportes, as zonas verdes, o ordenamento do espaço, os equipamentos de saúde ou de educação e mesmo coisas que parecem simples de localizar, mas que, de facto, não o são, como é o caso dos cemitérios. As grandes aglomerações necessitam de um fórum com responsabilidades políticas onde se reflicta, se dialogue e se tomem decisões de modo integrado, porque, na verdade, elas constituem unidades humanas, económicas, sociais e culturais que não se compadecem com a fragmentação que as instâncias municipais podem representar nos sectores que reclamam articulação de medidas.

O modelo que escolhemos para proceder a essa articulação tem um regime jurídico próprio que VV. Ex.^s definiram em lei especial, configurando-o como uma pessoa colectiva de direito público de natureza institucional, com origem nos municípios associados. Não fizemos subir desnecessariamente o que pode ter solução ao nível local. A nossa preocupação é a eficácia e esta não se compadece com os longos exercícios de compatibilização; estes têm de ficar reservados para as questões que não possam ser resolvidas de outra forma.

Por outro lado, assegurámos versatilidade a essas soluções, permitindo que as instâncias metropolitanas explorem os serviços por que são responsáveis ou estabeleçam contratos-programa com outras entidades públicas e privadas que tenham como objecto a gestão de serviços ou a execução de investimentos de interesse público, dando-lhes naturalmente o tempo necessário para recuperarem os dinheiros que investirem.

De entre eles há domínios mais propensos à celebração desses contratos e outros que têm uma vinculação pública mais acentuada. A distinção tem quase sempre a ver com

o tempo de amortização ou com a velocidade de obsolescência dos investimentos em causa. Assim, poder-se-á dizer que os «fluxos» são mais facilmente abordáveis através de instituições públicas com larga autonomia ou mesmo de empresas privadas, enquanto que os «canais», por terem uma natureza muito fixa e uma duração, em muitos casos, ilimitada, ou suscetível de ser considerada como tal, têm de ser abordados de uma outra forma, mais ligada aos próprios órgãos de administração metropolitana.

Refiro estes aspectos porque interessa sublinhar a grande variedade de mecanismos de execução a que as áreas metropolitanas podem recorrer para cumprir com os encargos que lhes estão atribuídos. Estes são numerosos e complexos, por isso tem de haver variedade nas fórmulas de resposta e, por isso também, não se deve pensar que, pelo facto de se elegerem os titulares dos órgãos de gestão correspondentes, tudo se resolve automaticamente. Os seus responsáveis têm de trabalhar aplicadamente, negociando entre si, procurando soluções de conjunto que a todos satisfaçam e forçando a obtenção de respostas.

Há, naturalmente, situações de conflito que têm de ser resolvidas e que o serão tanto mais facilmente quanto mais visíveis forem. A grande vantagem de termos criado as áreas metropolitanas e os seus órgãos de coordenação respeita à explicitação de interesses diversos dentro de um quadro que tem de ser de convergência. Assim, não se iludirão dificuldades através de soluções fictícias de natureza burocrática que criam cortinas de fumo, diferindo ou transferindo os problemas.

A pertença aos órgãos próprios de uma área metropolitana não pode ser um adereço que se exibe para impressionar os eleitores. A complexidade do exercício das funções é tanto maior quanto é certo não haver experiência anterior e termos todos de aprender, inventando soluções e procedimentos, tirando ensinamento de eventuais erros e insistindo nas soluções que provarem ser correctas. Não se pode criar uma máquina burocrática adjacente, sem a flexibilidade e a versatilidade que se exige a instâncias de compatibilização permanente de interesses.

A solução não está em aparelhos ou superestruturas técnicas mas, sim, no desempenho aplicado de funções de conciliação de interesses por quem tem legitimidade para o fazer. Trata-se de levar a bom termo um exercício de responsabilização muito expressiva que não pode ser delegada mas antes desempenhada por quem há-de ver a sua sorte sancionada, ou não, através do voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A nossa obrigação e a nossa promessa foram as de criar um quadro adequado para o exercício de funções de compatibilização de interesses que, por terem de ser frequentes, convém que fiquem mais próximas dos municípios do que da administração central e do Governo. Na essência e na maioria dos casos essas funções são de «célula municipal»; em algumas circunstâncias elas terão raiz central, por serem completamente novas para o escalão local ou por corresponderem a funções que se quer desconcentrar; mas, em todos os casos, a conciliação de perspectivas e a procura de escala para as soluções mais económicas e, por isso, mais adequadas tem de ser interpretada pelos responsáveis locais, dentro do espírito do modelo que definimos de aproximação das instâncias metropolitanas aos órgãos dos municípios que as integram.

Não excluindo mas, pelo contrário, assegurando o apoio central para complementar as muitas e variadas soluções de resposta aos problemas que se põem, o nosso entendimento é que o segredo do sucesso está,

especialmente, na conciliação dos interesses municipais que permite obter escalas adequadas para corresponder às questões que transbordaram as fronteiras municipais e ultrapassar os conflitos que são potencialmente numerosos, porque se trata de espaços contíguos e, portanto, concorrentes ao mesmo tipo de benefícios.

Afinado o quadro legal e diversificadas e ampliadas as fontes de financiamento, a palavra é, agora, em larga extensão, dos autarcas dos municípios que integram as áreas metropolitanas. O Governo fez já muito do que lhe competia a ele próprio!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Depois das intervenções iniciais do Sr. Deputado Daniel Branco e do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, vamos agora dar início ao debate, para o qual já se inscreveram no sentido de pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Daniel Branco os Srs. Deputados Macário Correia e João Matos e ao Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território os Srs. Deputados Octávio Teixeira, Daniel Branco, António Costa, José Manuel Maia, André Martins e Manuel Queiróz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Daniel Branco: Muito prezamos a sua presença aqui hoje, o que muito significa o grupo parlamentar a que pertence. Todavia, tive uma surpresa, porque pensei que, ao pedir a palavra, iria começar por congratular-se com a realização de eleições livres na Albânia, há dois dias atrás ... Contudo, não foi sobre isso que versou a sua introdução, mas antes sobre outras eleições. Por isso, a primeira ideia com que fiquei foi a de que V. Ex.^a estava aqui em campanha eleitoral e não para discutir a questão das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Assim sendo, a primeira pergunta que lhe coloco é a saber se está aqui em campanha eleitoral para a presidência do órgão executivo da área metropolitana de Lisboa ou para discutir concretamente os problemas dessas áreas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A segunda pergunta que quero fazer-lhe relaciona-se com a questão do ambiente urbano que rescrevi. É sabido que são competências municipais a plantação e a construção de árvores verdes, a recolha dos resíduos sólidos urbanos, o tratamento dos esgotos domésticos urbanos e o urbanismo em geral. Todavia, aquilo a que assistimos — e com particular incidência na Câmara Municipal de Lisboa — é à redução das áreas verdes por habitante, com experiências curiosas de arranque e derrube de árvores e outras!

Depois, assistimos a que, ao nível dos resíduos sólidos urbanos, as populações de Trajouce, de Beirolas e de Vale do Forno reclamam que as coisas não estão bem, o que é sinal de que estão a piorar!

Por outro lado, temos conhecimento de que, em matéria de esgotos urbanos, cuja competência municipal é clara há alguns anos, o que se está a fazer é menos do que aquilo que corresponde ao aumento da população, o que quer dizer que as coisas estão a piorar!

Por outro lado ainda, em termos de urbanismo, a população queixa-se da construção de caixotes, de torres e de gaiolas, que mais parecem pombais do que edifícios

de habitação, mas não é o Governo que autoriza a sua construção, aqui e acolá, nos becos e nas esquinas das mais variadas ruas, porque isso é da competência municipal e isso está a piorar!

Ora, a pergunta que coloco ao Sr. Deputado é a seguinte: qual é o contributo das autarquias para resolver este problema?

A última pergunta que tenho de fazer-lhe está relacionada com a habitação social. É que, sendo do conhecimento público que está à disposição das câmaras municipais um conjunto de linhas de crédito e de que estão firmados contratos para financiar habitação social, todavia as taxas de execução por parte dos municípios são baixíssimas. Assim sendo, isto é, se deparamos, por um lado, com uma condescendência clara em relação à construção clandestina e, por outro lado, com execuções baixíssimas em relação à promoção de habitação social em condições legais e condignas, o que é que se passa? Isto deixa-nos perplexos!...

No fundo, eram estas as questões que gostaria que o Sr. Deputado clarificasse, para que este debate pudesse começar bem e para que fôssemos directamente à questão.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem também a palavra o Sr. Deputado João Matos.

O Sr. João Matos (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Daniel Branco: Em primeiro lugar, quero começar por cumprimentar V. Ex.^a porque, como disse o meu colega de bancada, o senhor vem dar um outro contributo, e com certeza melhor, à sua bancada neste debate.

Mas quero também dizer-lhe que, depois da expectativa criada, foi com alguma desilusão que ouvi a sua intervenção. Infelizmente, da sua exposição não ressaltou nem uma política alternativa àquela que hoje é executada nas áreas metropolitanas nem medidas concretas para a resolução desses mesmos problemas. Daí o meu lamento, porque era disso exactamente que estávamos à espera.

O que o PCP fez, pela voz do Sr. Deputado, foi, única e exclusivamente, transformar este debate num debate político como arma de arremesso contra o PSD, mas, Sr. Deputado, o tiro vai com certeza sair-lhe pela culatra ...

E porque, ao candidatar-se a presidente da área metropolitana de Lisboa, o Sr. Deputado afirmou que tem, de facto, uma responsabilidade acrescida e ainda porque, por mais do que uma vez, o Sr. Deputado afirmou publicamente que os problemas de habitação social têm de ser resolvidos pela administração central, quero que o Sr. Deputado diga hoje muito claramente nesta Câmara — até porque há um conjunto de municípios significativo, incluindo alguns sob administração de autarcas do PCP, designadamente em Sesimbra, em Almada e em Setúbal, e do PS, em Lisboa, e também em Oeiras, em Cascais, que têm, através dos acordos de colaboração com o Governo, desenvolvido um conjunto de iniciativas de forma a atenuar os graves problemas de habitação — por que é que, designadamente nas câmaras da margem norte do Tejo (Loures, Amadora e até Vila Franca de Xira), esses acordos de colaboração não são feitos? Por que é que não é feita habitação social e por que é que surgem cada vez mais edificações clandestinas?

Por último, Sr. Deputado, V. Ex.^a está disposto, nestas altas funções que vai desempenhar, a dar o exemplo?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Branco.

O Sr. Daniel Branco (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço os cumprimentos que me foram feitos e esclareço que não tinha de maneira alguma a intenção de que a minha intervenção não viesse a desiludir as expectativas da bancada do PSD, porque, de facto, do ponto de vista dessas expectativas, e contrariamente àquilo que se passa na vivência autárquica, julgo que aqui se olha mais ao facto de onde são oriundas as propostas e as intervenções do que propriamente ao conteúdo dessas mesmas propostas!...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Nesse sentido, parece-me importante dizer-vos, Srs. Deputados, que só por uma grande desatenção não foi possível encontrar na minha intervenção um conjunto de perguntas — porque estamos numa interpelação — sobre se efectivamente o Governo está na disposição de aproveitar esta oportunidade política, que nós consideramos importante e em que estamos profundamente engajados, para vir a modificar por via do diálogo, do debate e da contrataualização do que for possível aquilo que é a vida de centenas de milhares, de milhões de portugueses!

Não estou em campanha eleitoral. Vim aqui discutir um conjunto de assuntos sérios e julgo que é com seriedade — e longe de mim a ideia de estar a fazer qualquer afirmação que vá em sentido contrário relativamente às interpelações que me foram feitas — que devemos colocá-las.

O Sr. Deputado Macário Correia colocou a questão do ambiente urbano. Refei-me a questões do ambiente e à ausência de política, que penso que existe nessa matéria por parte deste governo. Cria sinceramente, Sr. Deputado, que se tivesse de referir-me ao anterior referir-me-ia a uma situação de uma política que envolveu calúnias e conflitualidades, que toda esta Assembleia e todos nós conhecemos e que eu pessoalmente tenho procurado afirmar junto das instâncias jurídicas independentes que funcionam neste país, para que o bom nome, que tantas vezes é invocado, seja efectivamente colocado no devido lugar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em relação aos problemas de ambiente urbano, é lógico que ninguém diz que as autarquias não têm poder.

Comecei a minha intervenção por falar das autarquias e da minha experiência, mas o que nunca aceitei, nem aceito — e julgo poder dizer-lhe pelas provas que já dei na gestão de autarquias — é que seja possível mitificar as autarquias e andarmos a fazer um «pingue-pongue» de responsabilidades. Nesse aspecto, temos de ser comedidos, temos de ver quem tem responsabilidades — e não foi por acaso que eu disse que há um mau desenho urbano nas cidades principais e nos concelhos limítrofes!... É um problema geral e, nesse sentido, há muito a fazer e estamos particularmente engajados em avançar nessa matéria.

O Sr. Deputado João Matos disse que eu não consegui demonstrar uma política alternativa. Sr. Deputado, quero dizer-lhe que a minha compreensão de «demonstrar» significa «fazer».

O Sr. João Matos (PSD): — Mas não fazem!

O Orador: — E estamos aqui, exactamente, a discutir propostas de «como fazer». Posso mesmo dizer que há uma experiência rica das autarquias, há uma experiência que não vai tão longe quanto possível ...

O Sr. João Matos (PSD): — Onde é que estão as obras?

O Orador: — ... porque temos grandes dificuldades financeiras, mas há provas dadas. O que queremos — e vimos aqui dizer — é que é possível, em conjunto, fazer uma política diferente que sirva melhor os interesses das populações das áreas metropolitanas.

Por último, quanto à habitação social, essa constitui uma área onde haveria uma longa matéria a desenvolver, mas quero dizer-vos que se conhece muito mal o que se faz em todo o País. Provavelmente, dar-lhe-ia uma surpresa se lhe dissesse que em muitas zonas, que o Sr. Deputado refere como não fazendo habitação social, são milhares os fogos construídos, fazendo apelo às cooperativas de habitação, que podiam ir bastante mais longe, inclusive, com sistemas de habitação para os mais carenciados.

Temos uma longa experiência de apoio significativo à reconversão de lotamentos clandestinos — não há mais lotamentos clandestinos, há efectivamente um processo grande de reconversão!

Mas o problema que temos de discutir — e julgo que se enquadra bem nas competências da área metropolitana —, numa perspectiva metropolitana, é o de saber como é que vamos (municípios, área metropolitana e Governo) encontrar formas de dar resposta aos problemas de habitação, não na perspectiva de empurrar apenas encargos para cima de um dos lados mas na perspectiva de unir esforços e não se servir do problema de habitação como arma de arremesso!

Aplausos do PCP e do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, seguem-se os pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro, quero começar por dizer-lhe, com toda a sinceridade, que fiquei extremamente chocado com a desumanidade da sua intervenção.

O Sr. Ministro veio falar-nos, no âmbito da nossa interpelação, dos problemas que se colocam nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto sem se referir às pessoas. Olvidou completamente as pessoas, olvidou os problemas que as pessoas vivem.

Assim, a minha primeira questão é de clarificação de profundas divergências nos objectivos e na forma de abordagem dos problemas que se colocam nestas áreas entre o Governo e o PCP. Para nós, o objectivo fundamental da problemática das áreas metropolitanas é resolver os problemas das pessoas, resolver os problemas com que, diariamente, se debatem os milhões de portugueses que aqui vivem, tanto na área metropolitana de Lisboa como na do Porto.

Esse é o objectivo, o resto são a escolha, a opção e a conformação dos instrumentos e das instituições que

melhor se adequem e que melhor estejam capacitados para dar resposta mais célere, mais cabal e mais eficaz a esses problemas. É esta a grande questão e a grande divergência, Sr. Ministro.

Por outro lado, o meu camarada Daniel Branco teve oportunidade de dizer, na sua intervenção, que, há pouco tempo atrás, o Sr. Ministro referiu publicamente que é nas periferias das grandes cidades, ao fim e ao cabo nas zonas das áreas metropolitanas, que pior se vive em Portugal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, quando colocamos estes problemas dessa forma, quando promovemos interpelações para debate destes problemas não estamos a pedir privilégios para as populações das áreas metropolitanas; estamos a exigir e queremos contribuir para que os problemas sejam resolvidos, para que deixem de ser as áreas metropolitanas os lugares do País onde pior se vive em Portugal. Não há aqui problemas de privilégios.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Falou também o Sr. Ministro em promessas contidas no Programa do XI Governo, nos programas eleitorais do PSD de 1987 a 1991. Mas essa é a grande questão: temos de ultrapassar o âmbito e a fase das promessas! Queremos que o Governo, na responsabilidade que lhe compete, ultrapasse a fase das promessas e passe à acção, à resolução dos problemas, que criem condições para que os Portugueses possam viver nas áreas metropolitanas sem terem de gastar quatro horas diárias nas suas deslocações, sem terem que viver em barracas, mas que possam viver em habitações condignas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E queremos que os Portugueses possam ter os seus filhos a estudar em escolas que não estejam superlotadas.

O que pretendemos é que o Governo, no âmbito das suas responsabilidades, resolva o problema da segurança das pessoas nas grandes cidades, nos centros urbanos, porque esses problemas tendem a agravar-se. Queremos que resolva os problemas da toxicodependência e muitos outros problemas sociais que afectam fundamentalmente as populações das áreas metropolitanas.

Sr. Ministro, queremos eficácia, mas não queremos a eficácia verbal do Governo. Para nós, a eficácia não se contrapõe à articulação e à coordenação; antes pelo contrário, como não queremos a eficácia verbal, queremos a eficácia social, e ela só será conseguida se houver coordenação, se houver integração e se acabar a política das medidas casuísticas, das promessas que depois não são cumpridas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Branco.

O Sr. Daniel Branco (PCP): — Sr. Ministro, não quero utilizar as mesmas palavras que me foram ditas, há pouco, por um Sr. Deputado — tenho sempre imenso prazer em ouvi-lo. De qualquer modo — e não posso falar

de desilusão —, o facto de a sua intervenção ter ficado aquém daquilo que esperava tem a ver com o modo como o Sr. Ministro abordou, prioritariamente, questões de modelo, questões de ordem geral sobre o funcionamento das áreas metropolitanas. E em relação aos problemas concretos não vimos muito.

Se bem percebi, relativamente aos meios financeiros de origem diversa, o Sr. Ministro falou, em primeiro lugar, nas autarquias locais — sempre nos honra a consideração que o Sr. Ministro tem pelas autarquias —, em segundo lugar, falou nos fundos estruturais e, em terceiro lugar — e apenas —, nas contribuições nacionais por via dos contratos-programa. Julgo que se esqueceu da possibilidade de, no âmbito do próprio Orçamento do Estado, quer no PIDDAC, quer em dotação, as áreas metropolitanas terem contemplação diferenciada daquela que foi feita actualmente.

Por último, e julgo que para mim foi o mais surpreendente, o Sr. Ministro esqueceu totalmente aquilo que me parece o quadro em que toda a negociação posterior tem de fazer-se, que é o quadro do Plano, ou seja, do planeamento e do ordenamento. Não o ouvi falar nessa matéria. Sou daqueles que penso que o Plano não é tudo, nem temos uma visão estaticista e estática do Plano, mas parece-me ser extremamente difícil que sem dar uma resposta positiva à primeira questão que pusemos haja um empenho real, um empenho concreto e muito rápido do Governo em fazer avançar os processos de ordenamento em curso, fazer aprovar, designadamente na área metropolitana de Lisboa, o Plano Regional de Ordenamento do Território e fazer com que todas as medidas sejam colectiva e consequentemente aprovadas por todo o Governo relativamente a este Plano. Sem isso parece-me difícil podermos ultrapassar a situação casuística em que temos vivido e que, obviamente, irá continuar a conduzir à política de ausência de política que todos nós conhecemos.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — O Sr. Ministro fez-nos aqui o seu discurso do costume. Vamos então ver se vamos falar um pouco do que interessa!

Crio — e admito que sim — que o Sr. Ministro mantém em curso a elaboração de um Plano Regional de Ordenamento do Território e admito também que seja ainda um membro do Governo responsável pela elaboração desse plano. Portanto, gostava de confrontá-lo com esta estratégia que, aparentemente, é também a estratégia do Governo: a estratégia do «pacotão».

Hoje, pelas 8 horas, o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações começou a anunciar aos Portugueses aquilo que, previdentemente, se reservou para anunciar nesta Assembleia só na fase de encerramento desta interpelação para não se poder sujeitar ao confronto com a oposição ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ..., porque o Sr. Ministro é valente nos jornais, mas tem pouca coragem política aqui, na Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Sr. Ministro, vamos falar do que interessa. E o que nos interessa saber é se o senhor desistiu de elaborar o PROT ou se entende que é compatível a elaboração do PROT com o anúncio casuístico de diversas opções de obras estruturantes para a região de Lisboa.

Num dia, o aeroporto vai para o Montijo; no outro, já não é o aeroporto, é só como aeroporto de carga; em seguida, é uma nova travessia que vai para o Beato; depois, não vai para o Beato e vai para o Montijo; depois, não é no Montijo é no Barreiro; depois, já não é no Barreiro ... E hoje há uma nova: a rodoviária no Montijo e a ferroviária no Barreiro! Deve ser o ponto de encontro que os Srs. Ministros têm procurado encontrar.

Mas a questão decisiva é a de sabermos qual das três hipóteses é a verdadeira!

Uma hipótese é as notícias divulgadas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações serem falsas, e o Sr. Ministro tem a possibilidade de desmentir firmemente que estas opções tenham sido tomadas pelo Governo!

Segunda hipótese: estas notícias não são falsas e o senhor, o seu Ministério, a equipa que nomeou para elaboração do PROT e a estratégia que está subjacente ao PROT fracassaram, falharam, foram subvertidas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações!

Terceira hipótese: a notícia não é falsa, o senhor não foi ultrapassado! Neste caso, estamos perante mais um caso de exercício da incontinência mediática, de que este governo também já nos deu mostra, e que passa pela famosa Resolução n.º 14/87, do Conselho de Ministros, a dois meses das eleições de 1987, com um calendário claro sobre a construção da CRIL e da CREL. Estava já tudo feito se este calendário tivesse sido cumprido, mas muitas destas obras ainda não se iniciaram sequer.

Lembro ainda aquela notícia fabulosa do jornal *Público*, do dia 23 de Setembro de 1990, em que o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações anunciava que «dentro de dias, começavam as obras de extensão do metro ao Cais do Sodré». Os «dentro de dias» têm sido tantos que já passou mais de um ano e essas obras ainda não se iniciaram!

Sr. Ministro, as hipóteses são três: ou a notícia é falsa e o senhor desmente-a hoje; ou a notícia não é falsa e o senhor foi ultrapassado; ou não é mentira nem falsa e é, pura e simplesmente, mais uma mistificação mediática a que este governo também já nos habituou.

Agora, o que o Sr. Ministro tem de fazer é responder claramente para sabermos qual destas alternativas é a verdadeira e com o que é que podemos contar para a área metropolitana de Lisboa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao próximo orador quero anunciar que se encontram a assistir à sessão alunos da Escola Secundária de Anselmo de Andrade, de Almada, da Escola Secundária de Cantanhede, do Internato Liceal de Albergaria dos Doze, da Escola Secundária da Moita e um grupo de alunos da Universidade do Porto, naturais de Bragança, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais, de pé.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Maia.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Sr. Ministro, gostaria de colocar-lhe três perguntas concretas.

A primeira tem a ver com um ofício da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que diz o seguinte:

Não obstante todos os esforços desenvolvidos pela administração central, neste momento há que reconhecer que as verbas do FEDER se encontram esgotadas no País, e não se sabe com segurança a data das próximas transferências.

Nestas condições, a Comissão de Coordenação não tem já disponibilidade para transferir as comparticipações do FEDER para as câmaras municipais.

Cumpre reconhecer o esforço que os municípios desenvolveram, sem o qual não teria sido possível o cumprimento dos objectivos traçados para os programas operacionais em 1991, e assegurar que a Comissão continuará a tentar, por todos os meios ao seu alcance, resolver esta situação, no mais curto prazo possível, de modo a não se verificarem quebras na dinâmica conseguida na gestão daqueles programas.

Estas palavras são de 24 de Janeiro. Estamos a 24 de Março, já passaram precisamente dois meses, e nada ainda foi resolvido. Por exemplo, a Almada só devidos 700 000 contos e uma boa fatia deles prende-se com a ETAR da Quinta da Bomba, que tem a ver com Almada e Seixal — espero que o Sr. Deputado Macário Correia não esteja já arrependido da pergunta que fez.

A questão que lhe coloco é a seguinte: como é que é possível trabalhar assim? Já existe quebra de dinâmica, pois as autarquias não podem iniciar novas obras, que já estão projectadas e adjudicadas, e, por outro lado, as empresas que estão a executar estas obras estão sem dinheiro porque não lhes pagam.

O que é que o Sr. Ministro Valente de Oliveira vai resolver relativamente a esta situação?

Segunda questão: notícias vindas a lume no último fim-de-semana deram a conhecer a realização de um encontro entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Srs. Ministros Valente de Oliveira e Ferreira do Amaral sobre a questão da travessia do Tejo, que, com certeza — e acredito plenamente —, nada teve a ver com esta interpelação. Assim, a pergunta que lhe coloco é se V. Ex.^a tem possibilidade de, publicamente, informar qual é o ponto da situação quanto à nova travessia do Tejo, tipo, localização, impactes e também quanto ao modo de transporte do tabuleiro inferior da Ponte 25 de Abril.

Terceira e última questão: a localização, em Palmela, de grandes projectos fabris, como é o caso da fábrica Ford/Volkswagen, terão, certamente, fortes impactes não apenas na margem industrial como também na rede urbana adjacente, no sector dos transportes, na estrutura viária e nos equipamentos colectivos — lembro a questão do Centro de Saúde de Palmela e do quartel de bombeiros, em que é exigido, pelo documento que assinaram, que esteja a quatro minutos do centro da fábrica.

Esta questão é da responsabilidade da administração central e não vejo como é que o Governo poderá fugir a ela. Sei que estão a ser estabelecidos contactos com o Câmara Municipal de Palmela, mas penso que não são os suficientes para obviar este problema que vai surgir.

A questão concreta que coloco ao Sr. Ministro é, pois, a seguinte: que verbas e que perspectivas existem para que

a situação do impacte desta fábrica — e não se põe em causa a sua importância para a península de Setúbal — seja atenuado?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: Gostaria de lhe colocar três questões.

No que se refere à primeira, gostaria de saber se V. Ex.^o, como Ministro do Planeamento e da Administração do Território, mantém a mesma posição que teve, já há alguns anos, relativamente ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

A área metropolitana de Lisboa envolve cerca de 3 milhões de portugueses e o Campo de Tiro de Alcochete situa-se, em linha recta, a pouco mais de 20 km de Lisboa e, naturalmente, em nosso entender, a existência desta estrutura militar e das actividades para que é utilizada, designadamente o exercício de tiros e o desenvolvimento de experiências com explosivos, tem ou pode vir a ter consequências graves para a segurança de todos estes cidadãos portugueses e dos bens que se situam nesta região.

Assim, pergunto a V. Ex.^o, como Ministro do Planeamento e da Administração do Território, se já houve qualquer evolução na sua posição inicial relativamente a esta questão e se, de facto, entende ou não que este é um equipamento com forte condicionante no desenvolvimento e no ordenamento do território da área metropolitana de Lisboa.

A segunda pergunta tem a ver com uma questão que já aqui foi colocada, ou seja, com o facto de estarem a ser reduzidos os espaços verdes, designadamente no concelho de Lisboa. Portanto, gostaria de saber, Sr. Ministro, se apoia ou não a posição do Governo relativamente à amputação da Tapada das Necessidades para alargamento das instalações do Instituto de Defesa Nacional.

A terceira questão, Sr. Ministro, que já lhe formulei várias vezes e que não poderia deixar de voltar a colocá-la agora, tem a ver com o seguinte: o plano regional de ordenamento do território da área metropolitana de Lisboa está em curso, os planos directores municipais estão em estado avançado de desenvolvimento, pois o Governo impôs uma data limite para a sua realização, sob pena de sanções aos municípios que o não fizessem, e essa data terminava em 31 de Dezembro de 1991. De facto, os municípios têm desenvolvido um esforço financeiro para realizarem os planos directores municipais que estão em fase de conclusão, mas o PROT ainda está em fase pouco adiantada.

Assim, gostaria de saber, Sr. Ministro, se não será um esforço demasiado para as autarquias, que já têm, de facto, grandes dificuldades financeiras, terem investido na realização dos planos directores municipais quando, agora, a aprovação do PROT poderá vir pôr em causa, precisamente, todo um trabalho desenvolvido ao longo desse tempo que foram obrigados a cumprir.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do

Território: Foi com alguma curiosidade, diria mesmo alguma expectativa, que ouvi a sua intervenção, e por uma simples razão.

Estará, indiscutivelmente, em cima da mesa a questão da construção de uma nova contratualização entre o poder central e o poder local, algo que tem de ser resolvido, a breve trecho, quanto a nós, pelo Governo, pela Assembleia da República e pelas autarquias, uma nova contratualização que implique uma nova repartição de meios financeiros e também uma nova repartição de funções, atribuições e competências.

Sr. Ministro, devo dizer-lhe que o que referiu a respeito dos problemas das áreas metropolitanas nos desiludi nesse ponto. O Sr. Ministro referiu-se às necessidades financeiras acrescidas do poder local para a resolução dos problemas que indiscutivelmente existem, mas falou, a esse respeito, de uns necessários exercícios de engenharia financeira, nomeadamente a procura de novas fontes de financiamento pelas autarquias dentro das possibilidades legais que já possuem.

Se bem entendi, esta sua afirmação, Sr. Ministro, significa que novos meios financeiros vão ser pedidos aos particulares, tanto enquanto entidades individuais como enquanto entidades colectivas. A nosso ver, Sr. Ministro, a sociedade civil não aguenta mais uma sobrecarga fiscal, por via directa ou indirecta, por impostos ou por taxas.

O Sr. Ministro terá ocasião de me esclarecer sobre esta questão e se o puder fazer com dados concretos e de uma forma irrefutável, de a desmentir, naturalmente que a nossa bancada ficará mais descansada.

Parceceu-me, inclusivamente, Sr. Ministro, que quando falou de novas competências também falou de transferências de funções, que implicam, essencialmente, o aumento das despesas correntes, de encargos com pessoal, de encargos com a gestão de novos equipamentos e de novas infra-estruturas, para responder a novas necessidades.

Deu, é certo, muitos conselhos ao poder local sobre a forma de resolver esses problemas, mas pareceu-me que o Sr. Ministro, sobre as áreas metropolitanas, mais do que resolver problemas por intermédio do Governo estava a tentar livrar-se deles. Foi isso, naturalmente, que nos preocupou.

É certo que o Sr. Ministro, na introdução que fez à sua intervenção, disse algo de bastante correcto, isto é, disse que a mudança da população dos campos para as cidades, que está a dar-se de forma substancialmente acelerada, coloca um problema que tem de ser privilegiadamente resolvido com o desenvolvimento de aglomerados urbanos de média dimensão ou de dimensão intermédia. Esta é uma afirmação indiscutivelmente correcta, Sr. Ministro, mas toda a gente sabe isso, não é preciso ser-se perito para saber que na rede urbana nacional existe um enorme défice de aglomerados urbanos intermédios.

O Sr. Ministro disse — o que damos de barato — que o Governo privilegia uma política de favorecer o desenvolvimento de novas centralidades em novos pólos de dimensão intermédia. Mas, Sr. Ministro, é um facto que as questões aqui colocadas sobre a degradação do ambiente urbano, sobre a marginalização social de milhares de pessoas estão já a acontecer nessas centros urbanos de média dimensão. Nessas novas centralidades estamos já com problemas de movimentos pendulares entre população residente exterior a esses aglomerados e com empregos no interior deles, estamos já a assistir ao nascimento de áreas degradadas um pouco por todo o lado em torno desses centros.

Peço, pois, ao Sr. Ministro que seja mais concreto a expor a política do Governo relativamente à solução desses problemas. É que não se resolve tudo com áreas metropolitanas, há que encontrar uma nova política para esses novos centros.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito obrigado pelas perguntas que me colocaram, que demonstram o interesse com que seguiram a minha exposição, com exceção do Sr. Deputado Octávio Teixeira, que esteve desatento, porque disse que olvidei as pessoas, quando comecei por falar nas pessoas! Disse ainda que fui desumano, quando todo o meu discurso exortou os protagonistas dos órgãos das áreas metropolitanas a olharem mais para as pessoas do que para o adereço — foi o termo que arranjei — que poderia significar ou pertencer a esses órgãos, e quando referi, muito claramente, as antigas e as novas formas de pobreza! Efectivamente, o Sr. Deputado Octávio Teixeira esteve muito desatento!

Por outro lado, voltou a mostrar que esteve desatento ao referir a questão das promessas. Eu referi promessas passadas, que foram cumpridas, Sr. Deputado, e não promessas futuras! Referi-me a coisas que o XI Governo tinha prometido e que cumpriu, se não não as teria invocado.

Quer o Sr. Deputado eficácia não só verbal mas também acção! Mas foi exactamente para isso que nós contemplámos órgãos próximos da acção, próximos dos problemas para fomentar a eficácia dessa mesma acção. Aquilo que propõe é aquilo que está por detrás daquilo que definimos.

Sr. Deputado Daniel Branco, V. Ex.^a referiu que em relação aos problemas concretos eu nada disse. Refiri o enquadramento geral e fui ao ponto de fazer um inventário dos meios financeiros a que podem recorrer, referi questões de escala e referi a procura da escala através de soluções viáveis a nível local e que permitam ter maior eficácia. Ora, se, efectivamente, não percorri o inventário todo, não sei o que é que falta!

É verdade que não disse aquilo que o Sr. Deputado queria, pois V. Ex.^a queria, naturalmente, que eu chegassem aqui e dissessem que, no próximo Orçamento do Estado iria haver duas linhas, uma no PIDDAC e outra no Orçamento do Estado, para satisfazer as necessidades, tanto em despesas correntes como em despesas de investimento, das áreas metropolitanas. Eu disse exactamente o contrário: disse que não contassem com o Orçamento do Estado para mais gastos. E, aproveitando também para responder ao Sr. Deputado Manuel Queiró, direi que não contem com isso porque é uma óptima ocasião — e foi o que eu disse — para fazer racionalização de despesas correntes e racionalização da Administração.

Em relação à parte dos investimentos, fiz um inventário. Não posso, naturalmente, debruçar-me em profundidade sobre ela neste momento, mas trata-se de exercícios de engenharia financeira na verdadeira acepção da palavra. São uma combinação de recursos de vários tipos de fundos, na sua composição de subsídios mais empréstimos, repercutindo, com encargos menores para os destinatários,

aquilo que vêm a ser os serviços que lhes são prestados e, portanto, arredando qualquer espécie de aumento de impostos ou de taxas, mas tratando de escolher os modelos de financiamento que mais se adequem aos problemas.

Não me esqueci de fazer referência ao Plano, nem estive a fazer a defesa da actuação casuística em tudo aquilo que são investimentos. Pelo contrário, disse que as pessoas tinham de se concertar, porque há investimentos de nível — e respondo também ao Sr. Deputado André Martins neste domínio —, há que articular investimentos e propostas que são do âmbito do PROT com propostas que são do âmbito dos planos directores municipais. Mas elas estão a seguir paralelamente e nunca podemos dizer que vamos ficar à espera do resultado de um para iniciar um outro, porque os processos estão interactivos e vai haver seguramente necessidade de reformulação. O planeamento para nós é um processo, o Plano não é nenhum documento sagrado.

Sr. Deputado António Costa, suponho que nenhuma das hipóteses que colocou é verdadeira. O que se passa é que o PROT está em elaboração e continuará em reformulação. Há discussões neste momento com os diversos sectores para contemplar a inclusão das diversas infra-estruturas e equipamentos, não há naturalmente nenhum antagonismo entre aquilo que vem a ser o conteúdo do PROT e as decisões dos diversos sectores. É isso que se fará a seguir.

É evidente que passo sobre as referências menos apropriadas que fez ao meu colega das obras públicas. Ele encontra-se presente, e tenho a certeza absoluta que será também valente nas respostas e não só nos jornais, como V. Ex.^a disse!

O Sr. António Costa (PS): — É um desafio!

O Orador: — O Sr. Deputado José Manuel Maia referiu um ofício cuja resposta está muito atrasada. O problema já foi resolvido e está ultrapassado. Houve efectivamente atrasos na transferência de verbas de Bruxelas, que acompanhámos de forma muito próxima, não deixando que houvesse qualquer espécie de descuido nesse domínio. O dinheiro já foi distribuído, pelo que se não chegou à Câmara Municipal de Almada é por qualquer razão de atraso pontual que não está relacionada com o problema geral.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Às câmaras do distrito!

O Orador: — Eu próprio tive ocasião de fazer diligências em Bruxelas e as coisas estão no bom caminho.

O segundo ponto que referiu é falso, Sr. Deputado. Nunca teve lugar uma reunião — temos tido muitos encontros, mas nunca houve uma reunião — com o Sr. Ministro da Obras Públicas, Transportes e Comunicações, comigo e com o Sr. Primeiro-Ministro para se tratar deste assunto.

Em relação à localização em Palmela de grandes centros fabris, o Sr. Deputado está mal informado. Se as suas fontes são correctas, deveriam tê-lo informado de que teve lugar uma reunião apenas quanto à negociação que foi feita. Nesse caso, sim, houve uma reunião com o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Sr. Ministro do Comércio e Turismo, as Câmaras de Setúbal e de Palmela e a Administração dos Portos de Setúbal e de Sesimbra aquando da decisão da localização da fábrica Ford/Volkswagen em Palmela. Essas

repercussões externas foram avaliadas, viu-se quem é que havia de fazer as estradas: a Junta Autónoma, que proporcionou o projecto, a própria Administração do Porto, que vai fazer algumas dezenas ou centenas de metros do novo cais. Tudo isso foi previsto numa adição, através da operação integrada de desenvolvimento, que vai colmatar grande parte do impacte, em termos financeiros, que pode ter na zona a localização de uma coisa que — folgo que tenha dito que está de acordo — é positiva para a criação de emprego e para a mudança do tecido produtivo nacional.

O Sr. Deputado André Martins fez uma descrição do Campo de Tiro de Alcochete como se fossem lá ensaiar-se bombas atómicas ou coisa semelhante! Recomendo-lhe que faça uma visita ao campo!

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Vamos para lá brincar ao berlindel! ...

O Orador: — Eu fui lá e estive a ver que tipo de exercícios é que se fazem. O quadro catastrófico que traçou não é verdadeiro. Não há o menor dos perigos com aquilo que lá se faz, havendo uma zona de protecção suficientemente alargada em relação a qualquer população que esteja nas vizinhanças.

Não trace quadros catastróficos e apocalípticos, porque não é verdade o que está a dizer em matéria de impacte sobre as redondezas.

Relativamente às questões do Sr. Deputado Manuel Quiciró, creio que em parte já respondi. A questão dos exercícios de engenharia financeira está esclarecida.

Quanto à questão da transferência de funções, de maneira nenhuma se está a prever transferência de funções com encargos correntes que aumentem. O que eu disse, Sr. Deputado, foi que tínhamos de aproveitar esta circunstância para tornar mais racionais os serviços que existem, não ampliando de qualquer maneira as estruturas ou as superestruturas de serviços.

O último ponto que focou foi o da rede nacional. É muito importante aquilo que referiu, mas não tem o mérito da novidade, porque já o tenho referido muitas vezes nesta Câmara, tendo mesmo acabado de o referir há pouco. Sou dos que pensam que a solução dos problemas das áreas metropolitanas não se resolve actuando sobre as mesmas, mas sim aliviando a pressão que existe sobre elas. Está a ser bem sucedida essa política de alívio por facilitação da fixação de novas actividades. É isso que é o embrião de qualquer centro urbano: a capacidade de reter empregos e de reter população ligada a estes. É isso que está a acontecer, é o que se verifica em Aveiro, em Viseu, em Guimarães, em Viana do Castelo, em Castelo Branco, em muitos outros pontos do País, onde as cidades intermédias estão a crescer e onde se está a reter população que, de outro modo, sim, viria para as tais periferias urbanas onde a vida é muito má e onde custa muito mais dinheiro resolvê-la do que nesses locais, onde há possibilidade de reter e de criar emprego.

Suponho que as duas políticas não estão de maneira nenhuma desligadas, devem ser articuladas. Se já há problemas de atrasos nas deslocações pendulares e nos movimentos pendulares, suponho que esses têm de ser resolvidos a nível local e com os meios que custam muito menos do que os meios das grandes operações cirúrgicas que têm de ser feitas nas áreas metropolitanas. É aí que se têm de encontrar os indicadores e as condições que conduzam a indicadores de maior conforto na vida das cidades intermédias.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado André Martins, pediu a palavra para que escute?

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, é para defesa da consideração relativamente a afirmações que o Sr. Ministro proferiu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Ministro, V. Ex.^a diz que esteve no Campo de Tiro de Alcochete e que não é verdade aquilo que eu disse. Certamente que o Sr. Ministro tem como referência o relatório que serviu de estudo, e que por vezes até foi apresentado como um estudo, de impacte ambiental relativamente ao Campo de Tiro de Alcochete. Desde essa altura, possivelmente, o Sr. Ministro não foi lá e, tendo como referência esse estudo, por certo não compreendeu que esse estudo teve apenas em conta o Campo de Tiro de Alcochete tal como existia antes do seu alargamento e com as actividades que lá se desenvolviam. Foi por isso, certamente, que dois dos membros da comissão que elaborou o estudo votaram contra o parecer que foi elaborado. O Sr. Ministro tem conhecimento disto, uma vez que esteve directamente envolvido no processo.

O Sr. Ministro sabe com certeza que o Campo de Tiro de Alcochete passa a ser, com o alargamento, o maior campo de tiro da Europa e sabe quais as negociações que tem havido, designadamente com o Governo Alemão, para a sua utilização com tiros ar-terra, para experiência de explosivos perigosos e experiências inovadoras feitas por forças armadas estrangeiras.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É isto, de facto, que consta do relatório, são estas as informações que detemos e que certamente o Sr. Ministro também detém quanto ao que será o futuro Campo de Tiro de Alcochete, o maior campo de tiro da Europa, na área metropolitana de Lisboa, que tem cerca de 3 milhões de habitantes.

É esta a realidade, Sr. Ministro, pelo que não posso deixar de usar a palavra para defesa da consideração e dizer que não é mentira o que eu disse, que é verdade e que os dados existem.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Deputado André Martins, não disse de maneira nenhuma que V. Ex.^a não tinha dito a verdade, o que disse é que tinha exagerado — e desculpar-me-á que agora utilize um termo pesado dizendo que exagerou de forma grosseira — e que tinha traçado um quadro apocalíptico do que vem a ser aquela zona, o que não é verdade.

Referiu-se ainda a 2 milhões de habitantes localizados à volta do campo de tiro, sem protecção nenhuma, todos eles em perigo de vida, podendo-lhes cair uma bomba em cima da cabeça! Isso não é assim! Os ensaios que lá se fazem — eu próprio fui ver — são feitos em simuladores. Não me vai dizer que montaram uma operação para me tranquilizar!?

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Já houve acidentes, Sr. Ministro!

O Orador: — Eu próprio fui ver para ter a noção da importância do que estava em causa, não estando no horizonte a possibilidade de qualquer dos desastres que V. Ex.^a traçou, tendo-me insurgido contra a caracterização de um grande perigo iminente, que não existe na realidade.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É em pleno processo de institucionalização das áreas metropolitanas que surge o presente debate.

A fórmula institucional adoptada é complexa no seu funcionamento e frágil quanto à garantia das suas competências e recursos. Mas poderá constituir um importante passo em frente se forem encontradas soluções contratuais e pragmáticas, que dotem as áreas metropolitanas com as atribuições e os recursos adequados à magnitude dos problemas.

Esta é uma questão crucial da organização do Estado. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto abarcam uma parte significativa da população portuguesa, com graves problemas sociais, de infra-estruturas e de transportes, de gestão da água e do ambiente e de ordenamento global do território.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Desejo que estas palavras sejam exclusivamente viradas para o futuro. Os modelos legais e institucionais são meros pontos de partida, que de pouco servirão se não concretizarem uma vontade política moderna e transformadora, flexível e eficaz, de concertação permanente, de partilha de recursos e de riscos, de inovação, de desenvolvimento, de solidariedade.

Não estamos isolados nestas preocupações. A Europa dos anos 90 e do próximo século será também a Europa de um determinado sistema urbano, que constitui já hoje um vasto tecido territorial, onde se concentra a maior parte da população europeia. Mas onde também existe um maior potencial de desenvolvimento e ocorrem os mais graves problemas sociais: a riqueza e a desigualdade; o bem-estar e os desequilíbrios; as actividades mais dinâmicas e inovadoras e a marginalidade; as virtualidades do centro e as frustrações e a solidão das periferias. É por isso que a inadiável ambição política de uma exigente qualidade de vida tem necessariamente de passar pelo combate às carências urbanas em equipamentos, em serviços, em ordenamento do território, em integração social. Não podemos esquecer que as grandes aglomerações urbanas são o motor do desenvolvimento económico e social, das actividades lúdico-culturais, da inovação tecnológica.

É por isso a temática das áreas metropolitanas, um problema de Estado, com um papel decisivo no reforço da coesão social, na criação de novas oportunidades e determina a necessidade crescente dos mecanismos de cooperação público-privado. É cada vez, mais óbvio que a entidade metropolitana tem de actuar num contexto internacional muito competitivo, assumindo uma representação forte e credível para propor, congregar e incentivar ideias e projectos geradores da massa crítica indispensável ao desenvolvimento.

Por isso as áreas metropolitanas têm de se assumir local, nacional e internacionalmente como pólos dinamizadores da economia e da sociedade, capazes de inovar nos domínios tecnológico, cultural e social. Têm, Srs. Deputados, sobretudo, de crescer em qualidade, pois só assim poderão vir a desempenhar o papel que lhes compete. As duas áreas metropolitanas portuguesas continuaram a crescer nos anos 70 e 80 sem que lhes correspondesse o necessário incremento qualitativo. A sua competitividade não aumentou, antes se verificou, em inevitável simultaneidade, a crise das infra-estruturas e dos equipamentos com o disparo incontrolado das carências.

O inadiável incremento da competitividade em Portugal, a fomentar-se a par e passo com o reforço da coesão social, da qualidade e da solidariedade, depende, em larga medida, da modernização do aparelho económico e da cobertura do défice estrutural das áreas metropolitanas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É por isso que as novas entidades têm necessariamente de desempenhar os papéis de concentração das estratégias municipais e, em simultâneo, de integração de estratégias sectoriais de nível superior.

Perante estes objectivos, deve constatar-se que a lei que criou as áreas metropolitanas deveria porventura ter ido mais longe na descentralização de competências e de recursos da administração central para as áreas metropolitanas.

Vozes do PS e do Deputado independente Mário Tomé: — Muito bem!

O Orador: — Se digo isto é porque o conselho metropolitano que a lei prevê tem, por agora, apenas funções meramente consultivas, mas pode e deve evoluir, e será da confiança gerada e da aposta que nele se fizer que muito vai depender para a consolidação do processo.

Não queremos nós, socialistas, que esta nova e decisiva experiência se venha a virar contra os municípios fundadores, nem que porventura possa, por omissão, vir a corresponder a um discreto «lavar de mãos» da administração central.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo, as áreas metropolitanas não podem debater-se com a carência de meios próprios, com a falta de transferências do Orçamento, com a ausência de concertação e contratuallização com a administração central, com a recusa da admissão do seu protagonismo na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional em curso, com a «sobranceria» frequente de alguns ministérios e empresas públicas e até com rivalidades estériles, às vezes entre municípios ou entre as próprias áreas metropolitanas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Para acabar com a desertificação e a inssegurança, queremos concorrência e competitividade num mundo exigente. Mas sabemos que a perspectiva das áreas metropolitanas e do desenvolvimento regional só tem sentido se contribuir decisivamente para o aumento do bem-estar social e da promoção económica, do progresso cultural, da descentralização política e administrativa, em

suma, da busca da qualidade pela via da complementariedade e nunca pela via de rivalidades auto-sustentadas, divorciadas da indispensável solidariedade nacional.

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

Deste modo, não queremos que a nova instituição metropolitana corra o risco de se tornar numa simples plataforma reivindicativa face à administração «majestática» e ou numa espécie de «mesa» de reivindicação interna entre municípios desiguais, que justamente clamam pela equidade mas que não têm por onde nem como distribuir. Importa, pois, aproveitar a oportunidade e as virtualidades da instituição criada. Nada é mais urgente.

Permitam-me que tome como exemplo a área metropolitana de Lisboa.

A situação funcional e a qualidade de vida da área metropolitana de Lisboa atingiu níveis de gravidade insuspeitados há alguns anos. O atraso das infra-estruturas — que não se mede apenas por quilómetros de auto-estrada —, o desajustamento dos equipamentos sociais e educativos e a degradação ambiental, devido à incúria na criação de pulmões metropolitanos, de serviços limpos de transporte colectivo e do ordenamento industrial, constituem uma herança acumulada que exige um inadiável programa específico de emergência, baseado no princípio da solidariedade institucional.

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

Temos consciência de que é no corpo desta metrópole que se escondem hoje condições de vida mais degradadas do País. Também aqui se albergam ritmos de desenvolvimento de tal modo divergentes que ameaçam a própria viabilidade da estratégia de capitalidade agressiva, cada vez mais necessária face à concorrência das metrópoles europeias e que passa por acções conjugadas com os agentes da sociedade civil e as instituições, de que cabe aproveitar as potencialidades.

Projectos tão importantes para o futuro colectivo como os da potenciação cultural e científica e da animação à escala internacional, que podem constituir para o País a «Capital da Cultura de 1994» em Lisboa ou a Exposição de 1998, terão feridas as suas possibilidades se persistirem as condições terceiro-mundistas das periferias, a crescente degradação das acessibilidades ou da mobilidade de pessoas e bens, as dramáticas carências de habitação, a pobreza ou abandono dos recursos naturais, da água ao ar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É esta também, com as devidas proporções, a situação na área metropolitana do Porto.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o que vos proponho hoje é um programa de emergência solidário para vencer o futuro com optimismo.

O sucesso das áreas metropolitanas vai residir na capacidade que as novas entidades tiverem para levar por diante um número limitado de projectos, que sejam verdadeiramente estruturantes. Estes projectos poderão ser da iniciativa do governo central, da entidade ou autoridade metropolitana ou de um ou mais municípios, mas terão de se enquadrar num plano e programa para cada área metropolitana.

Por isso, é desde já fulcral, como aqui já foi referido, a conclusão do Plano Regional de Ordenamento do Território da área metropolitana de Lisboa. Esses projectos poderiam ser realizados, para além de outras formas, através de sociedades mistas especialmente criadas para o efeito, com a participação de capitais do Estado e ou das áreas metropolitanas dos municípios ou de outras entidades públicas ou privadas.

Alinho aqui um conjunto de propostas a que fiz referência para efeitos desse programa: a criação de complexos terciários perto da linha de cintura em Lisboa, nos interfaces de transportes; a reestruturação e renovação de áreas urbano-industriais obsoletas, em relação a ambas as áreas metropolitanas; a implantação de um gabinete sério para o estuário do Tejo, que discuta, proponha e decida em matéria global, do ponto de vista ambiental; o reforço das estruturas verdes metropolitanas; a criação de complexos de actividade de lazer; a concretização da EXPO 98, com todos os efeitos regionais e nacionais indutores que traz consigo.

Conjuntos de projectos metropolitanos têm de constituir o corpo central dos programas operacionais para as áreas metropolitanas no contexto do próximo quadro comunitário de apoio. Será uma ocasião única para um novo fôlego à inadiável contratuallização entre municípios, áreas metropolitanas e administração central, cada vez mais necessária perante as vicissitudes várias que todos sentimos neste período de vigência do actual quadro comunitário de apoio.

Para além disto, haverá que dotar os municípios e as áreas metropolitanas com os meios e os poderes que lhes permitam actuar determinantemente na prossecução de políticas qualitativas concretas. Passo a referir algumas medidas essenciais.

A habitação para venda e arrendamento deverá ser financiada pela redução da fiscalidade no sector, por uma maior afectação dessa fiscalidade gerada pelo sector à própria habitação, pela criação de um órgão de suporte de uma política habitacional metropolitana capaz de funcionar como alavancas financeira do sistema e por um efectivo alargamento da acção do Instituto Nacional de Habitação a todos os municípios das áreas metropolitanas (isto é, institutos nacionais de habitação para as áreas metropolitanas).

E lanço desde já, Srs. Membros do Governo, um desafio sincero: vamos fazer um grande acordo institucional sobre o problema da habitação. O Governo, no uso das suas competências, afectará os meios financeiros e proporá as modificações legislativas indispensáveis e, como todos sabem, necessárias; os órgãos metropolitanos, com a capacidade de coordenação de que irão dispor, desencadearão os planos que permitam lançar algumas intervenções de envergadura; as autarquias disponibilizarão os solos, e todos mobilizaremos a comunidade empresarial e científica para que avance com propostas e projectos que permitam soluções construtivas novas, com a necessária qualidade e com custos compatíveis.

Aplausos do PSD.

Na área dos transportes, é indispensável e urgente a criação de comunidades de transporte que expandam, qualifiquem e coordenem a oferta de transporte público, bem como a programação mais criteriosa e menos voluntarista dos investimentos em infra-estruturas viárias, através de instrumentos de planeamento do tipo do Plano Regional de Ordenamento do Território. Ainda neste

domínio, somos pela criação de condições financeiras apropriadas, através da afectação de uma parcela do imposto sobre os produtos petrolíferos cobrado no interior das áreas metropolitanas, conjugadas com uma adequada gestão do transporte individual, através da progressiva extinção do imposto automóvel articulado com uma actualização real do imposto municipal sobre veículos. Impõe-se, finalmente, a criação efectiva, concertada e contratualizada de alternativas sérias de transporte público, que travem o crescimento do uso moderado do automóvel.

No quadro da defesa do ambiente, somos pelo diagnóstico fino da poluição industrial e agro-pecuária, taxando os poluidores e incentivando reconversões e ou localizações, pela delimitação, plantação e conservação das estruturas verdes metropolitanas, pela despoluição do Tejo e do Sado e sua abertura às populações ribeirinhas e por um enquadramento deste vasto projecto num dos programas possíveis no futuro quadro comunitário de apoio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nos equipamentos sociais e segurança, impõe-se a afectação de uma parte do IRS a um fundo de solidariedade social metropolitano, como resposta fiscal às carências e desqualificações na área social e da segurança. A não ser tratado com urgência, este binómio — não temos sobre isso a menor dúvida — poderá a curto prazo gerar respostas de caráter racista perante a falta de opções políticas dos marginalizados pelo sistema.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O papel que as grandes cidades desempenham no contexto nacional e no quadro europeu deveria impor a consideração de um tratamento específico das questões da sua gestão e dos custos dessa mesma gestão. Trata-se, entre outras matérias, da necessidade de um novo quadro legal, que se requer flexível e simplificado, de um novo regime financeiro, de novas possibilidades de contratação e de novos sistemas de fiscalização *a posteriori*, acabando com as permanentes condições de desconfiança que proliferam por toda a parte. A filosofia dos financiamentos decorrente da legislação actual e da que se anuncia em matéria de finanças locais ignora a questão dos grandes centros urbanos.

É evidente que os partidos que disputaram a última campanha eleitoral e debateram o Programa do Governo qualificam a questão dos grandes centros urbanos como a questão fulcral da política portuguesa. Ora, os impactes gerados nas grandes cidades, em especial na capital, onde se centram os maiores problemas sociais (marginalidade, desemprego, pessoas sem abrigo, toxicodependência) e onde se localizam os principais serviços públicos (sem que tal facto gere quaisquer receitas municipais, nem por via das derramas, nem por via da contribuição autárquica), não são minimamente considerados.

A próxima revisão anunciada da Lei das Finanças Locais tem de abordar esta questão específica, num quadro de justiça relativa e proporcional às condições portuguesas e que permita o desenvolvimento regional. Mas terá de haver também um quadro e uma política para as grandes cidades que igualmente não perca de vista os inevitáveis e exigentes custos da capitalidade, nomeadamente das áreas metropolitanas no seu conjunto.

Estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, perante um grande desafio nacional, um

desafio que só terá futuro se começar já a ter presente. Para isso, há que, acima de tudo, ter a coragem de ousar pôr de pé um projecto nacional que, por isso mesmo, exige colaboração institucional, aberta e franca. Queremos ação, meios financeiros, coordenação, planeamento, iniciativa, capacidade e qualidade no nosso desenvolvimento.

O País não nos perdoará — ao poder central e ao poder local — se não soubermos decidir e avançar em conjunto.

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Manuel Castro Almeida, Falcão e Cunha, Manuel Queiró e Manuel Moreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Castro Almeida.

O Sr. Manuel Castro Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Sr., Deputado Jorge Sampaio, confesso ter sido com surpresa que vi V. Ex.^a fazer nesta Sala uma proposta de alteração à lei vigente sobre áreas metropolitanas, quando estas ainda não entraram em funcionamento, quando os seus órgãos ainda não reuniram e ainda não têm qualquer experiência acumulada, ao que acresce o facto de o Partido Socialista ter dado o seu voto favorável à lei que veio a ser aprovada. Não entendo, pois, de que forma — e gostaria que V. Ex.^a me explicasse — poderão os problemas das áreas metropolitanas ser melhor resolvidos com uma outra lei, sendo certo que a lei que VV. Ex.^a ajudaram a aprovar não mostrou ainda a sua validade ou a falta dela.

Por outro lado, V. Ex.^a veio apresentar aquilo a que chamou um programa de emergência. Creio, com o devido respeito, que não o fez no lugar próprio. Seria, sim, a junta metropolitana, no caso concreto a de Lisboa, ou o conselho coordenador metropolitano, quando vier a ser instalado, o lugar próprio para fazer as propostas que V. Ex.^a aqui veio apresentar.

Percebemos que tenha vindo a este lugar dizer coisas a destinatários que não eram os próprios. Começámos a perceber que toda esta interpelação teve motivações que pouco têm a ver com os verdadeiros problemas das áreas metropolitanas e dos 40% de portugueses que nelas vivem.

Risos do PS.

Não houve, da parte do Sr. Deputado, a identificação de qualquer problema novo das áreas metropolitanas ...

Risos do PS.

Vozes do PS: — É tudo velho, só a liderança é que é nova!...

O Orador: — Agradeço aos Srs. Deputados o favor de não me interromperem.

Não vimos o Sr. Deputado Jorge Sampaio trazer qualquer problema novo que não esteja em estudo ou em realização nas áreas metropolitanas. Não vimos V. Ex.^a apontar qualquer solução nova que competisse à Assembleia da República pôr em prática, para já não dizer mesmo à junta metropolitana, onde V. Ex.^a irá ter assento, nem vi qualquer confissão de culpa da parte de V. Ex.^a, enquanto autarca que é, ou da parte do Partido Socialista, que tem a responsabilidade de uma quantidade importante de autarquias das áreas metropolitanas, o mesmo se aplicando, aliás, ao Partido Comunista.

O que começámos a perceber foi que este debate serviu para as oposições medirem forças entre si, a fim de ver quem é quem neste processo das áreas metropolitanas. O Partido Socialista veio apresentar um pacote sobre diversas matérias autárquicas. O Partido Comunista terá entendido que era altura de mostrar que também é gente em matéria de autarquias locais e que também aí tem foros de poder. O Partido Socialista resolve vir mostrar que, em matéria de áreas metropolitanas e autarquias locais, até é o partido que detém o maior número de presidências de câmaras.

Vozes do PS: — Isso é verdade!

O Orador: — Já que o Partido Socialista detém a maioria das câmaras municipais do País e um peso importante nas autarquias das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, essa seria uma boa razão para ouvir da vossa parte alguma confissão de culpa — alguma que fosse —, mas também a identificação de alguma culpa da parte das autarquias em geral, que não apenas as do Partido Socialista.

O que tem faltado, Sr. Deputado, é coordenação das autarquias entre si e com o Governo. É nessa medida que temos a maior confiança na instituição das áreas metropolitanas e estamos certos de que ao nível da junta e do conselho metropolitanos se poderão encontrar as soluções que até agora não foram encontradas, já que os recursos financeiros são os mesmos de sempre.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Falcão e Cunha.

O Sr. Falcão e Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Sampaio, a sua intervenção suscita-me três questões.

A primeira delas é exactamente no sentido de conhecer a sua interpretação da lei sobre áreas metropolitanas que o Partido Socialista aqui aprovou. As atribuições definidas nessa lei que me parecem mais importantes são — passo a transcrever — «as que sejam transferidas pela administração central ou delegadas pelos municípios das respectivas áreas metropolitanas».

Hoje de manhã, na rádio, ouvi o Sr. Deputado Jorge Sampaio dizer que retomava aqui o seu lugar, mas continuava a ser presidente da Câmara Municipal de Lisboa. É, pois, nessa qualidade que lhe pergunto que áreas delegadas o seu município entende delegar — passe o plenário — às juntas metropolitanas.

A segunda questão diz respeito ao facto de o Sr. Deputado Jorge Sampaio se ter referido, de uma forma que não apreendi muito bem, à disponibilidade do município de Lisboa para participar em sociedades mistas que teriam algo a ver com o Plano Regional de Ordenamento do Território da área metropolitana de Lisboa. Aproveito para lhe perguntar qual é a sua disposição para participar nas sociedades mistas que venham a gerir as empresas de transportes que até agora têm estado a cargo do Governo ...

O Sr. António Guterres (PS): — Do Estado!

O Orador: — ... e que, naturalmente, prestam serviços essenciais no seu município.

Passo à última questão que lhe pretendo colocar. Quando falou em habitação, o Sr. Deputado fez uma

proposta que me pareceu assemelhar-se bastante a algo como: o Governo paga e as autarquias inauguram. A sua proposta pareceu-me traduzir-se neste esquema.

O Sr. Jaime Gama (PS): — O esquema é: as autarquias fazem e o Governo inaugura!

O Orador: — Os elementos de que disponho indicam que em 1987 a Câmara Municipal de Lisboa fez um acordo a que se chamou PIMP e que previa um montante de 30 milhões de contos, dos quais 13 milhões a fundo perdido, destinado à construção de 10 000 fogos. Até 1991, desses 30 milhões a Câmara apenas gastou 6 800 000 contos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Sampaio, não lhe vou pedir que aponte as culpas das autarquias do Partido Socialista nem tão pouco a das autarquias em geral, porque, pelo menos da nossa parte, não lhe passámos procuração para isso ...

O Sr. Rui Carp (PSD): — Isso é grave!

O Orador: — ... e também porque entendemos que a questão não deve ser colocada, muito menos por um partido, em termos de antagonismo, de culpas de autarquias e culpas da administração central. Portanto, uma vez que não estamos a tratar de repartição de culpas, não lhe coloco essa questão.

Contudo, V. Ex.º, na sua intervenção, falou do problema da habitação, sobre o qual queria questioná-lo. Fiquei até com a impressão de que o Sr. Deputado colocou o enfoque no mercado da habitação, apontando várias vias para a resolução do problema, tais como a redução da fiscalidade, uma política de solos e a interacção de várias entidades. Porém, desejava ouvi-lo relativamente ao problema da habitação social na área metropolitana de Lisboa, nomeadamente no que respeita aos programas em curso e aos meios que a Câmara Municipal de Lisboa entende serem necessários e pode disponibilizar.

Da nossa parte, julgo saber que está em curso um programa de médio prazo de cinco anos, com uma verba prevista de 70 milhões de contos, e foi já aqui referido, como contendo verbas que não estariam a ser aplicadas, o papel do Programa Integrado de Médio Prazo. Neste sentido, pergunto quais são as verbas que o Sr. Deputado julga que esse programa, o PIMP, poderá disponibilizar para o tal programa de 70 milhões de contos, em cinco anos, o qual, segundo sei, prevê a intervenção não só do IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado) mas também das cooperativas e da própria câmara municipal.

Queria também perguntar ao Sr. Deputado, para meu esclarecimento e desta Câmara, qual a quota de esforço que as autarquias da área metropolitana de Lisboa têm sido forçadas a fazer para a resolução do problema da habitação social.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, houve Deputados que prescindiram do uso da palavra para pedir esclarecimentos, pelo que, para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, terei que ser telegráfico mas, antes, quero agradecer a atenção que os Sr. Deputados e, certamente também, os Srs. Membros do Governo dispensaram à minha intervenção.

Sr. Deputado Manuel Castro Almeida, admito a sua surpresa porque, de facto, há capítulos na vida política que já passaram. Porém, a posição, minha e do meu partido, nesta matéria, é de não esquecer, em qualquer momento, que há 2,5 milhões de portugueses na área metropolitana de Lisboa e 1,5 milhões na do Porto, o que perfaz 4 milhões, correspondendo a mais de um terço da população. Por isso, algumas «guerras de alecrim e manjerona» são totalmente incompatíveis com a necessidade de dar resposta a quem, todos os dias, nos procura por casa, como eles próprios nos dizem, nos procura por transporte, nos informa que gasta quatro horas para chegar ao trabalho e regressar, etc., etc.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado, com toda a estima lhe digo que não referi qualquer proposta de alteração à lei que votámos há alguns meses atrás e à qual, apesar de não ser, obviamente, o nosso modelo, demos voto favorável — imagine, Sr. Deputado, são coisas que acontecem! — embora fosse extremamente positivo, do ponto de vista institucional, se o contrário se verificasse. Afinal, não fazemos só asneiras, como os senhores, por vezes, dizem!

A única coisa que disse — e o senhor, curiosamente, não deve ter ouvido — foi, aliás, aquilo que o Sr. Ministro também referiu, ou seja, que a lei aprovada é aberta porque, na alínea g) do seu artigo 4.º, permite efectivamente que, para além das atribuições que estão taxativamente mencionadas, outras possam vir a ser transferidas, ou delegadas, da administração central.

O grande desafio que se põe às áreas metropolitanas e à contratualização de que se fala é, no fundo, o de saber se vai criar-se confiança para que haja eficácia e se é ou não possível dar às áreas metropolitanas condições de actuação, de coordenação, para que elas efectivamente possam levar a cabo tudo aquilo para que foram criadas. Caso contrário, estaremos a criar um nado-morto.

Não propus, pois, qualquer alteração. Pelo contrário, manifestei-me disponível, bem como o meu partido e todos os autarcas que conheço.

Sr. Deputado, hoje não estivemos a dirimir conflitos a propósito das áreas metropolitanas mas a trabalhar em conjunto, como, independentemente das suas fronteiras políticas, já o fazem, há meses, os 18 municípios da área metropolitana de Lisboa, que, também hoje, estiveram na Presidência da República a revelar o desejo de uma presidência aberta nesta área metropolitana.

Aplausos do PS.

Entre a minha pessoa, o Sr. Deputado Daniel Branco e o Sr. Presidente Isaltino de Moraes não houve, até este momento, sobre esta matéria, sobre a ponte, sobre a habitação, sobre os clandestinos, sobre financiamentos ou sobre as competências, divergências ideológicas de vulto que sejam susceptíveis de grande referência. Isso não quer dizer que não existam mas, sim, que, apesar de tudo, há campo de manobra para podermos avançar.

Portanto, Sr. Deputado Manuel Castro Almeida, pergunto se não é este o lugar e o momento próprios, como

outros que se seguirão, para apresentar algumas medidas que consideramos indispensáveis para a área metropolitana. Não será, afinal, a Assembleia da República lugar próprio para isto? Então, é próprio para interpelações e não o é, como entidade que criou e aprovou a lei e como órgão de soberania principal, para se dizer o que é que está a faltar, o que pode vir a faltar ou aquilo em que é necessário avançar?

Aplausos do PS.

Isso deixa-me preocupado, Sr. Deputado. Não vejo a junta metropolitana como uma coisa despicienda, onde os Srs. Autarcas se sentam e vão tratar de assuntos menores, quando, na verdade, têm a ver com um terço da população portuguesa ... Não é certamente esse o seu entendimento de economista e, por isso, faço-lhe a homenagem de não pensar que é assim.

Com efeito, este é, soberanamente, o mais importante dos lugares próprios para tratar dos interesses da população portuguesa, de uma questão nacional como esta é, efectivamente.

Por si, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que não costumo fazer aqui confissões. Para isso, há outros lugares, outras sedes, outros condecorados — com todo o respeito —, onde elas podem efectivamente fazer-se. Porém, há, efectivamente, um conjunto de problemas que precisam rapidamente de resposta.

O Sr. Deputado Falcão e Cunha, que conheci noutras procissões difíceis, não quer — e, com certeza, conhece bem estas questões — que o Governo pague e que as autarquias inaugurem ... Da minha parte, procuro realmente evitar que as autarquias paguem e que o Governo inaugure!

Risos do PS.

Portanto, a única coisa que vim aqui propor foi que nos encontremos a meio caminho.

E pegando precisamente no exemplo que o Sr. Deputado conhece bem melhor do que eu, direi, a propósito do plano de intervenção a médio prazo para a habitação em Lisboa — e não queria «lisboetizar» este debate, pois ele é muito mais grave do que tudo isso —, que, na verdade, se passou esta coisa verdadeiramente espantosa: há qualquer coisa como 729 fogos que estão, na sua maior parte, quase concluídos e que dependeriam de 3 414 000 contos de empréstimo do Estado que não foi efectuado; ora, nós estámos a avançar com o dinheiro — por enquanto ainda temos! — para compensar a parte proveniente do contrato assinado, em 1987, entre o Estado e a autarquia.

Por isso, Sr. Deputado Falcão e Cunha, aqui somos nós a pagar — por nós e por outrem. E, no fim, inauguraremos — vá lá, que Diabo! —, pois até nos pagarem ...

Risos do PS.

Portanto, o meu desejo é de que, perante a carência dramática nesta área metropolitana, haja habitação, haja oferta diversificada, haja modificações legislativas, se alargue o plano de intervenção e que a consideração metropolitana deste problema passe para as primeiras páginas, porque, no espaço apertado dos concelhos, ele não terá solução se não for visto numa perspectiva global. E esse é sinceramente o meu desejo. O ritmo está excelente e oxalá as prestações decorrentes desse contrato estejam, também necessariamente, em vigor.

Sr. Deputado Falcão e Cunha, o que não posso perceber — e o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sabe isso — é que o Governo diga assim: «vamos privatizar a linha de Cascais e eventualmente também a linha de Sintra, porque dão lucro, vamos privatizar os centros de exploração da Rodoviária Nacional de Lisboa e do Laranjeiro e, depois, aquilo que é uma grande maçada, uma grande «chatic», com grandes investimentos, com saneamentos financeiros, com bilhetes sociais e compensações, passa para as câmaras municipais».

Ora, isto não pode ser assim, como toda a gente sabe, pois já toda a gente percebeu!

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

Ora, eu disse ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — e ele sabe que é verdade — que estamos disponíveis para iniciar uma discussão serena sobre o futuro de tudo isto, pois não faz qualquer sentido que não haja uma política concertada de transportes para a área metropolitana de Lisboa, que não haja uma autoridade metropolitana de transportes em Lisboa e no Porto que coordene um conjunto de operadores, de investimentos, que contratualize tudo isto, para que não tenhamos, sobre isso, responsabilidades, porventura, acrescidas. Mas tem de ser um pacto efectivo, sério, a médio e longo prazo, em que cada um assumirá as suas responsabilidades.

Os grupos de trabalho estão a iniciar os seus trabalhos e oxalá cheguemos a conclusões. O que não podemos (passe a expressão, porque não tem nada de pejorativo) é passar uma espécie de «cheques em aberto», que ninguém sabe quando nem como escreve e que saldo é que vai haver para os pagar na devida altura.

Que áreas delegar, Sr. Deputado? É muito simples! Por exemplo, tudo aquilo que respeita ao saneamento básico, à coordenação de transportes e a matérias como a de ambiente. Trata-se de áreas que imediatamente devem ser delegadas, desde que haja condições para isso.

A este respeito, a nossa abertura é total e penso que a grande questão que falta é a de que as áreas metropolitanas tenham efectivo poder de decisão e de contratualização e não corram o risco de vir a ser «caixa de correio».

A visão dos socialistas é de responsabilidade e não de criação de estruturas, burocracias, novos aparelhos; há que simplificar para que a eficácia aumente e para que a transparência da acção seja visível por todos. É esse o nosso posicionamento.

Finalmente, quanto ao Sr. Deputado Manuel Queirós, já lhe respondi em parte. Com efeito, estamos confrontados com a necessidade de se construírem 10 000 fogos, estando em curso a construção de cerca de 5000. Evidentemente que a nossa disponibilidade para o co-financiamento é total, dentro dos limites legais que estão em curso.

Por isso mesmo, a única coisa que quero dizer é que a questão «habitação» nas áreas metropolitanas é um problema global. Com efeito, começa por ser um problema nacional antes de ser um problema regional ou metropolitano e só uma conjugação de esforços legislativos, financeiros, de política de solos, de nova agilidade em relação a um conjunto de arrendamentos precários ou de prédios em destruição, porventura com verbas comunitárias, possibilitará este tipo de actuação a nível nacional — e espero que o pacote Dellors venha a consagrar, na sequência de Maastricht, um conjunto de instrumentos financeiros.

Peço desculpa por não poder detalhar mais.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Ferreira do Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao referirem-se os problemas das áreas metropolitanas, sejam elas de que país forem ou de qualquer zona da geografia do globo, vêm sempre à memória alguns problemas típicos. E a alguns deles me referir, tais como os problemas interligados da habitação, dos transportes e das acessibilidades.

Quanto ao problema da habitação, como os Srs. Deputados estarão recordados, ainda há muito pouco tempo tive oportunidade de, nesta Câmara, falar nele, com alguma delongha, referindo os resultados estimulantes que estão a ser obtidos, as perspectivas novas que se abrem, a cooperação com as câmaras, que o governo central pretende ver aprofundada, o mercado do arrendamento e, enfim, aquele problema, que considero essencial, que é a esperança de ver as câmaras municipais serem capazes de controlar o custo dos terrenos, factor hoje número um para o encarecimento da habitação.

Falarci, pois, dos problemas dos transportes e das acessibilidades e começarei por Lisboa.

Lisboa é, por natureza, uma cidade de acessibilidade difícil, uma vez que cerca de dois terços do seu limite urbano são confinados pelo rio e até, se formos ao limite da própria área metropolitana, pelo oceano.

Essa situação natural, que torna especialmente difícil a suburbanidade da maior cidade do País, não explica, contudo, o estado lamentável das acessibilidades a Lisboa tal como as fomos encontrar em 1986.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Explica-se melhor pela negligência e pela incapacidade de décadas, durante as quais, praticamente, nada se investiu em infra-estruturas de acesso suburbano, quer rodoviário, quer ferroviário.

Os últimos grandes investimentos de acesso rodoviário à cidade, antes de 1986, foram o troço de auto-estrada de Sacavém a Vila Franca, inaugurado em 1961, e a Ponte 25 de Abril, inaugurada em 1966. Durante os 20 anos seguintes nada ou praticamente nada foi realizado no sentido de melhorar o acesso rodoviário suburbano a Lisboa.

E repara-se que foi durante esses 20 anos — que, afinal, perdemos! — que se acelerou o fenómeno universal da concentração urbana e da ascenção do veículo automóvel como meio de transporte.

No plano ferroviário a questão ainda foi mais grave! Ai, se quisermos saber quais as últimas infra-estruturas ferroviárias que foram criadas para acesso a Lisboa, já teremos de recorrer aos livros de história.

Com a paralisação do investimento nas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias durante os 20 anos, em que mais necessário era que elas fossem criadas, não admira que uma das primeiras preocupações do Governo, a partir de 1986, fosse a execução de um programa maciço de investimento em acessibilidades, que permitisse não só recuperar aquilo que outros não foram capazes de fazer, como seja acautelar as necessidades futuras.

Não admira também que esse seja um dos maiores problemas que as autarquias enfrentam, atentas como estão aos problemas que assligem os seus municípios.

Do programa, que está em curso e que esperamos vir a concluir antes do fim da década, já se vêem alguns resultados.

Assim, no respeitante aos acessos rodoviários, é este o programa e o ponto da situação: duas circulares, uma interna, a chamada CRIL, já em construção, e uma externa, a CREL, que deverá ter início este ano e que providenciará também uma nova saída para a Auto-Estrada do Norte.

Estas duas circulares são intersecadas por um conjunto de radiais: a nova ponte sobre o Tejo, cujo arranque estará para breve, logo que seja possível deprimir a sua localização; a auto-estrada de Cascais, recentemente concluída e em obras de grande beneficiação no troço que já existia; a estrada de Sintra, acabada no ano passado na beneficiação até Rio de Mouro e agora em obras até Ranhosas; a radial de Odivelas, que será lançada este ano; a radial da Pontinha; a auto-estrada da Malveira, concluída o ano passado, e finalmente, o alargamento da Auto-Estrada do Norte até Vila Franca, cujas obras, como sabem, estão em curso.

Todo este programa, que muito está a beneficiar e beneficiará ainda mais a cidade de Lisboa, é realizado apenas por responsabilidade exclusiva do Governo.

Estariam as obras concluídas mais depressa e mais cedo se o Governo pudesse contar também com a colaboração do esforço financeiro da Câmara Municipal de Lisboa, o que, a exemplo do que se passa, e, ainda bem, noutras cidades, seria certamente uma cooperação secunda.

Aplausos do PSD.

Mas ao recusar esse apoio, a Câmara Municipal de Lisboa só pode estar a querer dizer uma de duas coisas: ou que o investimento em curso não é prioritário e dele se não interessa e, então, terá uma opinião diferente da do Governo e, provavelmente, da dos milhares de cidadãos que todos os dias suportam pacientemente as agruras das acessibilidades mal resolvidas; ou, então, e esta é a outra interpretação possível, a Câmara entende que o Governo está a resolver bem o problema, que o assunto está bem entregue e que, por isso, não vê como necessária a sua colaboração, que seria supérflua. A ser assim, certamente se dissociará da presente interpelação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas se entende que não deve colaborar é legítimo pedir que, ao menos, que não dificulte e que não venha dizer, como sucedeu no caso da obra fundamental, que é a CRIL — há muito tempo suspirada pela população de Lisboa e de 1974 —, que, mal o Governo iniciou a sua construção, era necessário parar a obra para estudar alternativas ao traçado. Será que se entende que a paciência do cidadão não tem limites?

A verdade é que nesta como noutras obras creio que fizemos bem em não seguir os conselhos. Não paramos! As obras seguem, e seguem bem! Apenas 20 anos atrasadas ...

Aplausos do PSD.

Mas os acessos a Lisboa vão ter a sua grande revolução aquilo que já era imprescindível fazer há muito tempo e só agora está a realizar-se: o reforço do modo ferroviário.

Não há qualquer possibilidade de resolver a contento os acessos suburbanos à cidade de Lisboa sem reforçar substancialmente a ferrovia.

É espantoso, Srs. Deputados, como, sabendo-se isto há tanto tempo, só a partir de 1986 é que se encarou de freneticamente o problema. Temos em marcha também nesta área um

programa exigente e caro, mas que está a ser executado e que dará os resultados pretendidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em primeiro lugar, a remodelação da Linha de Sintra. De facto, com as novas composições, a nova sinalização, as novas estações, a remodelação das antigas e a quadriplicação, a linha de Sintra deixará de ser aquilo em que décadas de negligéncia a transformaram.

Ainda bem que alguns Srs. Deputados têm ido visitá-la, porque estarão assim em condições de melhor apreciar o que governos anteriores não fizeram e o que este está a fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como em todas as matérias que, aqui vos trago, não falo apenas de planos ou de intenções — porque dessas estão os ouvidos dos Portugueses cheios! Falo-vos, antes, da realidade, que começará, neste caso particular, a ser observada no terceiro trimestre deste ano. A partir daí, e até 1995, assistir-se-á à melhoria gradual e sistemática das condições de transporte da linha de Sintra.

Lançaremos também este ano o grande empreendimento da travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, acesso esse imprescindível. Talvez o projecto de âmbito nacional, regional ou local mais urgente.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Continuarão os investimentos na linha de Cascais, com fim de melhorar o conforto, aumentar a oferta e a capacidade.

Continuarão as obras do túnel do Rossio e da reabilitação da linha de cintura com novas estações e interfaces com o metropolitano.

Iniciar-se-á a intervenção na linha da Azambuja e continuarão os estudos, lançados no ano passado, para a radical que falta que é a de Loures.

Antes do virar do século as infra-estruturas ferroviárias de acesso a Lisboa estarão assim estabelecidas: uma linha de cintura quadriplicada, as radiais da Azambuja, de Sintra, de Cascais e do Sul, através do Tejo, a funcionar provavelmente, a nova radial de Loures.

Era isto, Srs. Deputados, que devia ter sido feito há muito mais tempo! Mas não me interpelem agora a mim por omissões que outros cometem.

Aplausos do PSD.

E insisto, Srs. Deputados: não são apenas intenções ou planos de gabinete! Falo-vos de realidades, que seguem o seu curso e que dia a dia vão sendo patentes.

Só este ano, o Gabinete do Nô Ferroviário de Lisboa e a CP investirão na área metropolitana de Lisboa, nestes projectos que referi, qualquer coisa como 15 milhões de contos.

Também nesta área não é possível contar com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa. Tomo também aqui essa atitude como sinal seguro de que confia no Governo para resolver a contento um dos problemas mais importantes da vida da cidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No que respeita aos transportes dentro da cidade, o grande investimento que temos em mão é o

da expansão do Metropolitano de Lisboa. Trata-se de, praticamente, construir uma rede nova do Metropolitano, alcançando novas zonas da cidade, aumentando a capacidade da rede já existente e criando novas interfaces com outros modos de transporte.

Para aqueles que se habituaram a encarar as obras do metropolitano como obras intermináveis e de uma lentidão desesperante, posso anunciar que o prazo de execução de todo o programa deverá ser de cerca de três anos e meio. Assim, a conclusão do projecto constituirá um enorme alívio para a população de Lisboa e representará, nos mais de 70 milhões de contos que nele se investirão, um justificadíssimo esforço que apenas se lamenta não ter sido anteriormente realizado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Prosseguirão também, simultaneamente, os investimentos em novos autocarros da Carris, que, gradualmente, vai modernizando a sua frota.

O Sr. António Costa (PS): — Até que enfim!

O Orador: — Repare-se que também aqui, e contrariamente ao que sucede com a quase totalidade das restantes cidades do País, a Câmara Municipal de Lisboa não despende nem investe um tostão com o transporte colectivo dos seus cidadãos ...

Protestos do PS.

... acitando por isso que o Governo lhe está a resolver bem o problema e que não merece as críticas que a bancada da oposição pretende fazer.

Mas tem o Governo o direito de esperar que, já que a Câmara não pretende cooperar para resolução dos transportes em Lisboa, ao menos que não dificulte. De facto, não é legítimo, por exemplo, que a Câmara venha exigir, como recentemente o fez, que se pare com o programa de expansão da rede do Metropolitano para rever o projecto; não é legítimo que ponham dificuldades à realização da obra — e espero que o não façam! — e não é legítimo que não procure algumas soluções para o trânsito. Aliás, já não se exige que sejam todas, mas para que, por exemplo, os autocarros da Carris, pagos pelo Governo, circulem a velocidade superior aos 3,5 km/hora actuais nas horas de ponta.

Srs. Deputados, interrompo aqui a minha intervenção para uma pequena nota que talvez não se insira completamente no âmbito desta interpelação, mas que não resisto a fazer, porque julgo que traduz um problema que assume, neste momento, contornos de importância nacional. Trata-se de referir aquilo que é sentido por todos e que constitui a forma inconcebível como estão a ser conduzidas as obras públicas no centro da cidade de Lisboa.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Não falo já das prioridades que foram atribuídas, já que não me compete discuti-las, mas, sim, dos enormes inconvenientes que estão a ser inutilmente suportados pelos cidadãos. Só quem não passa pelas obras é que não vê! São valas abertas que obstruem artérias fundamentais, e onde não está ninguém a trabalhar!... Vias ocupadas que não necessitam de o ser!... Material abandonado em qualquer sítio, impedindo a circulação sem justificação!

Protestos do PS.

É possível fazer as coisas de outra maneira, basta um pouco mais de organização! A capital do País não pode continuar bloqueada!

Aplausos do PSD.

Em Lisboa está em execução um vastíssimo programa, sem paralelo na nossa história, para dotar a cidade de uma rede de acesso, rodoviário e ferroviário, de que o Governo se orgulha e que concluirá a tempo.

Se alguém, na bancada da oposição, faz melhor do que isto ou mesmo um décimo do que está a fazer-se agora, então que seja esse alguém a ter a moral para interpelar o Governo e não os outros.

Aplausos do PSD.

Também na área metropolitana do Porto, o esforço de investimento será enorme e irá modificar totalmente o panorama actual dos seus acessos rodoviários, tirando o máximo rendimento dos investimentos já efectuados.

Assim, ir-se-á investir, em 1992, aproximadamente 3,5 milhões de contos e, até 1995, aproximadamente, 40 milhões de contos, o que corresponde, em obras, ao fecho da VCI, incluindo a ligação a sul da auto-estrada e a ponte de Freixo, bem como a via entre Coimbrões e a ponte de Freixo.

Serão, ainda, lançados e concluídos os restantes troços da CREPE, entre Morcira e Frageciro. Serão também construídas a via rápida de Matosinhos e o troço da IC1 entre Matosinhos e Vila do Conde.

Já foi lançado o cruzamento da via rápida com a circunvalação, bem como a melhoria dos acessos à cidade, pelo tabuleiro inferior da Ponte D. Luís I, onde, julga-se, será possível instalar no túnel uma terceira via reversível.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às infra-estruturas rodoviárias, continua a «revolução silenciosa» na área metropolitana do Porto, onde, até ao final de 1991, foram investidos cerca de 31 milhões de contos em obras notáveis de novidade.

Srs. Deputados, ainda a propósito da área metropolitana do Porto, gostaria de dizer que um programa como este nunca ali foi lançado, qualquer que seja o período histórico considerado.

Aquilo que já está realizado é suficiente para que alguém que regressasse ao Porto após uma ausência de quatro anos não reconhecesse os acessos à cidade que tinha deixado. Mas muito mais mudará nos próximos anos!

E antes disso, Srs. Deputados, sabem qual foi a última obra importante que se tinha feito nos acessos ao Porto? A Ponte da Arrábida, inaugurada há quase 30 anos, quando ainda muitos Srs. Deputados não eram nascidos!

Srs. Deputados, o Governo aceita a interpelação que foi feita, quisquer que tenham sido as motivações, porque o problema das áreas metropolitanas é grave. Porém, não posso passar sem deixar ficar aqui o recado de que ao Governo não pesa a consciência de não ter abordado a questão com a seriedade que ela merece e de ter começado a resolver historicamente o problema dos acessos, dos transportes, e outros, das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, inscreveram-se, para formular pedidos de esclarecimento, os Srs. Deputados Mário Tomé, João Amaral, Daniel Branco, José Manuel Maia, António Costa e Jorge Sampaio.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, não pedi a palavra para formular pedidos de esclarecimento mas, sim, para exercer a figura regimental de defesa da consideração da minha bancada.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, eu pedi a palavra para exercer o direito de defesa pessoal.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Ministro Ferreira do Amaral, dou-lhe as minhas saudações porque, de facto, V.Ex.^a, do Governo, passou para a oposição ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Fez um discurso de oposição perante o meu discurso, que, espero, tenha sido compreendido por V. Ex.^a e pelos seus colegas, em que abordei a cooperação institucional necessária para a resolução dos problemas da área metropolitana de Lisboa.

Aplausos do PS.

Sr. Ministro, quanto a este assunto vou manter-me exactamente na minha posição, porque tenho consideração por V. Ex.^a, tal como pelo Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território. No entanto, vou dizer-lhe que estou contentíssimo porque, finalmente, Lisboa está a mexer! De facto, está a mexer e não é V. Ex.^a que me vai julgar, nem eu o julgo a si! Felizmente, é o povo de Portugal, neste particular o de Lisboa, que o fará, e esses exames são feitos periodicamente em democracia. É tudo quanto me basta nesta matéria!

Portanto, Sr. Ministro, se conseguir, sem demagogias fáceis e de caminho — e reparci que V. Ex.^a omitiu por completo a questão da habitação, o que comprehendo perfeitamente e não vale a pena falarmos disso agora —, apesar das carências que têm décadas, encontrar mancira de 3 milhões de pessoas se poderem deslocar nesta área metropolitana, serei o primeiro a dar os parabéns ao Governo, qualquer que ele seja, mas também espero, ao mesmo tempo, que se reconheça que fazemos denudadamente, com as convergências e a firmeza necessárias, aquilo que julgamos ser da nossa competência.

Mais: estamos disponíveis para ter mais competências, mas não estamos disponíveis para ter mais competências e menos recursos!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por consequência, estamos disponíveis para discutir, no quadro das orientações gerais do Governo, evidentemente em diálogo com as oposições, aquilo que deve ser um novo esquema das finanças locais ...

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... para que não andemos às «escondidas» uns dos outros, para que não façamos demagogia, porventura, à custa uns dos outros e para que haja o mínimo de razoabilidade neste esquema geral que o País tanto necessita.

Sr. Ministro, certamente continuaremos amanhã a dialogar!... Certamente que V. Ex.^a sabe, quanto ao traçado da rede do Metropolitano, que aprovou contra aquilo que são as opções estratégicas de Lisboa, que nós até dissemos: «Avancem!» Aliás, nem nos passaria pela cabeça fazer o contrário, porque, mesmo não o tendo dito, V. Ex.^a já veio aqui afirmar que estávamos a impedir que as obras avançassem... Bom, também já conhecemos esse argumento!...

Portanto, Sr. Ministro, oxalá amanhã continuemos a falar, como temos feito até aqui! Mas hoje o assunto é sobre as áreas metropolitanas, sobre as carências e sobre aquilo que é preciso fazer, no respeitante a recursos e às convergências, por forma que os seus habitantes vejam os seus problemas resolvidos. Não é ainda altura de campanha eleitoral, Sr. Ministro!...

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: — Sr. Presidente, não tinha compreendido que o Sr. Deputado Jorge Sampaio tinha usado da palavra ao abrigo da figura regimental da defesa da honra, porque não me pesa a consciência ter faltado à consideração de uma pessoa que respeito muito e que é o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Porém, já que me dá esta oportunidade e tendo-o entendido dessa forma, gostaria de dizer, Sr. Dr. Jorge Sampaio, que a verdade é que a cooperação institucional foi o tema da minha intervenção ...

Risos do PSD.

De qualquer forma, há pouco um Sr. Deputado falava no jogo de responsabilidades, de pingue-pongue ... Bom, na minha opinião, em Lisboa, não se trata do jogo do pingue-pongue mas, sim, do jogo do pingue-pingue, porque é só o Governo que toma a responsabilidade dos problemas, dos acessos e dos transportes.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o que me parece inteiramente ilegítimo e foi para isso que pretendi chamar a atenção da Câmara, é que, não participando a Câmara Municipal com um testão (e o Sr. Presidente corrigir-me-á se estiver a faltar à verdade) na construção das grandes acessibilidades em Lisboa, porque são todas da responsabilidade do Governo, na introdução do nó ferroviário, que é essencial para a vida da cidade de Lisboa, ...

O Sr. António Costa (PS): — Isso é um absurdo!

O Orador: — ... nem, ao contrário do que sucede com as outras cidades do País (em quase todas, para não dizer na totalidade), nos transportes colectivos dos cidadãos de

Lisboa, que agora o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa venha apoiar uma interpelação ao Governo por este tomar uma responsabilidade que devia ser dividida a meias com a Câmara.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É isso que não me parece inteiramente legítimo, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa!

Aplausos do PSD.

Não pretendo faltar à consideração de ninguém, muito menos a si.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro Ferreira do Amaral: Se o Governo, na minha opinião, se preocupasse mais com a garantia de um desenvolvimento equilibrado do País e avançasse para a regionalização, talvez o Sr. Ministro tivesse que estar menos preocupado com o acesso às áreas metropolitanas.

As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto ressentem-se dos seus custos de «capitalidade», com encargos elevadíssimos que se reflectem na péssima qualidade de vida da maioria da população.

O caso mais agudo de antiurbanismo e de injustiça social tem a ver com a persistência de densas áreas degradadas, com bairros clandestinos, bairros sociais desqualificados e bairros de barracas.

As câmaras municipais, muito justamente, têm alertado o Governo para o facto de a competência em matéria de habitação, no apoio e coordenação dos meios necessários, ser da administração central. Apesar disso, as autarquias têm feito um esforço financeiro enorme para suprir carencias nesta área, chegando mesmo a tirar as «castanhas do lume» ao Governo, enquanto reclamam a necessária articulação entre a administração central e local.

O PSD propôs-se, nas eleições, eliminar os bairros de barracas e os clandestinos, através de promoção directa de casas pelas entidades públicas. Mas já no seu Programa o Governo sublima aquela promessa assaz prosaica, transpondo a questão para os níveis do «imperativo ético» e do «objectivo supremo», ou seja, «tenham fé em nós e paciência que talvez um sismo venha ajudar-nos».

Mas se assim não for, Sr. Ministro, a minha questão é a seguinte: o que é que o Governo prepara concretamente — se é que prepara —, no âmbito de contratos-programa com as autarquias, para eliminar definitivamente os bairros clandestinos e de barracas, resarcindo um dos mais violentos custos de «capitalidade» e requalificando as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que utilizou, nas explicações que deu, uma formulação provavelmente imponderada, pois falou de moral para fazer interpelações.

Não sei a que é que o Sr. Ministro se referia — aliás, tanto me faz! —, mas quero dizer-lhe que aqui não é juiz do uso de figuras regimentais e constitucionais.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não pode arvorar-se dessa figura, que não lhe cabe e que até lhe fica bastante mal. Aliás, fica-lhe mal porque o Sr. Ministro veio aqui tentar — e quem é interpelado é o Governo — fazer uma interpelação à Câmara Municipal de Lisboa, o que é interessante!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Também não deixa de ser interessante que o seu partido, o PSD, nesta Câmara, dê nota positiva ao Governo e até se prepare para a subir, ...

Aplausos do PS.

... enquanto, na Assembleia Municipal, adopta o discreto papel de votar e de dizer ámen ao que se vai passando.

Sr. Ministro, ouvi a sua intervenção e a formulação em que ia insistindo ao dizer «os governos anteriores, os governos anteriores [...]». Creio que se referia, e bem, aos governos anteriores do Prof. Cavaco Silva, pois estes fariam-se de fazer promessas e inscrever obras e respectiva realização, que não cumpriram.

O Sr. Ministro quer ouvir alguns exemplos? Quanto a estradas, a Resolução n.º 14/87 previa que o lance Algés-Miraflóres estivesse pronto em 1991; o lance Pontinha-Odivelas em 1992 e o de Olival Basto-Sacavém em 1991. No entanto, a realização foi zero!

Vozes do PS: — Zero!

O Orador: — Quanto à CREL, que já devia estar pronta, a realização também foi zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Dois zeros!

O Orador: — A radial de Odivelas, que, em resposta dada ao Sr. Deputado Jaime Gama, o Ministério dizia estar pronta em 1991, teve como resultado zero!

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Três zeros!

O Orador: — Quanto à radial da Pontinha, que estava prevista já para 1991, o resultado é também zero!

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Quatro zeros!

O Orador: — Quanto às alterações nos comboios, Sr. Ministro, não quero maçá-lo com essas coisas ...

Todavia, quanto ao programa de esquadras, devo dizer-lhe o seguinte: a esquadra da Brandoa já esteve prevista no PIDDAC de 1987, chegando mesmo a ser criada por uma portaria, em 1990 — tenho-a aqui — e, hoje, dois anos depois, continua na mesma, isto é, não existe.

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Cinco zeros!

O Orador: — Mais, a esquadra do Cacém foi criada e consta de uma portaria publicada no *Diário da República*, tem quadro de pessoal, enfim, tem tudo excepto um tóstão para poder ser feita. O mesmo vale para a esquadra de Camarate. Quer mais alguns exemplos, Sr. Ministro?

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Seis zeros!

O Orador: — Em relação a centros de saúde, digo-lhe que o Centro de Saúde da Damaia, que foi anunciado em 1988, em 1992 ainda não existe!

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Sete zeros!

O Orador: — Quanto ao Centro de Saúde de Cascais — e aí não se anunciou um, anunciaram-se quatro centros de saúde —, mais uma vez o resultado foi zero. Sr. Ministro, chega de exemplos?

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Oito zeros!

O Orador: — Mas aproveitando a presença do Sr. Ministro Valente de Oliveira, não queria deixar de recordar ...

O Sr. Presidente: — Atenção ao tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, vou terminar referindo um anúncio feito pelo Sr. Ministro Valente de Oliveira: praias da linha limpas em 1991. E o resultado é novamente zero, Sr. Ministro!

Aplausos do PCP, do PS e do Sr. Deputado independente Mário Tomé.

Vozes do PS: — Novamente zero!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Nove zeros!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, anuncio à Câmara que vamos proceder às votações que estão programadas para a hora regimental, 18 horas e 30 minutos, só depois da resposta do Sr. Ministro a todos os pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Branco.

O Sr. Daniel Branco (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Através de uma fuga, devidamente programada, para um jornal diário, todos tivemos a oportunidade de ter conhecimento prévio da intervenção do Sr. Ministro. Mas, por essa fuga, a ideia com que fiquei foi a de que, de facto, o Sr. Ministro tinha uma visão metropolitana dos problemas.

Porém, aqui, acho sintomático o modo como o Sr. Ministro se apresenta: muito mais como um candidato a uma das câmaras desta nossa área do que, propriamente, numa postura metropolitana.

Pelo meu camarada João Amaral já foi aqui avançada uma série de zeros ...

O Sr. Rui Carp (PSD): — Só faltava V. Ex.^a!

O Orador: — ... relativamente às realizações do Governo. Porém, gostava de dizer ainda que o mapa que veio hoje no *Público* se refere a um anúncio feito frequentemente, ou seja, de cada vez que há uma interpelação — deve ser uma quarta edição —, havendo ainda a celeberrima resolução do Conselho de Ministros, que o Sr. Ministro referiu e que por acaso é de 1987, portanto, posterior ao período de 1986.

É óbvio que as obras irão ser realizadas nalgum ano mas, quanto às afirmações feitas hoje, pergunto: qual é o grau de anos de atraso que temos já de ter em conta relativamente ao que foi anunciado?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Alberto Martins (PS): — 10 anos!

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Maia.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Sr. Presidente; Sr. Ministro Ferreira do Amaral: Quero apenas colocar-lhe três questões muito pequenas, sendo que a primeira, na minha opinião, se liga ao facto de já ter rebentado a grande «bomba», ou seja, a notícia está feita: o Sr. Ministro veio à Assembleia da República para falar sobre algo estruturante para a área metropolitana de Lisboa, com implicações no território, nas acessibilidades, nos transportes e, obviamente, na qualidade de vida das populações. E o que veio dizer? Que a nova ponte sobre o Tejo será — e atenção, que isto é a grande novidade! — uma das radiais das duas circulares de Lisboa.

Sr. Ministro, não sou técnico mas estou mesmo a imaginar o Sr. Ministro e todos os seus técnicos deitando fumo, cansados pela concentração e pelo tempo prolongado que levou a tomar esta opção ...

Risos do PCP.

Sr. Ministro, falando a sério, pergunto: para quando, onde e como a nova ponte?

Segunda questão: está feita, pelo Governo, a opção de a nova ponte ser apenas rodoviária?

Como o Sr. Ministro sabe, no corrente ano, vão iniciar-se as obras da travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril. Ora, a questão que coloco é a seguinte: que obras são estas? É a construção da ferrovia ou é apenas o reforço da Ponte? A propósito, estão estudados todos os impactes quanto a este modo de transporte?

A terceira e última questão — em relação à qual estava quase tentado a dizer que é mais um zero — prende-se com a acção desenvolvida pelo seu ministério na península de Setúbal. Aliás, quando ouvia a sua intervenção, parecia-me que esta não fazia parte da área metropolitana de Lisboa. Mas a questão que lhe queria pôr é esta: que acções do Ministério serão desenvolvidas para a realização das grandes vias, como por exemplo o anel de Coimbra ou a questão da continuação do nó de Palmela para a Marateca?

Sei que o Sr. Ministro se pode orgulhar de ter sido não o criador mas o implementador da «noiva», com aquele grande véu branco, que é a quinta faixa. Mas, tirando isso, o que é que o Sr. Ministro fez relativamente à península de Setúbal, do ponto de vista de acções estruturantes que tenham a ver com a acessibilidade a esta área e com as suas populações?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Tomé: Relativamente à questão dos protocolos com as câmaras municipais, de que falou, foi essa a forma como o Governo as anunciou no seu programa — aliás, já o fez no anterior programa — e é assim que pretende ver resolvido o problema da habitação social em Portugal, ou seja, através de protocolos com as câmaras municipais, que o Governo financia. Mas é necessário, também, que as câmaras queiram fazê-lo: umas respondem bem, outras mal.

Devo dizer que nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto podemos apontar, e só a título de exemplo — faço-o sem procurar distinguir ninguém —, as Câmaras Municipais de Matosinhos e de Oeiras, que são as que, de facto, tomaram mais a sério esta questão da habitação social e têm vindo a resolver, na minha opinião bem, os seus problemas, com o apoio do Governo. A Câmara Municipal de Lisboa, neste momento, também está bastante interessada em continuar o seu programa de habitação social. Mas outras câmaras municipais não responderam tão bem e por isso, Sr. Deputado, essa sua sugestão corresponde exactamente àquilo que está em vigor.

Sr. Deputado João Amaral, evidentemente que não sei ninguém para julgar as interpelações e vou passar a ter mais cuidado quando fizer qualificações em relação ao que entendo, ao meu julgamento livre, perguntando-lhe primeiro se as posso fazer ou não.

Em todo o caso, utilizei o termo moral no sentido de autoridade moral e tenho razão, ao que me parece. O Sr. Deputado com certeza que concordará comigo pois é difícil que quem tem ou deveria ter a responsabilidade de resolver parte dos problemas que afligem a área metropolitana de Lisboa não participe neles e, ainda por cima, venha fazer críticas ao Governo.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Tal não me parece inteiramente legítimo, Sr. Deputado. É esta autoridade moral que julgo faltar a quem faz a interpelação.

Quanto ao problema dos governos anteriores, deixei bem claro que os problemas se referem ao período anterior a 1986, porque é realmente esse o grande período de vazio dos investimentos em Portugal. Os problemas não existem só desde o 25 de Abril ou 1986, são de antes do 25 de Abril, mas nessa altura o País parece que paralisou. Foi, pois, a isso que me referi e julgo que estarei historicamente correcto.

Quanto a todos esses programas que o Sr. Deputado gostaria de ter visto cumpridos e em relação aos quais diz terem falhado os governos da altura, julgo que é inútil prolongarmos aqui a discussão, porque o julgamento sobre a actuação do Governo antes de 1991 já foi feito, através das eleições que tiveram o resultado que todos conhecemos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não vou falar, evidentemente, dos problemas das esquadras nem dos dos centros de saúde porque, efectivamente, não estarei capacitado para o fazer, uma vez que eles não se situam na minha área.

Sr. Deputado Daniel Branco, não vim aqui falar, como calcula, como candidato a câmara alguma, pelo que o Sr. Deputado pode estar tranquilo que a sua candidatura, em Vila Franca, vai, com certeza, ter muito sucesso.

Em todo o caso, devo dizer-lhe que há anos de atraso, e muitos, e que a responsabilidade desses atrasos foi atribuída eleitoralmente na altura própria. Aliás, penso ser claro para o povo português que foi a partir de 1986 que o País se alterou profundamente.

E, Sr. Deputado, ainda bem que hoje falamos destas infra-estruturas todas, ainda bem que a oposição é exigente, que nos obriga a prestar contas e pergunta onde é que fica a ponte, já que antigamente as perguntas não eram essas. É que há 10 anos ninguém sonharia que iria fazer-se uma nova ponte sobre o Tejo. Não era possível, porque não faziam coisas mais simples quanto mais essa muito mais complicada!...

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado José Manuel Maia pergunta-me para quando será a nova ponte, onde e como!...

Sr. Deputado, como sabe, já tive a ocasião de responder nesta mesma Câmara a esta questão. Neste momento, o que está em discussão é o problema da localização, como todos sabem. Há várias perspectivas pois, como se calcula, não é uma matéria inteiramente simples. Aliás, penso que uma infra-estrutura desta natureza obriga, com certeza, a uma discussão bastante profunda. Contudo, posso adiantar que a construção da ponte há-de ser feita — assim o esperamos — por entidades privadas, sem ónus para o Orçamento do Estado, as quais se ressarcirão através da exploração das portagens que a elas pagarão.

Sr. Deputado, quanto à segunda pergunta no sentido de saber se está feita a opção da ponte ser só rodoviária, digo-lhe que não está, mas legalmente está. Como sabe, o diploma que criou o GATTTEL fala em ponte rodoviária. Portanto, é isto que está na lei. Mas, se o Governo chegar à conclusão que é necessário fazê-la também ferroviária, ele próprio se encarregará de alterar a lei no sentido de encontrar a solução que é mais conveniente para todos. O Governo não se sente amarrado a um diploma legal que ele próprio fez e que estará sempre em altura de alterar.

O Sr. Deputado pergunta-me também quais são as obras para o estabelecimento da ferrovia na Ponte 25 de Abril. Ora, como sabe, essas obras são de dois tipos: um diz respeito ao reforço da própria ponte, cujo contrato com uma firma americana acabou de ser negociado e trará as primeiras respostas — penso eu — num prazo de três meses, e é um tipo de obras que estarão a cargo do Estado, uma vez que sendo o dono da ponte não pretende que entidades estranhas mexam na sua estrutura; o outro tipo de obras são as do próprio assentamento da via, da própria sinalização e do material circulante, que estarão a cargo da empresa que ganhou o concurso e que está neste momento praticamente pronto para ser lançado.

Esperemos que esse concurso seja de sucesso, uma vez que uma linha privada tinha enormes vantagens, nomeadamente a de não ser um ónus para o Orçamento do Estado.

Finalmente, em relação à península de Setúbal, o Sr. Deputado perguntou-me que obras estão programadas ou foram já lançadas este ano. Posso falar-lhe do que vamos fazer este ano. Vamos iniciar, como já foi anunciado também, o troço de auto-estrada Palmela/Marateca, Setúbal/praias do Sado e, também, a ligação da auto-estrada de Setúbal à auto-estrada Lisboa/Porto, que é uma obra bastante necessária para aquela península.

Penso que sobre este programa de obras cá estaremos todos para os Srs. Deputados pedirem contas, já que estas metas que aqui apresento são, afinal, as metas que o próprio Governo gosta de estabelecer para si mesmo. Só assim é que o País progride.

Não há dúvida que, em relação a esta matéria — como aliás noutras —, não pesa na consciência ao Governo não ter feito um esforço que nenhum outro, na nossa história, fez em matéria de obras públicas.

Aplausos do PSD.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Para defesa da consideração, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, V. Ex.^a não vem aqui, hoje, como ministro deste governo, mas como oposição à oposição e foi esse o seu discurso.

Protestos do PSD.

V. Ex.^a confunde solidariedade institucional com guerrilha institucional. É notável o contraste entre a intervenção, com elevado sentido de Estado, que o Sr. Deputado Jorge Sampaio aqui produziu, hoje, nesta Câmara, com o estilo de guerrilha e de confronto institucional que o Sr. Ministro aqui produziu imediatamente a seguir.

Vozes do PS: — Muito bem!

Risos do PSD.

O Orador: — O Sr. Ministro quicixa-se que a Câmara de Lisboa não comparticipa nos acessos rodoviários e na ferrovia.

Sr. Ministro, perdoe-me a expressão, mas é preciso muita lata! Então, a Câmara de Lisboa vai comparticipar financeiramente na quadruplicação da linha do Norte, ou seja, de Azambuja a Lisboa? Vai comparticipar financeiramente no alargamento da radial de Sintra? Vai pagar do seu bolso a auto-estrada de Loures? Vai pagar do seu bolso a auto-estrada para Cascais?...

Mas o que é a Câmara Municipal de Lisboa? É uma espécie de espírito santo deste governo, que vai financiar aquilo que é da responsabilidade do Governo?!

Sr. Ministro, não crê mais ilusões. Nos termos da lei é extremamente claro de quem é a responsabilidade destas obras. Estas obras são da responsabilidade deste governo que não pode escusar-se e encontrar bodes expiatórios em quem não é competente.

Aliás, é interessante apreciar qual é o critério e a concepção do Sr. Ministro. É que V. Ex.^a elogia a Câmara pela atenção que tem dado à habitação social, mas agora percebe o que isto quer dizer: é, com certeza, a dívida de 3,9 milhões de contos que ainda agora foi aqui referida relativamente ao programa da execução do PIB.

O Sr. Ministro referiu-se ainda aos transportes urbanos e anunciou a intenção de privatizar a linha da CP de Cascais e os centros de exploração da Rodoviária Nacional de Lisboa e do Larangeiro. Pois é, V. Ex.^a quer, por um lado, privatizar aquilo que é lucrativo e que dá um bom encaixe na venda ao Governo e, por outro, quer empurrar para as câmaras municipais aquilo que constitui...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não posso consentir que continue a usar da palavra para outra finalidade que não aquela para que a pediu.

O Orador: — Sr. Presidente, vou terminar.

Quando o Sr. Ministro diz que é necessário que nos organizemos esse apelo deve ser dirigido a este governo e, concretamente, ao Sr. Ministro. É que não há organização possível, não há intervenção eficaz para a resolução dos problemas dos 2 milhões de cidadãos que vivem na Área Metropolitana de Lisboa quando o Governo tem em execução um Plano Regional de Ordenamento do Território — que vai andando lentamente — e, simultaneamente, um ministro que vai esgotando o objecto do Plano Regional de Ordenamento do Território em sucessivos anúncios para jornais ver.

Protestos do PSD.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: — Sr. Presidente, confesso perante a Assembleia que pela segunda vez me encontro um pouco confuso, já que na primeira referi que não me pesava a consciência de ter atacado a consideração de ninguém e, portanto, também não havia a necessidade de a defender.

Sr. Presidente, como pela segunda vez é invocada essa figura, se V. Ex.^a me permite, prescindo de dar explicações relativamente ao que por si é inexplicável.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, de acordo com o que tínhamos anunciado, vamos proceder às votações que estão pendentes e marcadas na nossa ordem de trabalhos.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, pedi a palavra para interolar a Mesa sobre o processo das votações porque verifica-se não estarem integrados no agendamento dos trabalhos os projectos de deliberação apresentados pelo PS e pelo PCP, relativamente ao calendário para a regionalização.

Sucede que o debate travado recentemente nesta Câmara permitiu no seu final que, mediante a apresentação de um requerimento, os projectos de lei em debate baixassem à Comissão sem votação por um período de 60 dias, mas o projecto de deliberação relativamente ao calendário da regionalização mantém-se para votação.

Por isso, interrogo a Mesa no sentido de saber se entende que a votação deve ser feita hoje. Aliás, penso que seria apropriado, no momento em que tanto se discutiu a temática da descentralização, proceder a essa votação também agora.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, devo confessar que ideia do Grupo Parlamentar do PSD era que os projectos de deliberação, tal como os projectos de Ici, teriam baixado à comissão para reapreciação. Na nossa opinião, não faz muito sentido votar os projectos de deliberação desgarrados das iniciativas legislativas que estão em reapreciação em sede de generalidade. Mas se o Sr. Deputado Jorge Lacão, em nome do Partido Socialista, e o PCP entendem que deve proceder-se — o que nos parece absurdo, sublinho — à votação daqueles projectos de deliberação desgarrados das iniciativas legislativas, não vemos qualquer inconveniente em que sejam votados na sessão de hoje.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, procurando colocar alguma ordem na interpelação de há pouco, pretendia esclarecer o Sr. Deputado Carlos Coelho que, provavelmente, está a falar de coisas em relação às quais não tem a noção do seu alcance. É que o projecto de deliberação para o calendário de regionalização nada tem a ver com os projectos de lei relativos às competências dos municípios e ao regime das finanças locais.

São matérias que estiveram em discussão simultânea mas que são de natureza distinta. Como assim foi, o que a Câmara efectivamente votou foi a baixa à comissão dos projectos de lei e o que se mantiém pendente para votação em Plenário são os projectos de deliberação relativos à calendarização da regionalização.

Sr. Deputado Carlos Coelho, se o seu partido também quiser suscitar a baixa à comissão desses projectos de deliberação terá de tomar uma iniciativa nesse sentido já que pela nossa parte estamos disponíveis.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa já tem uma resposta para estas interpelações. Fui informado que houve um entendimento no sentido de que tudo baixava à comissão e tanto assim foi que a Mesa não tem qualquer desses elementos em seu poder neste momento, mas se VV. Ex.^{as} concordarem poderemos efectuar a sua votação hoje ou na próxima quinta-feira.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, naturalmente estamos disponíveis para votar na próxima sessão se a Mesa nisso vir conveniência em termos de organização. O que não queríamos era deixar passar, sem reparo, a circunstância de estar colocada essa omissão. Uma vez admitido que a votação terá lugar na próxima sessão, não faremos disso uma questão fundamental.

O Sr. Presidente: — Como os serviços entenderam que tudo baixava à comissão, neste momento não temos, como disse, esses elementos na Mesa, pelo que a votação será agendada para quinta-feira.

Srs. Deputados, informa o Sr. Secretário que o projecto de resolução n.º 9/VI tem uma alteração relativa à data

para apresentação das iniciativas legislativas, ou seja, a data de 15 de Março deve ser alterada para 15 de Abril.

Vamos votar o projecto de resolução n.º 9/VI — Criação de uma reforma eventual da reforma parlamentar (PS).

Submetida à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP, do CDS, dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro e a abstenção do PSN.

Srs. Deputados, o projecto de resolução n.º 10/VI tem igualmente uma alteração relativa à data proposta para apresentação das iniciativas legislativas, ou seja, a data de 25 de Março deve ser alterada para 30 de Março.

Vamos votar o projecto de resolução n.º 10/VI — Constituição de uma Comissão Eventual da Reforma do Parlamento (PSD).

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registoando-se a ausência de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos votar o projecto de deliberação n.º 9/VI (PS) — Elaboração de uma história do Parlamento Português desde 1820 até hoje e criação de uma Comissão Eventual com o objectivo de estudar as respectivas condições.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, se o Partido Socialista não vir inconveniente nisso, uma vez que o nosso projecto de deliberação é praticamente idêntico, proporíamo a votação conjunta.

O Sr. João Amaral (PCP): — Que ternura!...

Vozes do PS: — A situação de há pouco era a mesma!

O Orador: — Não é verdade! Há pouco havia diferenças substanciais nos textos, como VV. Ex.^{as} bem sabem.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Peço a palavra, para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, quero apenas dizer à Mesa que o PS não vê inconveniente algum, tal como não vimos em relação aos dois diplomas acabados de votar, em que a votação seja conjunta.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sendo assim, vamos votar conjuntamente os projectos de deliberação n.º 9 e 21/VI, apresentados pelo PS e pelo PSD, respectivamente, subordinados à problemática atrás enunciada.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade, registoando-se a ausência de Os Verdes.

Vamos prosseguir o debate, tendo a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José-Manuel Maia.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Apetecia-me convidá-los a, pelo menos, do alto do monumento ao Cristo-Rei observarem comigo Lisboa.

Vozes do PSD: — Que simpático!...

O Orador: — Sem entrarmos na cidade, isto é, sem nos perdermos nas intermináveis bichas da Ponte 25 de Abril e do «miolo» de Lisboa, vamos ver como é que é possível chegar à capital, que tropelias acontecem nos vários acessos possíveis. Este exercício poderia ser tentado na Calçada de Carriche como nos acessos de Sacavém e de Sintra. Mas é melhor desistir!

Podemos, no entanto, e desde já reter uma ideia: tudo parece ter sido feito ao contrário do que devia.

Dizem os especialistas que toda a história podia ser vista assim: o crescimento de Lisboa e das suas áreas periféricas deve ser, devia ter sido, planeado. Portanto, errado está o facto de, cada vez mais, a grande cidade ser local de trabalho e a periferia o local de dormir.

Atente-se neste movimento pendular, de manhã e ao fim da tarde, essa densa onda humana que de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, entre outros concelhos da periferia margem Sul assola Lisboa e regressa. Foram 12 horas afastados da residência, oito horas de trabalho e quatro de transportes, dando esta impressionante proporção de, por cada hora de trabalho, se ter gasto mais meia hora em transportes. Se os trabalhadores portugueses já tinham os horários de trabalho mais prolongados a nível comunitário, os que trabalham em Lisboa têm sacrifícios acrescidos.

O desequilíbrio existente entre o emprego e a população residente é, sem dúvida, a principal causa do caos na circulação. Uma conclusão parece, desde já, óbvia: a primeira coisa a fazer é evitar que a concentração do emprego aumente e procurar que, a pouco e pouco, se vá diluindo, sendo o espaço livre recuperado para a habitação. Mas, no imediato, é necessário que os cidadãos se desloquem.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se me permitem um aparte, proponho aos cidadãos aqui presentes, que se deslocam à minha frente e próximos de mim, que tomem os seus lugares, porque não calculam a dificuldade que se tem em falar com os Srs. Deputados a movimentarem-se ...

Aplausos do PCP.

Compreendo a necessidade que há de tratar de muitos problemas da área metropolitana de Lisboa e também da do Algarve, mas a verdade é que perturba.

Volto atrás, como dizia, no imediato, é necessário que os cidadãos se desloquem. Então, criem-se as condições para que não passem todos pelos mesmos percursos, que tenham a possibilidade de evitar os pontos de maior engarrafamento, que o trânsito se distribua de forma que a penetração na capital se faça pelo acesso mais próximo do destino.

Nova conclusão parece óbvia: urgente implementação em Lisboa da «cota de aranha», com as circulares regionais e as radiais, transportes públicos à altura das necessidades, interfaces e zonas de parqueamento, mas também melhor acessibilidade para quem reside na península de

Setúbal, através do aumento e diversificação dos transportes fluviais, do atravessamento em carril pelo tabuleiro inferior da Ponte 25 de Abril e com um modo de transporte suburbano rápido e de massas e de novas travessias do Tejo rodas e ferroviárias.

Exige-se que o Governo assuma plenamente as suas responsabilidades, para que se termine com este verdadeiro cerco a Lisboa na era rodoviária com incursões de manhã e retirada ao fim da tarde.

Mas se ao grande problema do trânsito, transportes e rede viária se juntarem outros tão sentidos como a habitação, o ambiente, a educação, a saúde, a segurança de pessoas e bens, etc., é óbvia a dimensão das dificuldades que pesam sobre a vida da sua população.

Não é possível tentar controlar o desenvolvimento de Lisboa sem considerar com urgência a sua articulação integrada com o desenvolvimento da península de Setúbal. Os problemas interligam-se e não se resolvem sem serem equacionados no quadro da área metropolitana.

A península de Setúbal e cada um dos seus nove concelhos sofrem ainda de graves problemas e carências, em que sobressaem os da habitação, dos transportes e vias de comunicação, do ambiente, da segurança, dos serviços colectivos. Neste quadro de dificuldades, as autarquias tudo têm feito, através de acções directas e de associativismo, para preencher o vazio criado pela inacção do poder central. Foi o caso da experiência lançada pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) com a elaboração do PIDDS, visando estabelecer objectivos e definir estratégias de actuação e meios de concretização do desenvolvimento sócio-económico e ordenamento do território daquela área.

A verdade é que, mesmo aberto um espaço de diálogo próprio à convergência e cooperação entre o poder local e o poder central, a política do Governo permanece, no fundamental, inalterada. Continua a asfixia e a marginalização do poder local, a tomada de decisões avulsas e desenquadradadas de qualquer planeamento, a imobilização dos investimentos tão necessários à melhoria da qualidade de vida da população da península.

Sem dúvida que a aplicação, através da OID/PS, dos fundos comunitários recebidos e a acção das autarquias permitiu que a situação de crise então vivida não se deteriorasse ainda mais. Mas, sejamos claros: a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal parece de conveniente enquadramento num programa integrado de desenvolvimento.

Para o PCP, desenvolver integralmente a península de Setúbal significa racionalizar o seu uso em função das necessidades reais das populações, salvaguardando riquezas naturais e patrimoniais, disponibilizando espaços para o desenvolvimento de actividades produtivas e afectando zonas com aptidão turística e de ocupação de tempos livres.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Persistem muitas carências que constrengem o desenvolvimento sustentado da região. A ausência, por parte do Governo, de respostas atempadas e eficazes aos principais problemas existentes gera o seu agravamento e o surgimento de novos factores de estrangulamento.

O investimento produtivo verificado, sendo fundamental, virá certamente criar novos problemas. De entre estes, é possível salientar desde já as dificuldades crescentes de circulação rodoviária em algumas vias, que emparceiram

com a indefinição das funções portuárias dos diferentes portos da área metropolitana de Lisboa e a tradicional inacção da CP, implicando a manutenção das sentidas dificuldades de transporte ferroviário da península de Setúbal, sem linha eléctrica, sem composições dignas de transporte de passageiros, com muitas passagens de nível por automatizar e outras por desnivelar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitos outros sectores apresentam carencias que prejudicam um desenvolvimento integrado, como é o caso da rede escolar, da saúde, da habitação, com consequências nefastas na qualidade de vida e, por exemplo, no crescimento da prostituição e da toxicodependência.

Mas permitia-me apenas abordar, de forma breve, a questão da segurança, que se exige seja levada a sério pelo poder central, desde a segurança dos cidadãos, à segurança rodoviária, à protecção civil e aos bombeiros. A insatisfação resultante da insegurança atinge níveis preocupantes. A criminalidade aumenta. As populações querem ter próximo de si um dispositivo de segurança que lhes garanta um acesso simples ao sistema e que permita um efectivo policiamento.

É um problema que entrou, de forma muito viva, na ordem do dia e as populações reclamam do Governo medidas efectivas para a sua resolução.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Novas exigências se colocam à área metropolitana de Lisboa e urge conservá-la e reabilitá-la para os seus habitantes.

Apontamos uma estrutura polinucleada, com o reequilíbrio da rede de centros urbanos; defendemos a definição de uma política espacial de fomento do emprego, visando privilegiar a periferia, contrapondo-a à força centralizante de Lisboa, que detém dois terços do emprego nos serviços da região.

Com o lema «desenvolver protegendo», batemo-nos por assegurar e incentivar o recreio e lazer das populações e o turismo, protegendo eficazmente o ambiente e o património, da poluição, da degradação e de destruição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com esta interpelação não nos limitamos a denunciar e a responsabilizar o Governo. Damos, mais uma vez, o nosso contributo para que nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde residem cerca de 40% dos portugueses, seja possível viver melhor.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Falcão e Cunha.

O Sr. Falcão e Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo esta a primeira vez que, na qualidade de Deputado eleito, uso da palavra nesta Câmara, gostaria de saudar V. Ex.º, Sr. Presidente, e todos os Srs. Deputados, com a cordialidade e o respeito que todos, sem exceção, me merecem.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As áreas metropolitanas são grandes áreas urbanas que ultrapassam os limites das autarquias que as integram, criando interdependências multipolares e gerando problemas e condicionalismos específicos. Confirmam uma ocupação do território diferente da do resto do País, caracterizada por elevados índices de concentração demo-

gráfica, por grande diversificação de actividades com predominio do terciário, nomeadamente do terciário superior, e por geração de movimentos pendulares de grandes massas de população.

Esta configuração, quando bem gerida, induz, por factos de escala, a tendência para a diversificação produtiva, a produção e a circulação rápida da informação, a qualificação dos recursos humanos, a modernização tecnológica e empresarial e o enriquecimento da vida cultural. O desenvolvimento nestes domínios vai, certamente, reforçar o papel que ao País compete na cena internacional. Num quadro de grandes mudanças económicas, sociais, científicas e culturais a imagem do País será, em larga medida, o que forem as suas duas áreas metropolitanas.

O reforço do papel das áreas metropolitanas passará pela pluralidade de funções que aí se exercem, pelos centros de decisão formais e informais que aí se criem, pela qualidade dos serviços e equipamentos que aí se instalem, pela abertura das suas populações à inovação e à mudança. Mas a evolução das grandes áreas metropolitanas gera também efeitos perversos dos quais, desde logo, importará salientar, entre outros: uma ocupação desequilibrada do território, tendencialmente desaproveitadora de recursos e potencialidades; uma concentração excessiva, sobretudo do terciário, nas zonas centrais e uma dispersão periférica da função residencial, e a rápida saturação das redes de comunicação e transporte e as carencias de infra-estruturas de saneamento e de equipamentos.

Nas últimas décadas, os problemas específicos das grandes áreas metropolitanas têm-se agudizado, traduzindo-se em degradação da qualidade de vida dos seus habitantes. O fenómeno não é de ontem, não é de Lisboa nem do Porto, não é só português, mas vivido e sentido em todas as grandes metrópoles mundiais. Para a resolução dos problemas existentes, é essencial uma estreita e séria cooperação da administração central e das autarquias locais envolvidas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi no reconhecimento desta realidade que esta Câmara aprovou, por amplo consenso, a Lei n.º 44/91, que cria as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e define as suas atribuições e competências e a constituição dos seus órgãos deliberativos e executivos. Criou-se, enfim, um espaço próprio para o debate sério das grandes questões, debate que permite encaminhar soluções tecnicamente adequadas à melhoria da qualidade de vida das populações e à potenciação das áreas metropolitanas como motor de desenvolvimento económico, social e cultural do País. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em fase de arranque, esperam-se que constituam um exemplo de acordo e cooperação entre o poder local e o poder central, se quisermos, um centro de negociação permanente, concertação e coordenação. Não podem é constituir-se em forum de confronto e auto-afirmação, em feira de vaidades ou, pior ainda, em central de produção de reivindicações irrealistas, descabidas e demagógicas.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A iniciativa do PCP que propiciou este debate não tem, provavelmente, nada a ver com o que acabei de dizer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Provavelmente, o Partido Comunista apenas quis iniciar, hoje e neste local, a campanha para a eleição das assembleias metropolitanas de Lisboa e Porto,

que terão lugar já no mês de Abril. Por isso fez sentar na sua bancada o seu anunciado candidato para a assembleia metropolitana de Lisboa.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Presidente Branco, que, por acaso, é vermelho!

O Orador: — E também começou hoje a sua campanha para as autárquicas de 1993.

E anotei, Sr. Deputado Daniel Branco, que V. Ex.^a afirmou, há pouco, que não tem uma visão estatizante dos problemas. Porventura, terá algumas dificuldades em ser candidato do seu partido.

Aplausos do PSD.

Vozes do PCP: — Já cá faltava a *cassette*!...

O Orador: — Se não fosse essa a intenção do Partido Comunista Português, então a interpelação não seria ao Governo — a este governo —, mas ter-se-ia de dirigir às próprias autarquias locais envolvidas e ao Partido Socialista que, enquanto foi Governo, não cumpriu as suas responsabilidades nesta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista não lhe quis ficar atrás e trouxe-nos aqui um dos responsáveis, provavelmente o candidato a recandidato nas autárquicas de 1993.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações já o afirmou, mas vou repetir, desde os tempos já longínquos da construção da Ponte da Arrábida e da Ponte 25 de Abril até 1986, o Porto e Lisboa viveram um longo e penoso «jejum» no que respeita a investimentos da administração central. Foi tempo demais, cerca de um quarto de século, no qual se incluem vários anos de governação de maioria socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Este longo «jejum» só terminou em 1986 e é a partir daí que, finalmente, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto acordaram de uma letargia, que só não criou danos irreparáveis porque a sociedade civil foi capaz de resistir e continuar a acreditar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tudo o que de importante se fez nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto foi da iniciativa do Governo e da administração central, em matéria de acessibilidades, em matéria de saúde pública e educação, no domínio da segurança social. Em suma, em tudo o que respeita à qualidade de vida dos habitantes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

E as intervenções da oposição a este respeito? Fazem-me, Srs. Deputados, lembrar a fábula da raposa e das uvas. Convenhamos, Srs. Deputados, que se trata de realidades a que o País não estava habituado, sobretudo quando vistas em contraponto do vazio anterior a 1986. Sabemos que assim irá continuar a acontecer, porque tanto o Programa do Governo, que esta Câmara aprovou, aponta nesse sentido — como, aliás, acontecia no programa eleitoral que apresentámos aos Portugueses em 1991 — como o Orçamento do Estado para 1992 o confirma. E não

vale, Srs. Deputados, interpretar o que acabo de dizer como a afirmação de que tudo está feito neste domínio ou que tudo ficará resolvido a curto prazo. «Roma e Pavia não se fizeram num dia!» O que queremos dizer é que já fizemos muito onde outros nada fizeram, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... mas queremos, e entendemos ser essa a nossa obrigação, fazer muito mais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não queria concluir esta intervenção sem referir alguns casos — infelizmente não muito numerosos — de municípios que também se empenharam na resolução dos problemas que, no âmbito das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, lhes são próprios. Referirei, repetindo o que aqui já foi dito, a acção dos municípios de Oeiras e de Matosinhos, no domínio da habitação social, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... e da Maia e de Espinho, no domínio do saneamento básico, que souberam aproveitar as disponibilidades que a administração central lhes facultou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas a maior parte dos municípios das áreas metropolitanas em causa actuaram, quando actuaram, sem a coordenação que se impõe e quase sempre com espírito de capela.

E mesmo assim foi ainda o Governo e a administração central que lhes proporcionou fatias consideráveis de fundos comunitários, nomeadamente do FEDER. E lembro que esta decisão não era obrigatória e não foi seguida por alguns dos governos da Comunidade Europeia. Mais, no que se refere à área metropolitana de Lisboa, foi o governo do PSD que negocou a sua elegibilidade, no que respeita ao FEDER, e o mínimo que se deve pedir é que se reconheça esta circunstância.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi uma atitude de solidariedade bem diferente daquela que parece estar a seguir a Câmara Municipal do Porto quando, porque dispõe de um sistema de abastecimento de água que, em grande parte, foi pago com dinheiro do Estado e no pressuposto de que dele beneficiariam os concelhos vizinhos, vende a água aos seus municípios a 27\$50/m³ e parece querer obrigar os municípios da Maia e de Matosinhos a pagá-la a preços 2,5 vezes superior.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso é a exploração de município por município!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O meu partido deseja que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto se desenvolvam a um ritmo que as possa colocar rapidamente ao nível das grandes metrópoles europeias.

Queremos que esse desenvolvimento se faça com qualidade, procurando preservar os valores que nos são próprios e garantindo a todos os seus habitantes uma vida digna e que valha a pena ser vivida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tranquiliza-nos saber que o Governo, que apoiamos, está atento e actuante como o provam, insosismavelmente, os elementos que foram hoje trazidos hoje a esta Câmara.

Termino repetindo o que disse há pouco: esta interpelação do PCP só tem sentido se este partido quis abrir hoje a campanha para as eleições das assembleias metropolitanas e iniciar a sua pré-campanha para as autarquias de 1993.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este tipo de manobras cria-nos alguma perplexidade sobre o normal funcionamento das instituições das áreas metropolitanas que queremos implementar.

Não contem connosco para dar cobertura a atitudes desse tipo.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Falcão e Cunha, por ocasião da sua primeira intervenção nesta Câmara, quis dirigir, gentilmente, ao Presidente e a todos os membros da Mesa, sem exceção, saudações e cumprimentos. Cumprę-me agradecer-lhe, em nome de todos, e desejar-lhe, claro está, êxito no exercício deste seu mandato.

A Mesa informa a Câmara que se encontram inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados José Lello, Leonor Coutinho, Daniel Branco e João Amaral.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Falcão e Cunha, desta sua intervenção esperava mais, que viesse dizer, por exemplo, que se congratulava com a constituição das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, porque poderiam ser instrumentos extremamente importantes da gestão desses espaços.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Os Srs. Deputados estão muito nervosos, se quiserem podem inscrever-se e intervir, pois tenho muito gosto em ouvi-los, mas em sede própria. Porém, se me permitem, deixem-me terminar o pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Falcão e Cunha.

Bom, mas a isso disse pouco e o que demonstrou e evidenciou foi, antes, uma certa nostalgia, pois quase que lamentou que elas se constituíssem, porque, no fundo, o que fez foi enfatizar o papel do Governo: «Vejam lá que o Governo até nos fundos comunitários transigiu e deu-vos umas migalhas. Não fora isso o que é que as câmaras municipais poderiam ter feito?» Depois, veio com a velha história, a antes e a depois de 1985, uma vez que antes os governos nada fizeram e que agora tudo fazem. Esquecem ...

Uma voz do PS: — Grande ataque a Cavaco Silva!

O Orador: — Grande ataque a Cavaco Silva, tem razão!

Como dizia, esquecem-se que, de facto, nessas áreas muito há a fazer, em muitos e variados campos, e o que se espera é que as áreas metropolitanas venham a ter os fundos e os meios necessários para acorrer a situações de grande dramatismo, como nas áreas de saneamento básico e em muitas outras.

Mas o que queria dizer-lhe é que o Sr. Deputado veio aqui — e, pelo menos, poderia demonstrar e evidenciar um conhecimento mais actual do que se aconselha — dar umas bicadinhas nas câmaras municipais da oposição, utilizando um *fait divers* para com a Câmara Municipal do Porto, que vendia a água a tanto a uns municípios e a tanto a outros, esquecendo-se que houve recentemente um acordo entre os presidentes da Câmara Municipal do Porto e de todas as outras envolventes, no sentido de ultrapassar esse problema, por forma que, pelo contrário, a gestão da água venha a ser feita por todos os municípios.

O Sr. Silva Marques (PSD): — É o novo Gulag: a exploração do município pelo município!

O Orador: — Dos Gulag sabe o senhor mais, porque tem maior memória, nessa matéria, do que eu!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, o meu pedido de esclarecimento não é senão o de esclarecer sobre estas situações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Sr. Deputado Falcão e Cunha, fiquei relativamente admirada com as suas afirmações, porque V. Ex.^a, pelas funções que ocupou anteriormente, tinha obrigação de saber que o investimento do governo de Cavaco Silva na área metropolitana de Lisboa, nos últimos cinco anos, ou seja, entre 1985 e 1990, não foi superior, a nível dos transportes públicos, ao investimento dos anos decorrentes entre 1980 e 1985. O mesmo verificamos se consultarmos o volume III do PROT (Plano Regional do Ordenamento do Território) de caracterização.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Exactamente.

A Oradora: — Evidentemente que esse investimento foi completamente insuficiente.

O Sr. Falcão e Cunha (PSD): — Qual é o documento, Sr.^a Deputada?

A Oradora: — É o PROT. Terci todo o gosto em lho emprestar.

O Sr. Deputado faz confusão entre as efectivas ações e as promessas. Promessas de travessia da Ponte 25 de Abril, que não foram cumpridas; promessas do novo aeroporto, que não foi feito; promessas de prolongamento do Metropolitano até ao Cais de Sodré, obra que ainda não foi realizada, acrescentando a isto o facto de o Metropolitano ter estado parado com obras durante cinco anos; ou, ainda, a encomenda das carruagens para a linha de Sintra, que esteve parada, como sabe, durante dois anos devido a problemas internos existentes na CP; o facto de o montante de investimentos da Carris não dar sequer para aumentar a oferta, pois os autocarros novos nem sequer compensam os «abates» de autocarros e de eléctricos que

ocorreram ao longo destes anos; o saneamento básico da costa do Estoril que está parado há mais de dois anos com imensos custos, porque o Governo lançou-se numa obra cuja estimativa de custos foi quadriplicada, vindo agora pedir auxílio às câmaras municipais para ajudar a pagar o «buraco» em que se meteu.

Sr. Deputado, por favor, leia o PROT e verifique que a vossa «ladainha» não corresponde à verdade. As promessas são uma coisa e outra são os números.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Branco.

O Sr. Daniel Branco (PCP): — Sr. Presidente, sendo também a primeira vez que intervengo nesta Assembleia e porque considero que é sempre importante aprender com os mais idosos — o Sr. Deputado Falcão e Cunha cumprimentou V. Ex.^a e a Mesa —, faço agora o mesmo com o atraso que resulta de apenas ter podido exprimir o aprender dessa experiência após estas intervenções.

O Sr. Deputado Falcão e Cunha deu a ideia de que anda muito preocupado com as campanhas eleitorais. Creio que, num programa recente da rádio, V. Ex.^a terá afirmado que tinha ambições políticas. Depois desta sua intervenção fico na dúvida de qual será a área metropolitana a que se irá candidatar.

De qualquer forma, quero dizer-lhe que, em termos de campanha eleitoral, este universo para as áreas metropolitanas é bastante restrito e, se se tratasse apenas de uma questão de campanha eleitoral, teríamos a esmagadora maioria assegurada. Não é disso que se trata, mas sim de encontrarmos efectivamente um modo diferente de relacionamento.

Já na intervenção do Sr. Ministro Valente de Oliveira apareceu acentuado este aspecto do medo do debate político. Creio que não valerá a pena criar fantasmas. A democracia funcionará seguramente com a tensão dialéctica entre as divergências que temos, pois ganharemos bastante em apresentá-las com toda a frontalidade.

Do meu ponto de vista, isso nunca impossibilitou o diálogo com ninguém e julgo que não terá que haver receio nesse aspecto relativamente às áreas metropolitanas. Creio que os eleitos que as irão integrar saberão dar conta do «recado» e, sobretudo, ter como primeiro objectivo a pretensão de servir o melhor possível os interesses dos cidadãos.

Gostaria de lhe dizer francamente, Sr. Deputado — e é já a segunda ou a terceira referência que sobre isto aqui é feita —, que esta questão da divisão entre municípios, a menos que se trate de alguma questão de assédio a algum município em particular, me parece relativamente pouco elegante. Todos nós, seguramente, temos virtudes, todos temos defeitos e, pessoalmente, entendo que, dos 18 municípios da área metropolitana de Lisboa e dos 9 da área metropolitana do Porto, todos trabalham com um grande empenho.

Penso não ter deixado dúvidas na minha intervenção, mas sublinharia rapidamente a nossa posição, já referida logo no início, quando dissemos: «Podemos avançar desde já, pois o PCP está disponível e mobilizado para contribuir de modo positivo em todas as políticas, acções e medidas que sirvam os interesses das pessoas que trabalham e dão vida às áreas metropolitanas. Pretendemos que o surgimento das áreas metropolitanas signifique um novo

quadro de relacionamento entre os diferentes níveis da administração e que se traduza em ganhos de qualidade para os cidadãos».

É esse, portanto, o objectivo do nosso trabalho e desta interpelação.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Daniel Branco — que tenho o prazer de conhecer há muitos anos —, muito obrigado pelas suas palavras que foram muito gentis. Agradeço-as, portanto, em meu nome e em nome da Mesa.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Falcão e Cunha.

O Sr. Falcão e Cunha (PSD): — Sr. Deputado José Lello, quero admitir que V. Ex.^a não ouviu exactamente aquilo que eu disse. Congratulei-me com a criação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e disse, inclusivamente, algo que me parece desenhar o meu pensamento: «Cria-se, enfim, um espaço económico próprio para o debate sério das grandes questões, debate esse que permite encaminhar soluções tecnicamente adequadas à melhoria da qualidade de vida das populações e à potenciação do papel das áreas metropolitanas como motor de desenvolvimento económico, social e cultural do País.»

Penso que não se pode fazer melhor congratulação do que esta que acabei de repetir.

No que respeita à questão que me colocou, provavelmente que o presidente da Câmara Municipal do Porto já resolveu o problema dos preços da água. Só que ontem esse problema não estava resolvido — tê-lo-á certamente resolvido hoje!

Sr.^a Deputada Leonor Coutinho, de cada vez que a oiço falar dos investimentos que se fizeram ou não sinto que V. Ex.^a está a contar, como há pouco referi, a fábula da raposa e das uvas. Estão verdes! Gostariam de ter feito! Não fizeram! E vem sempre com a mesma ...

O Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Sr. Deputado, os valores estão aqui no PROT.

O Orador: — Sr.^a Deputada, não tenho naturalmente aqui o valor dos milhões de contos que se gastaram, mas o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações citou-os aqui com toda a clareza.

Protestos do PS.

O Sr. António Costa (PS): — Não deu nada!

Neste momento, a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho dirige-se à bancada do orador, entregando-lhe o documento que havia referido.

Protestos do PSD.

O Orador: — A Sr.^a Deputada Leonor Coutinho falou em duas questões muito concretas: os autocarros da Carris e o saneamento. Como é hábito, uma vez que foi hoje dito aqui pelo Sr. Ministro que já havia sido feita a encomenda dos autocarros da Carris, é mais do que evidente que o Sr. Deputado António Costa e a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho, a partir de agora, vão começar a reclamar os autocarros da Carris para depois poderem dizer: «Fomos nós que conseguimos, foi a nossa proposta.»

É o costume, já conhecemos esta forma de actuação!

Sr. Deputado Daniel Branco, quanto à sua referência sobre a minha idade, espero que possa seguir os meus exemplos. Devo dizer-lhe que não estou nada preocupado com campanhas eleitorais, nomeadamente com a campanha eleitoral para a área metropolitana. Naquela em que estive preocupado, ganhei-a, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que quero dizer-lhe, Sr. Deputado, é que penso que está a seguir um bom exemplo, porque o que disse há pouco, no sentido de ter deixado de pensar em termos estatizantes nestes problemas, pareceu-me uma boa evolução.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Farci uma muito breve intervenção, visto que o tempo disponível é efectivamente muito curto.

A institucionalização das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto suscita algumas observações. No nosso país, o PIB, em 1991, foi de 950 contos por pessoa, enquanto, por exemplo, na Dinamarca, foi de 4000 contos. É notável, aliás, que a região do Norte ocupa o 4.º lugar quanto à distribuição do rendimento, apesar da sua propalada riqueza, afinal muito mal distribuída.

Num livro recente, *A Exclusão Social*, de vários investigadores universitários — uma obra de grande mérito publicada no mês passado —, salienta-se que «às carências em recursos culturais as famílias somam muitas vezes carências de natureza económica. Tais carências produzem elas próprias efeitos importantes no insucesso e no abandono (escolar)». E sublinha-se ainda que «[...] os processos de modernização têm sido acompanhados pela acentuação de algumas desigualdades na distribuição de rendimentos e por outros efeitos negativos, nomeadamente, novas modalidades de precarização ou exclusão final».

Tudo isto, embora reconhecendo-se as virtualidades das áreas metropolitanas, não isenta o Governo das responsabilidades que lhe cabem na situação real do País. Sem esquecer os que vivem a mais aguda situação de pobreza, aqueles de quem na obra citada se diz que «o tempo da miséria é o suceder dos dias e das noites».

Não existe a noção do futuro enquanto projecto, apenas como destino. «A memória do passado está, geralmente, perdida».

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A situação da habitação e do ordenamento do território, em Portugal, é tão grave que, no programa eleitoral do PSD, se pode ler:

É nas cidades, onde no virar do século habitará a esmagadora maioria da população portuguesa, que estes problemas se irão colocar com maior acuidade. O fulgorante e desordenado crescimento das aglomerações urbanas do nosso país, onde se

acumulam novas formas de pobreza, de sofrimento e de défice da qualidade de vida, levarão a que o PSD atribua prioridade crescente a uma política concertada de ordenamento do território e da habitação.

Para tal, o PSD prometeu: «Eliminar os bairros de barracas e os bairros clandestinos, reabilitar as áreas urbanas degradadas e dar solução aos problemas de habitação dos mais idosos, dos deficientes e dos mais vulneráveis economicamente.» Repare-se que o PSD não prometeu que as autarquias iam eliminar os bairros de barracas, reabilitar as áreas degradadas ou dar solução aos problemas dos mais idosos, etc., mas afirmou que quem o iria fazer era o Governo.

Está à vista que as promessas ficaram por cumprir e que a política de habitação e de ordenamento, do PSD, é uma grosseira fraude. As culpas não são das autarquias, pois não é o poder local que está hoje aqui a ser interpelado. A situação é grave e a culpa é do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quem paga são os Portugueses e é sobretudo nas áreas metropolitanas que o problema é mais grave e se acumulam os dramas mais sérios.

Na Grande Lisboa existem mais de 30 000 barracas, um terço dos alojamentos estão muito degradados e 310 000 habitantes vivem em zonas clandestinas. Num e noutro caso, grande parte dos alojamentos são muito antigos. Apesar disso, os gastos com a reabilitação urbana não ultrapassam os 4% do já muito fraco investimento no sector.

Na área metropolitana do Porto, em cada 1000 famílias, 9 habitavam em barracas, 92 partilhavam a habitação com outra e 230 viviam em sobreocupação. Mais de 45 % dos alojamentos arrendados estavam em deficiente estado de conservação e grande parte dos fogos eram ilegais, o que ilustra as péssimas condições de urbanização.

Mas não são só as grandes manchas de bairros de barracas ou os bairros históricos — como os de Lisboa, Porto e Gaia —, que se encontram em acentuadíssimo estado de degradação e as zonas de lotamentos ilegais. É também a superlotação de muitas habitações e até a superlocação de barracas. É ainda a falta de equipamentos e de infra-estruturas que são essenciais ao direito à saúde e que fazem parte do conceito de direito à habitação.

No caso da área metropolitana do Porto, segundo os últimos dados disponíveis, só 57 % da população dispunha de abastecimento domiciliário de água e 36% de rede pública de recolha de esgotos.

Por outro lado, é mínima — cerca de 7 % — a percentagem da população abrangida com tratamento de águas residuais, com graves consequências na poluição dos rios e das ribeiras.

Não é sintoma de correcto ordenamento do território a perda de população de Lisboa e Porto, com os moradores expulsos para cada vez mais longe e a demorarem cada vez mais tempo a chegar ao trabalho. Por exemplo, a cidade do Porto parece ter passado a ser, segundo o último recenseamento, o terceiro concelho do País em população. Terá trocado de lugar com Loures, concelho de imensos dormitórios a procurar vida própria, que recebe a população expulsa de Lisboa, tal como os concelhos da periferia do Porto recebem a população expulsa desta cidade.

Por detrás desta situação está a demissão do Estado das suas responsabilidades e um liberalismo que tem pouco de neo e muito de desprezo pelos direitos das populações.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A demissão do Estado da responsabilidade de garantir direitos fundamentais, como o direito à habitação, ao ambiente e o necessário ordenamento do território, não pode ser a via para enfrentar os graves problemas acumulados.

As alternativas para acesso à habitação não o são verdadeiramente. As cooperativas de habitação económica só satisfazem necessidades das camadas média e alta.

As alternativas para acesso à habitação não o são verdadeiramente. As cooperativas de habitação económica só satisfazem necessidades das camadas média e alta. A bonificação do crédito para aquisição de casa própria não é suficiente para resolver os problemas de muitas famílias. Muitas que a ele recorrem têm de procurar casas muito longe do trabalho e são quase sempre demasiado pequenas, porque só assim as podem pagar. Mesmo assim, canalizam para a prestação grande parte do rendimento familiar. O mercado de aluguer, que nos prometeram que seria uma panaceia, encontra um reflexo nas agências que anunciam casas nos jornais que não existem e levam dezenas de contos para garantir acesso às que não há. Apenas 1,7% das habitações construídas são destinadas a aluguer. Depois de tantas promessas do PSD, é verdadeiramente a comprovação de uma falácia total.

Do ponto de vista do ordenamento do território, e apesar do esforço de muitas autarquias, a situação continua a ser preocupante. Permitam-me que saliente, entre muitos, o problema do ordenamento da orla marítima da área metropolitana do Porto com potencialidades que estão ameaçadas, não só pela expansão urbanística descontrolada, mas também pela poluição de vários rios e emissários submarinos, que são parte da gravíssima situação em matéria de saneamento básico que se vive na região.

As autarquias carecem de instrumentos legais e financeiros suficientes para executar uma política de solos coerente. Também elas gostariam de actuar no sentido, aqui, já referido pelo Sr. Ministro para tornar o solo para construção mais barato. Mas, na verdade, têm carência de meios para esse efeito.

Actualmente, o seu esforço de ordenamento esbarra com a indefinição ou atraso em opções estruturantes que cabem ao Governo e que seriam decisivas para que os planos directores municipais pudessem ser verdadeiros instrumentos básicos de ordenamento do território. A articulação entre eles e os planos regionais de ordenamento do território, apesar do esforço dos municípios e equipas técnicas, continua a ser afectada por atrasos e indefinições, de que é exemplo a definição de soluções para os problemas do atravessamento do Tejo e do Douro.

Em todas estas matérias, o Governo não pode fugir às suas responsabilidades. Não são as autarquias que podem colmatar o défice de centenas de milhar de fogos (de 500 000 a 800 000 consoante as estimativas) e a nova procura bem expressa nos 70 000 novos casamentos anuais.

O Governo não pode deixar de assumir a responsabilidade desta situação. Tem de acabar o escandaloso demissionismo que levou a uma gravidade extrema do problema da habitação, em particular, nas áreas metropolitanas.

O PCP é a favor de uma decidida prioridade ao problema da habitação e do ordenamento. É certo que o sector privado tem um papel insubstituível. O sector cooperativo tem de ser apoiado e dinamizado para ficar em condições de produzir habitação realmente económica. Mas o Estado não pode demitir-se do seu papel ou dizer que este cabe às autarquias, às quais, aliás, cortou 54 milhões de contos directamente, além do que cobra impondo novos encargos e, lamentavelmente, o Primeiro-Ministro não se dispensa de fazer intolleráveis ameaças no caso de o Tribunal Constitucional cumprir aquilo que entendemos ser o seu papel, isto é, vir a declarar a inconstitucionalidade das normas que não cumprem a Lei das Finanças Locais.

O direito à habitação, que está inscrito como direito fundamental na Constituição da República, é essencial à felicidade e ao bem-estar dos Portugueses.

Nesta interpelação, o Governo e o PSD respondem por negar esse direito a centenas de milhares de moradores das áreas metropolitanas.

É também disso que aqui, como representantes do povo, hoje, pedimos contas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Castro Almeida.

O Sr. Manuel Castro Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Sá, se a figura da interpelação utilizada pelo Partido Comunista tinha, porventura, no meu espírito, não na letra da lei, alguma carga de censura relativamente ao interpelado, que é o Governo, creio que essa carga vai ter, definitivamente, de desaparecer, porque, agora, no final do debate, fico seguro de que não ficou expressa qualquer censura séria a este governo.

A propósito das obras que o Governo faz ou não faz e que as câmaras municipais fazem ou deveriam deixar de fazer, lembro-me da imagem que se costuma usar a propósito dos optimistas e dos pessimistas. Aqui, neste caso, é o Governo e a oposição.

Não vou dizer que o Governo fez muitas ou poucas obras, a questão que coloco é esta: que outro governo fez — como dizia, há pouco, o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — um décimo das obras das que este fez? Se V. Ex.^a considerar que um décimo é exagerado, podemos, por exemplo, admitir um quinto ou um oitavo, como queira. Mas, efectivamente, que outro Governo empreendeu um tal número de obras que se assemelhe ao que este governo fez nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa?

E pergunto-lhe mais — até para dar de barato que nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto hão-de conjugar-se esforços da administração central e local, porque ambas têm competências, o bem-estar dos cidadãos depende da acção de todos e é suposto que as competências estão bem delimitadas: que outro governo deu às autarquias locais condições financeiras que se assemelhem às que foram dadas pelos últimos governos?

Não vale a pena V. Ex.^a vir aqui falar do FEF e do cumprimento ou do incumprimento da lei, pois recordo-lhe que, nos seis anos anteriores à governação do PSD, as autarquias locais tinham perdido, em valor real, 22% de transferências financeiras e que esse número, que era negativo, passou para 26% de acréscimo real de transferências do FEF.

Por último, pergunto-lhe ainda: o Sr. Deputado está recordado de que esta matéria das áreas metropolitanas só

começou a ser debatida publicamente e a fazer parte das preocupações autárquicas durante a governação do PSD? Acaso, não considera que o governo do PSD e os ministros responsáveis por esta área tiveram, eles próprios, grandes responsabilidades na criação do conceito das áreas metropolitanas e na operacionalização do mesmo? Considera ou não que antes dos governos do PSD não havia uma prática de associativismo municipal, que foi induzido, sugerido, aconselhado e estimulado no plano financeiro pelos governos do PSD?

O Sr. Deputado pode considerar que tudo isto é pouco, mas entendemos que foi feito o possível. Consideramos que deve haver uma boa articulação entre a administração central e a local e gostaríamos que os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto pudessem apresentar um balanço tão bom como o do Governo. Não pediria mais!

O Governo vai necessariamente continuar na via que tem vindo a traçar e V. Ex.^a verá que o PIDDAC de 1992, que foi recentemente aprovado nesta Assembleia, dá o tom da disposição do Governo em continuar o esforço de investimento forte nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A nossa esperança é a de que as autarquias se associem a este esforço de investimento do Governo e que passem à acção no âmbito das áreas metropolitanas.

Assim, era conveniente que as autarquias e os autarcas das áreas metropolitanas — e deixem-me fazer uma referência especial à área metropolitana do Porto — se entendessem sobre a escolha dos titulares dos órgãos que vão dirigir essas autarquias, passassem mais tempo a discutir os projectos que se propõem implementar e menos tempo a discutir as pessoas que os vão liderar.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Sá, penso que estamos a chegar ao fim desta interpelação ao Governo e fica claro para todos nós que ela não foi devidamente dirigida.

Com efeito, se atentarmos na geografia autárquica da área metropolitana de Lisboa, onde o Partido Comunista Português detém a presidência de 11 câmaras municipais, das 18 que integram esta área metropolitana, e partilha também o poder com o Partido Socialista na Câmara da cidade capital, Lisboa, e atendendo também que, no Porto, o Partido Socialista detém a maioria das presidências de câmara, ou seja, seis em nove, diria que, em bom rigor, a interpelação deveria ter sido dirigida ao próprio Partido Comunista Português e ao Partido Socialista, apesar de o Partido Social-Democrata reconhecer que, na resolução dos grandes problemas que se colocam a estas duas áreas metropolitanas, tem de haver uma co-responsabilização do Governo e das autarquias locais.

No entanto, como já foi aqui demonstrado pelo Governo e pelos meus companheiros de bancada, devo dizer que o Governo, no que diz respeito a esta matéria, tem feito o máximo esforço para tentar atenuar e resolver os grandes problemas destas duas áreas metropolitanas. Aliás, julgo que as obras efectuadas pelo Governo falam por si e os portugueses que vivem nestas áreas metropolitanas têm reconhecido esse esforço. Se calhar, outro tanto e na mesma medida não está a ser feito por parte das autarquias dos Partidos Socialista e Comunista.

A prova disto — e, se calhar, a prova de que não se avançou mais na resolução concreta destes problemas —,

está na falta de vontade política que durante estes anos existiu por parte das autarquias para criar ou para manifestar a vontade política de que fossem criadas estas novas figuras institucionais as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Na verdade, só no anterior mandato das autarquias é que, no Porto, os presidentes de câmara se reuniram e vieram junto do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território para lhe dizer que estavam criadas as condições para se avançar no sentido de se criar essa nova figura institucional — a área metropolitana do Porto. E lembro também que os autarcas de Lisboa nunca tiveram igual iniciativa junto do Governo.

De facto, foi tendo em consideração essa vontade do Porto que os partidos políticos com assento na Assembleia da República, na anterior legislatura, apresentaram projectos de lei dos quais resultou nova lei quadro de institucionalização das áreas metropolitanas, isto é, a Lei n.^º 44/91.

Se as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto tivessem sido criadas há mais tempo, teriam permitido uma maior conjugação de esforços das autarquias com o Governo — e o PSD sempre defendeu isso —, e assim talvez que muitos dos problemas que hoje estamos, aqui, a debater pudessem ter tido uma resposta mais eficiente e eficaz.

Assim, temos de ter todos a capacidade e a humildade de reconhecer que não podemos responsabilizar, quer este governo quer os anteriores, pela ineficácia revelada em muitos aspectos no que respeita à resolução dos problemas que se colocam às duas áreas metropolitanas, uma vez que estes problemas têm de ser encarados de frente e em conjugação de esforços pelas autarquias e pelo poder central.

Mas, como ainda há pouco acabou de dizer o meu colega Deputado Manuel Castro Almeida, essa vontade clara das autarquias não tem existido em muitos casos.

Com efeito, no que diz respeito, por exemplo, ao Porto, os autarcas do PS estão mais preocupados com o *show off* político, em saber quem é que vai ser o presidente da junta metropolitana e em tentar dividir o poder entre si do que em encontrar as soluções concretas. Aliás, ainda na semana passada isso se verificou, quando o Partido Socialista, numa reunião pública com os seus candidatos à assembleia metropolitana, e perante as grandes questões que, concretamente, se colocam à área metropolitana do Porto, não apresentou qualquer ideia nova. Apenas fizeram o *show off* político de que era preciso ganhar a presidência da junta metropolitana do Porto e as eleições para a assembleia metropolitana. Nada mais! Ora, Srs. Deputados, não é assim que se devem encarar e resolver os problemas das populações das áreas metropolitanas.

É evidente que o Sr. Deputado Luís Sá pintou um quadro negro para, de algum modo, justificar esta interpelação do seu partido no que diz respeito aos problemas que existem nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Temos consciência de que estes problemas existem, que é preciso continuar a atacá-los eficazmente, é isso que o Governo tem vindo a fazer, mas é importante que as autarquias locais também acompanhem com o mesmo ritmo e a mesma dinâmica a governação de Portugal nesse sentido. Mas isso, infelizmente, não vemos da parte das autarquias do Partido Comunista Português, em Lisboa, e da parte das autarquias do Partido Socialista na área metropolitana do Porto.

(*O orador reviu.*)

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por agradecer as questões que me colocaram.

Sr. Deputado Manuel Castro Almeida, é evidente que não interpelámos os governos anteriores, mas criticámos-no momento próprio. O Sr. Deputado procura constantemente explorar a eventual falta de memória e suscitar comparações em matéria de obras feitas por este governo e pelos governos anteriores. Não estamos a interpelar estes últimos, mas sim o actual. Por favor, Sr. Deputado, não fuja às responsabilidades, escondendo-se atrás de governos anteriores, que não estão aqui a ser interpelados.

Quanto à referência que faz sobre o que o Governo deu às autarquias, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Governo não dá nada às autarquias. Penso ser altamente lamentável que exista uma tal mentalidade por parte da bancada da maioria.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo limita-se a cumprir uma lei da República ou, melhor, a não cumprir. E adopta essa atitude em condições que suscitam um recurso ao Tribunal Constitucional, aliás, um recurso altamente justificado, na sequência de pareceres emitidos por ilustres constitucionalistas, um dos quais até pertence ao partido do Governo.

Nesta matéria, o Governo não só mantém péssimas condições, designadamente no plano da habitação, como também priva as autarquias de condições financeiras que poderiam permitir-lhes ir muito mais longe na assunção das suas responsabilidades. E agora o PSD tenta esconder-se atrás das autarquias, imputando-lhes responsabilidades que não lhe cabem, designadamente nesta área da habitação. Creio que se trata de um comportamento efectivamente lamentável e, se me permite dizer-l-o, pouco sério.

Quanto à questão das áreas metropolitanas terem surgido com o governo do PSD, creio que aquilo que o Governo e o PSD fizeram foi atrasar, durante anos e anos, uma solução institucional. É que não posso deixar de recordar que a primeira vez que o Grupo Parlamentar do PCP propôs, nesta Assembleia da República, a criação das áreas metropolitanas com órgãos directamente eleitos pela população foi em 1977 e, portanto, nesta matéria, creio que a primazia é muito clara.

Sr. Deputado Manuel Moreira, no âmbito desta matéria só lhe fazia uma observação. O trabalho que as autarquias de maioria do PCP fazem é bem conhecido da população e é bem reconhecido, ao longo dos anos, designadamente através do voto. Se não vão muito mais longe é porque os governos do seu partido têm efectivamente impedido que assim seja, não valendo a pena fazer comparações com o que se passava há seis anos atrás, porque nessa altura o PSD também estava no Governo, como esteve anteriormente. Também aí, convém não se esconder atrás de governos anteriores, dos quais, aliás, fazia parte.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Matos.

O Sr. João Matos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tenho de co-

meçar a minha intervenção pela apresentação de um pedido de desculpas a todos os presentes. É que, contrariamente ao hábito da casa em momento de interpelações, não trago uma intervenção acabada e dactilografada de véspera. E não trago, de propósito, por duas razões.

Primeiro, porque entendo que o facto de os partidos virem para uma sessão de interpelações com as respostas prontas significa que, afinal, elas não servem para nada, são uma conversa de surdos.

Risos do PS.

Preparar essas intervenções quer dizer que não se responde às interpelações, antes e só, repetem-se as posições que os partidos já tinham sobre a matéria, ou seja, em vez de um diálogo temos uma sucessão de monólogos e todos saem contentes por se terem ouvido a si próprios.

Em segundo lugar, para mim, a importância da questão das áreas metropolitanas sobrepõe-se ao prazer dos exercícios dialécticos. Nesta, como noutras matérias, acho mais importante a razão das ideias do que a cor da camisola de quem as propõe e, por isso, quis ouvir o partido interpelante antes de concluir e ordenar o conjunto de ideias que vos quero transmitir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com a maior atenção o partido interpelante, como ouvi, cada vez com menor atenção, os restantes partidos da oposição. É que, francamente, canso-me sempre que oiço falar muito e não dizer nada.

No fundo, há três, e só três, maneiras de interpelar ou fazer oposição. Uma, positiva, que consiste em ter a coragem de apresentar propostas concretas e alternativas e em recusar a crítica pela crítica, desafiando o poder a aceitar as nossas propostas ou a justificar a sua recusa.

As outras duas maneiras de fazer oposição são negativas e, principalmente, ultrapassadas e gasta. Ou é o dizer que fazia parecido, mais e melhor, ou então é o repetir dos velhos estribilhos: os comunistas «defendem» os trabalhadores e os socialistas «garantem» a justiça social.

O Sr. Daniel Branco (PCP): — Boa cassette!...

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Olhemos agora para o que foi dito pelos partidos da oposição neste debate. Propostas novas, nenhuma. Medidas concretas e consequentes, nenhuma. Diálogo construtivo que, a bem do País, procurasse ajudar a melhorar as condições de vida das populações das áreas metropolitanas, não ouvi. O que ouvi, isso sim, foi o habitual caderno reivindicativo das doutrinas ideológico-socialistas.

Do Partido Comunista Português esperava-se que tivesse, pelo menos, a lucidez e o bom senso de ter aprendido com a história recente; que tivesse, ele próprio, a iniciativa de esconder a cartilha e de procurar, através de propostas concretas, construir uma nova razão de ser. Mas não! Ou a imaginação foi curta, ou o vício foi mais forte!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso é uma contradição com o que disse o Sr. Deputado Falcão e Cunha.

O Orador: — Compreendo o seu nervosismo, Sr. Deputado!

E lá voltámos aos trabalhadores, à vanguarda ideológica, à ilusão colectivista. Srs. Deputados, de facto não vale a pena, não conseguem mudar, o «tique» é mais forte.

Do Partido Socialista, quando se esperava que tivesse, pelo menos, o brio de tentar justificar a nova liderança na

capacidade de construir novas propostas, ei-lo que se resume ao «velho» líder e às velhas propostas.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — De facto, já fui mais novo, Sr. Deputado.

O Orador: — E não sou eu quem acha que o ex-líder do Partido Socialista e algumas das suas propostas são velhas, quem o acha é o próprio Partido Socialista que teima em não perceber que o seu problema, mais do que a ausência de líderes, é a ausência de ideias e que, por isso, na já habitual fuga para a frente, voltou a mudar de rosto. O Partido Socialista começa a fazer lembrar aquela actriz de 95 anos a pretender, com operações plásticas, voltar a ter 20.

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Essa piada é fina! É do estilo António Sala!...

O Orador: — Não resulta, simplesmente não é possível, como não é possível ao PS, mudando constantemente de líder, esconder que, no fundo, o seu problema é não ter novas ideias para apresentar ao País.

Responder ponto por ponto à intervenção do Partido Socialista era cair no seu jogo e transformar este debate numa cópia de má qualidade das edições de anos anteriores.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Deputado, dê uma ideia nova!

O Orador: — Assim, se os Srs. Deputados do Partido Socialista querem uma resposta à nossa intervenção de hoje, leiam as nossas intervenções de ontem e aprendam com os esclarecimentos que o Governo, mais uma vez, prestou hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a forma apresentada, este debate sobre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não é sério, nem sequer lícito. O seu objectivo não é discutir e tentar resolver os problemas das grandes metrópoles, o que se pretende é, através de um artifício regimental, culpabilizar politicamente o Governo.

A questão das áreas metropolitanas, pela sua complexidade e pelas implicações que pode ter no conjunto do País, não pode nem deve ser reduzida a simples arma de arranque político, pelo contrário, deve ser vista como condição necessária para o desenvolvimento.

Falamos de uma situação que se arrasta há décadas e que, com o crescimento desordenado e descontrolado que se intensificou a partir dos anos 40, veio criar problemas de vivência e mesmo de sobrevivência às populações das grandes cidades.

Nos casos de Lisboa e Porto falamos de unidades territoriais, onde é fácil detectar um conjunto de relações e interdependências que determinam a sua especificidade. São disso exemplo os problemas particulares que nestas cidades se levantam em matéria de habitação e de vias de comunicação, de saneamento básico, de higiene e segurança, de protecção do ambiente, de cultura ou de densificação e ocupação dos solos.

No entanto, fazer o inventário para nos limitarmos a concluir que o problema é complexo e que a solução não pode ser instantânea, não chega. Mais importante é confrontarmos aqui o que cada um já fez para resolver esta

situação, que foi pela primeira vez considerada, com a sua inclusão no texto constitucional, por iniciativa do PSD, como, aliás, partiram do PSD todas, repito todas, as iniciativas legislativas tomadas desde então. Mas mais importante do que esta afirmação, ou do que a enumeração das iniciativas tomadas, é salientar que o PSD teve a coragem e a honestidade política de avançar com todas as propostas, mesmo sabendo, sem qualquer dúvida, que não poderia controlar ou liderar esses processos.

O PSD sabia que não tinha a maioria das câmaras municipais em nenhuma das áreas metropolitanas e, por isso, ao desferir a sua criação permitiu que as oposições passassem a dispor de um decisivo instrumento político. Ainda assim o fez e voltaria a fazê-lo! Isto, porque o nosso objectivo foi sempre o de que o interesse das populações e as necessidades de desenvolvimento do País se sobreponesse às nossas conveniências políticas.

O Sr. Manuel Castro Almeida (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, importa dizer que as oposições agiram precisamente ao contrário. Aqui, reclamam a institucionalização das áreas metropolitanas e acusam o Governo de indecisão e ineficácia, mas no terreno nada fazem. É que são os partidos da oposição, há mais de 16 anos, que têm a responsabilidade da gestão da maioria das câmaras envolvidas nas áreas metropolitanas e, até hoje, não tomaram uma única medida no sentido de implementar a actuação coordenada desses municípios, com vista a resolver os gravíssimos problemas que se colocam. Pelo contrário, é nas câmaras sob gestão do Partido Comunista Português que os problemas ainda são mais graves, que o número de barracas e clandestinos é maior e que a pobreza é mais generalizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A interpelação do Partido Comunista Português representa cobardia política, inconsequência e demagogia. Cobardia política, pois, tendo a maioria das câmaras municipais, nunca tomou qualquer iniciativa e usou as palavras para esconder a sua incapacidade em resolver os problemas concretos das populações.

Inconsequência, porque as iniciativas que aqui vêm reclamar já poderiam, em muitos casos, ter sido concretizadas pela actuação coordenada das suas autarquias.

Finalmente, demagogia, porque acusa o Governo, que sabe bem ter sido pionero nesta matéria, quando, em contrapartida, da sua parte, tudo o que vemos é a discussão na praça pública, pelos seus autarcas, dos lugares que vão ocupar. Trata-se de uma visão medíocre de quem se perde a olhar para o seu próprio umbigo e, por isso, mais uma vez, se esquece do País real e dos Portugueses que precisam de nós.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e do PCP.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Afinal o seu discurso estava dactilografado, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para exercer o direito regimental de defesa da consideração, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, não se trata, obviamente, da minha consideração pessoal mas da consideração da minha bancada.

Apreciei o discurso particularmente renovador e rejuvenescido do Sr. Deputado João Matos e, portanto, não poderia deixar de começar por saudar essa inovação.

Risos do PS.

No entanto, quero dizer-lhe duas coisas.

Em primeiro lugar, não se confunda, Sr. Deputado, pois não temos uma história com um líder e outra com outro líder. Temos um único partido, com uma única história e com um programa, e seja com o líder A ou com o líder B cá estamos com as nossas propostas. Portanto, não se apoquente com isso!

Por outro lado, gostaria de resolver a contradição entre aquilo que o Sr. Deputado disse — de nós só vímos aqui com propostas velhas — e o que disse, há pouco, o Sr. Deputado Falcão e Cunha — de que eu e a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho devemos ter uma escuta telefónica no Gabinete do Sr. Ministro, porque, de cada vez que sabemos que ele vai anunciar algo, vímos cá, na véspera, dizer que ele o deve anunciar. Para resolver esta questão, para clarificar se andamos a fazer espionagem ou temos propostas velhas, tenho o prazer de lhe oferecer um mapa, que elaborámos cuidadosamente e que distribuímos juntamente com o nosso programa de governo na última campanha eleitoral, sobre o plano de infra-estruturas rodoviárias na área metropolitana de Lisboa. Isto para darmos definitivamente esclarecidos sobre se o PS tem ou não propostas, quais são as propostas e se temos uma ou mais caras.

Aplausos do PS e do PCP.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado João Matos.

O Sr. João Matos (PSD): — Sr. Deputado António Costa, é evidente que eu não osendi a sua consideração ...

O Sr. António Costa (PS): — Ofendeu a do meu partido!

O Orador: — ... nem à da sua bancada, porque é notório que neste debate o Partido Socialista teve de se socorrer — e muito bem! — do Sr. Deputado Jorge Sampaio, uma pessoa com uma experiência na Câmara Municipal de Lisboa já de alguns anos (neste caso, de há dois anos), para poder eventualmente ...

O Sr. António Costa (PS): — Olhe que fica gravado!

O Orador: — Por isso não há nenhuma diferença entre o Partido Socialista actual e o anterior, uma vez que, hoje, tiveram de se socorrer das ideias do anterior ...

Vozes do PS: — Então havia ideias!...

O Orador: — ... para poderem trazer ideias. Efectivamente, o Partido Socialista não consegue trazer novas ideias para o debate parlamentar!

Eu sei que o PS tem propostas e gostaria de dar aqui um exemplo. O ETRL (Estruturas de Transportes Rodoviários de Lisboa) é do tempo do Partido Socialista e, nessa altura, não havia qualquer proposta no sentido de avançar-se para a construção de uma nova ponte. Só em

1988, com o ITRL (Infra-Estruturas de Transportes da Região de Lisboa), é que se começou a prever a construção de uma nova ponte.

É por isso que eu digo que VV. Ex.^{as} não conseguem trazer uma única ideia, porque as que depois vêm aqui defender já são as que, por antecipação, o Governo tomou.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Pedi a palavra para defender a consideração da minha bancada, na verdadeira expressão e exacto sentido em que vem referida no Regimento da Assembleia da República.

Julgo que é inaccitável o conjunto de afirmações, de distlates, utilizados pelo Sr. Deputado João Matos, referidos ao meu partido na parte final da sua intervenção.

Nada tenho a ver com o facto de o Sr. Deputado dizer que vai fazer uma intervenção de improviso e depois lê-la do princípio ao fim, vou esquecer completamente esse facto. Mas o que não lhe admito, Sr. Deputado João Matos, é que se refira à «cobardia política do PCP», porque, em termos de coragem política, não temos lições a receber de si, do seu partido ou de quem quer que seja.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não accitamos que utilize expressões como mediocridade relativas a propostas do PCP. O Sr. Deputado pode estar em desacordo com as nossas propostas, pode criticá-las, pode não accitá-las, mas não tem o direito de utilizar essas expressões, porque senão dá-me o direito de chamar a atenção para a mediocridade mental do Sr. Deputado João Matos.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado João Matos.

O Sr. João Matos (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, evidentemente que não tive qualquer intenção de osender o seu partido. Pelo facto de dizer, na minha intervenção, que havia cobardia política — e sublinho a expressão política — por parte do Partido Comunista é porque esse partido, durante muitos anos, nunca tentou resolver os graves problemas em que se encontram muitos municípios. Conheço um, o de Loures, em que as pessoas vivem numa situação deplorável e o PCP, não só nessa Câmara, em que tem a maioria há muitos anos, como noutras da área metropolitana de Lisboa que lidera, nunca encontrou um quadro legal para resolver esse problema e, mais, nunca pediu ao Governo colaboração para a resolução do mesmo.

Protestos do PCP.

É por isso que eu digo que existe cobardia política por parte do Partido Comunista Português, porque não quer enfrentar esta situação e não quer, de facto, ultrapassar estes problemas. Foi esse o motivo por que fiz essa referência.

Quanto à minha mediocridade mental, os comentários ficam com quem os faz.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Apolónia Teixeira.

O Sr.º Apolónia Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado: As luzes e os ritmos da capital e da sua grande urbe escondem e mistificam as realidades chocantes do quotidiano das pessoas que nela vivem e trabalham. E não é necessário esgrimir com as situações mais dramáticas dos excluídos da sociedade, com as manchas de pobreza que encontramos à entrada do Metro, nos cais de embarque, num vão de escada ou no refúgio das arcadas. Falamos das centenas de milhar de pessoas que se deslocam nos transportes públicos e nas suas viaturas, que têm de recorrer a um centro de saúde ou a um hospital central e que por vezes nem na sua própria casa encontram segurança até ao dia seguinte.

Se a política de saúde levada a cabo nos últimos anos tem conduzido o Serviço Nacional de Saúde a um sistema cada vez mais burocratizado e centralizado, sem autonomia administrativa e financeira, sem uma gestão descentralizada e participada, sem a regionalização que entregue, de facto, às regiões os meios e as responsabilidades na área de saúde, é nos cuidados primários que as consequências nefastas desta política são mais sentidas.

Na realidade, a situação dos centros de saúde, a degradação das suas instalações, as carências gritantes de pessoal, a falta de meios e equipamentos e a ausência de estruturas é confrangedora!

Como se pode falar em qualidade de serviços, quando as instalações dos centros de saúde e extensões são andares de habitação ou instalações degradadas a funcionar em anexos ou pequenos cubículos? Só na zona norte da área metropolitana de Lisboa faltam mais de 30 centros de saúde e idêntico número de extensões e na península de Setúbal são necessários mais de duas dezenas!

Como se pode falar em prestação directa e humanização dos cuidados de saúde quando mais de 1,5 milhões de portugueses não têm médico de família e o número de docentes por médico chega a atingir os 2300, em vez dos 1500 considerados como desejáveis?

Só na península de Setúbal há mais de 200 000 habitantes sem médico de família! Na região de Lisboa e Vale do Tejo, para uma população estimada em cerca de 3 milhões de habitantes, segundo os dados disponíveis das estatísticas de saúde, havia apenas 3183 clínicos gerais e 1932 enfermeiros.

Técnicos de serviço social, com todo o grau de responsabilidade que têm em áreas como as da prevenção da doença, da toxicodependência e do acompanhamento social dos docentes, para toda a região, havia apenas 56!

Como pode a saúde ter um rosto, quando, Srs. Deputados, a par da degradação dos serviços e das condições desumanas a que estão sujeitos os trabalhadores, se verifica a ausência de um correcto projecto de carreiras que estimule a actividade profissional e se registam baixos níveis salariais praticados à generalidade dos profissionais do sector?

Se os números falam por si, não transmitem toda a dimensão da realidade vivida por milhares e milhares de cidadãos sem médico, nas longas bichas às primeiras horas da madrugada à porta dos centros de saúde, os meses — e mesmo anos! — à espera de uma consulta de especialidade ou da marcação dos meios de tratamento e diagnóstico.

Realidade que se repete dia após dia. Realidade que demonstrámos aquando da discussão do Orçamento do Estado e que procurámos corrigir através das propostas apresentadas e que reduziriam significativamente, se o PSD não as tivesse rejeitado, o enorme défice dos centros de saúde existentes nas áreas metropolitanas.

O comportamento do PSD é um mero reflexo da chocante insensibilidade do Governo na área dos cuidados primários de saúde!

E é neste quadro penalizante para os utentes que o Governo tenta impor o pagamento das taxas moderadoras, a diminuição das comparticipações e o aumento dos medicamentos, agravando ainda mais as precárias condições de vida das populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ser pobre em Portugal, particularmente nas áreas metropolitanas, não é uma questão de azar na vida ou de maiores ou menores capacidades de cada indivíduo. É, sim, um fenómeno que assume nas periferias das grandes cidades dimensões de flagrante flagelo social ao nível do quarto mundo!

A confirmá-lo, lembremos o meritório estudo realizado pela equipa da Dr.ª Manuela Silva sobre pobreza em Portugal, sob o inquérito às famílias em *habitat* degradado das zonas de Lisboa, Porto e Setúbal: nos 174 bairros degradados vive uma população estimada em 350 000 pessoas; 25% são crianças com menos de 10 anos; 11% são adolescentes e 18% são jovens entre os 15 e os 25 anos; 43% não têm qualquer grau de escolaridade e 25% não sabe ler nem escrever; 61% dos jovens não prossegue os estudos, além da instrução primária; 48% ingressam no trabalho com menos de 14 anos de idade e 14% começam a trabalhar com menos de 10 anos!

O Sr. Presidente: — A Sr. Deputada Apolónia Teixeira dispõe de 3,2 minutos cedidos pelo Partido Ecologista Os Verdes.

A Oradora: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Situação que se mantém e se agrava, como conclui o recente trabalho pioneiro, elaborado pela Dr.ª Manuela Silva, sobre pobreza infantil em Portugal.

Quando, no inquérito às famílias a viver em condições de *habitat* degradado, se verifica que só em Lisboa 56% das crianças com menos de seis anos não beneficiam de jardins-de-infância e 68% que frequentam o ensino primário não têm actividades ocupacionais, tem-se a dimensão exacta das carências existentes.

Estes dados, Sr. Presidente e Srs. Deputados, constituem um libelo acusatório à «democracia de sucesso» do Governo a uma política sem alma nem dimensão social.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Falam-se em milhões para as vias infra-estruturantes, mas omitem-se as graves carências em habitação. Só na área metropolitana de Lisboa faltam 350 000 fogos!

O nível de vida das populações mede-se pela satisfação das questões essenciais da saúde e da habitação, já não falando na educação. Nestas áreas registamos um défice enorme, como ficou demonstrado nas intervenções que aqui produzimos.

O Governo veio para esta interpelação confrontar-nos com promessas, com quilómetros de alcatrão e betão armado! Falou pouco das pessoas, falou pouco dos principais destinatários de uma política de desenvolvimento, harmonização e ordenamento de um território onde residem e trabalham 40% da população portuguesa!

Valeu a pena esta interpelação. Por nós, vale a pena continuar a propor e a lutar para que seja possível viver melhor nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Jorge Augusto Pires): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Haverá que reconhecer que se no plano individual e se para cada um de nós a saúde constitui, pelo menos tendencialmente, um valor absoluto, no plano do interesse colectivo esse valor, bem como toda a problemática que o envolve, têm de ser equacionados no contexto mais vasto dos problemas nacionais, com a objectividade e a frieza que a sua solução exige, mesmo quando são tão importantes como este. Tal não significa, bem pelo contrário, desvalorizar a importância da saúde e ainda menos subalternizar a solução dos seus problemas. Significa, sim, que a saúde e a política que prosseguir a sua defesa em nome do interesse colectivo tem de, num quadro de contenção generalizado a nível mundial e que impõe opções quantas vezes dolorosas, fundar essas mesmas opções no estudo criterioso e objectivo das diferentes necessidades, quer intersectoriais quer intra-sectoriais, que se lhe deparam. Estudo em que não cabe a validação de interesses que não sejam os da Comunidade.

De facto, têm-se verificado importantes melhorias nos níveis assistenciais e na qualidade da prestação de saúde, que resultam da execução de uma política pensada, programada e executada com rigor, em consonância com o Programa do Governo.

Nesta matéria, tem a nossa acção sido norteada por um conjunto de prioridades actualizáveis de acordo com as necessidades da população e com as pressões da procura.

No plano da avaliação das necessidades, da formulação das políticas alternativas que podem ser adequadas à sua superação e, sobretudo, em termos de soluções concretas, tem de ser ponderada em perspectiva nacional, regional e distrital, não comportando interesses que não sejam os do País, da saúde e da sua defesa.

As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto constituem um dos sectores onde uma política programada tem sido levada a bom termo. Recorde-se que, durante mais de três décadas, não se verificaram investimentos dignos de registo quer nos cuidados de saúde primários quer na área hospitalar, apesar do êxodo conhecido das populações rurais para os grandes centros.

Recentemente, estamos a assistir a alterações do ponto de vista demográfico nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto que justificam uma redefinição de objectivos. Este facto arrasta consigo a necessidade de reorganização dos serviços, de modo a obter um sistema integrado, caracterizado pela articulação entre os cuidados primários e secundários, e, em alguns casos, representa um corte com soluções do passado com os inerentes custos.

Assim, verifica-se uma deslocação das populações dos centros das cidades para as periferias, constituindo estas pólos de uma intensa procura de cuidados que temos de satisfazer. Estamos atentos a estas realidades e à necessidade de situar geograficamente as nossas unidades nos locais de maior fluxo populacional. Realizamos, assim, um dos mais importantes objectivos da política de saúde: prestar cuidados junto dos utentes!

Neste sentido, estão em construção e programados estabelecimentos de saúde, que assegurarão uma rede de cuidados eficiente e de qualidade nas áreas metropolitanas. É óbvio que não é possível resolver de um dia para o outro a recuperação da falta de investimento verificada nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto nas últimas décadas. Não há nesta matéria, como em nenhuma outra questão séria e responsável, passes de mágica que permitam resolver imediatamente problemas de tão grande dimensão.

Aliás, não é correcto imputar responsabilidades ao Governo pelas deficiências que ainda subsistem como sequelas pela ausência de políticas do passado, «muitas das vezes consequência das convulsões que a sociedade portuguesa sofreu, provocadas precisamente pela mudança social da década de 70».

Os recursos existentes, quer financeiros quer técnicos e humanos, têm de ter uma afectação realista, de acordo com as linhas programáticas definidas. De facto, se por todo o País estamos a executar uma política de correção das assimetrias regionais, que na saúde se revela na construção de novas unidades, na remodelação e reapetrechamento das existentes e na aquisição de equipamentos e distribuição correcta dos recursos humanos, as áreas metropolitanas são contempladas com os investimentos que progressivamente vão sendo afectados à satisfação das suas exigências, sem que tal facto prejudique o programa de correção das referidas assimetrias.

Os problemas de saúde nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto têm sido equacionados e têm de ser resolvidos no quadro daquelas preocupações de coerência e equilíbrio.

Julgo oportuno deixar alguns apontamentos de uma situação que, tendo evoluído positivamente graças a uma longa cadeia de contributos animada pelo Ministério da Saúde, carece de um maior desenvolvimento, a que certamente nos próximos anos iremos assistir.

Mas façamos uma caracterização das duas áreas metropolitanas.

Nos últimos cinco anos as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, com uma população mais jovem do que a média do continente mas com uma clara tendência para o envelhecimento, mercê do esforço que foi feito, viram, quer a taxa de mortalidade infantil quer a mortalidade específica das crianças de um a quatro anos, descer significativamente, com especial relevo para o distrito de Setúbal, em que esta taxa, em 1990, registava um valor de cerca de um terço do valor de 1985 (contrariando, portanto, algumas informações que têm sido dadas).

Registou-se também uma redução para quase metade da taxa de partos sem assistência qualificada, sendo apenas de 1% no Porto e 0,7% em Lisboa as mães que têm os seus filhos nestas condições.

Especificamente na área do Porto, a utilização das consultas externas é superior à média do continente, havendo igualmente uma utilização mais intensa do internamento e da urgência hospitalar, tendo-se atingido no último ano quase 6 milhões de consultas, ou seja, 3,6 consultas/utente/ano.

O número de centros de saúde, de médicos e de enfermeiros tem aumentado, dispondo a área metropolitana do Porto, em relação estes dois últimos indicadores, valores claramente superiores à média do continente.

Assim, existem ao nível dos cuidados de saúde primários 155 unidades e na área hospitalar há três hospitalais centrais, dois distritais e cinco do nível 1, para além

do Instituto Português de Oncologia (IPO) e de mais dois hospitalais psiquiátricos.

No quadro de desenvolvimento equilibrado da cobertura sanitária do País, mais quatro centros de saúde e quatro novos hospitalais distritais de nível 1 serão lançados no corrente ano, acrescentando-se aos que estão em diferentes fases de execução, como é o caso do Hospital de Matosinhos.

Há que salientar também os investimentos em curso no Hospital de Santo António, no Hospital de São João, no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e no novo Hospital de Matosinhos, bem como o lançamento, a breve trecho, dos Hospitalais da Feira e de Vale do Sousa e o Centro Materno-Infantil do Norte.

Também na área de oncologia irão entrar em funcionamento as novas instalações do IPO.

Ao nível de recursos humanos, nos últimos cinco anos aumentámos o número de médicos em quase 1200, o que dá uma *ratio* de um médico para 258 habitantes, assim como o número de enfermeiros para mais de 439, o que dá uma *ratio* de um enfermeiro para 375 habitantes.

Quanto à área metropolitana de Lisboa, num período de cinco anos há a salientar a evolução da taxa de mortalidade infantil, que desceu de 17‰ para 8,5‰.

A utilização das consultas externas é cerca de 10% superior à média do continente, havendo igualmente uma utilização mais intensa do internamento hospitalar, situação que já não se verifica na urgência, o que poderá traduzir uma oferta de cuidados programados mais consentânea com a procura. Face a isto, o nível de consultas na área metropolitana de Lisboa é de 4,3/utente/ano; o número de centros de saúde e extensões é de 297, existindo, para além disso, 26 centros de atendimento permanente; o número de médicos e de enfermeiros tem aumentado, dispondo a área, em relação a estes dois últimos indicadores, dos valores mais elevados do continente.

No quadro de um desenvolvimento coerente da cobertura sanitária do País, mais quatro centros de saúde e extensões e três novos hospitalais serão lançados para efeitos de substituição ou de renovação ainda durante o corrente ano, acrescentando-se, como é evidente, aos que estão em diferentes fases de execução, como é o caso do hospital da linha Amadora/Sintra. Aproveito para informar o Sr. Deputado João Amaral, que talvez não tenha visto o PIDDAC, de que aí está incluída a obra do Centro de Saúde de Cascais, com 150 000 contos, e o Centro da Brandoa, em substituição do Centro da Damaia, visto que temos de atender a determinadas prioridades.

O Sr. João Amaral (PCP): — Ah, em substituição!

O Orador: — Além do de Linda-a-Velha e do Casal de Cambra, se quiser saber.

Ainda dentro desta profunda fase de remodelações, não posso deixar de referir a transformação operada na rede hospitalar de urgências da cidade de Lisboa, onde se conseguiu, a par de uma melhoria qualitativa, assinalável humanização da prestação de cuidados. Jamais ouviremos falar dos «corredores da morte» de São José, tantas vezes invocados!

O panorama sumariamente descrito, a traços largos, de evolução positiva no contexto das necessidades identificadas, não é só apanágio das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Os sinais de progresso enumerados encontram-se um pouco por todo o País, contrapondo-se a manchas, que afirmamos cada vez menores, de questões

que, constituindo prioridades identificadas e calendarizadas, continuarão a ser atacadas.

A nível nacional, temos desenvolvido e lançado programas verticais, no sentido de melhorar significativamente a prestação de cuidados, tendo em vista a humanização, a acessibilidade e a qualidade. São disso exemplos o programa materno-infantil, o programa oncológico nacional, o programa de transplantes, o programa de combate às listas de espera, entre outros tantos que estão em curso.

Na área dos equipamentos de saúde, a conclusão ou lançamento de 15 novos hospitalais, de dezenas de centros de saúde e de extensões, a recuperação de mais de 20 hospitalais concelhios, a modernização dos equipamentos com o que há de tecnologicamente mais avançado, é a resposta eficaz a um projecto do Governo, que dia a dia se vem consolidando para bem dos Portugueses.

Assiste-se, efectivamente, a uma fase de remodelação sem precedentes na história das instituições de saúde portuguesas. Não digo com isto que tudo esteja feito, uma vez que muito há para fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só a completa cegueira política e a despudorada arrogância poderão ignorar esta realidade em matéria de melhoria de cuidados de saúde nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa.

Termino fazendo votos de que a presente interpelação represente um olhar sério e responsável sobre a saúde nas referidas áreas metropolitanas e não tribuna de propaganda de um qualquer interesse político-partidário.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Maia.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Sr. Presidente, desde já gostaria de fazer o seguinte contrato: partilhar os quarenta e oito segundos de que o PCP dispõe com o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. Presidente: — A Mesa accita esse contrato.

Risos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A intervenção do Sr. Secretário de Estado merecia-nos uma réplica profunda, mas, dado que não dispomos de tempo, apenas lhe coloco uma questão exemplar dos sucessivos adiamentos e falta de concretização das promessas que vão anunciando: é o caso do Centro de Saúde de Palmela.

Como o Sr. Secretário de Estado sabe, já foi contemplada uma verba no PIDDAC para este Centro de Saúde. Porém, desapareceu daí e consta que foi transferida para a ARS de Setúbal. Ora bem, o Centro de Saúde continua a não ser construído, pelo que pergunto: o que se passa, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde: — Sr. Deputado José Manuel Maia, como certamente esteve com atenção à minha exposição, ouviu, com certeza, que referimos a necessidade de dar prioridade e de, muitas vezes, adaptar os nossos programas à evolução que o último censo revelou.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não me diga que a população de Palmela vai diminuir!

O Orador: — Temos de adaptar os investimentos e estabelecer prioridades, porque não há recursos financeiros que cheguem para fazer tudo de uma só vez. Já aqui foi referido que «Roma e Pavia não se fizeram num só dia». Temos um programa que foi feito e pensado seriamente e, certamente, o Centro de Saúde de Palmela surgirá quando a prioridade respectiva for contemplada.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr Presidente, Srs. Deputados: Julgo que, nesta tão importante matéria, não podemos perder nem sequer seis minutos, por isso aproveito-os, abusando talvez da vossa paciência, mas utilizando o tempo que nos foi atribuído, para dizer, em jeito de conclusão, o seguinte: os problemas que afectam a vida nas áreas metropolitanas constituem um dos conjuntos de questões de maior importância e de mais difícil solução no nosso século. Por isso, não podem ser abordados, como demonstrarei, de forma simplista, tentando responsabilizar por eles uma só entidade, seja o Governo ou qualquer outra, quando, no fundo, as oposições, como também demonstrarei, reconhecem a sua co-responsabilidade nesta matéria.

Verifico, com mágoa, que o partido interpelante esqueceu alguns aspectos essenciais. Em primeiro lugar, esqueceu que as questões urbanas são um fenómeno universal, que assumem em todo o mundo extraordinária gravidade, bem maior do que em Portugal. Sem esquecer as imensas megalópoles dos países do Sul e no desastre social, económico e ecológico que é a vida urbana nos países da Europa que foram governados longamente por partidos comunistas, são conhecidos os problemas, velhos e novos, com que se debatem as áreas urbanas em toda a Europa e na América do Norte. O crescimento demográfico, a libertação dos excedentes populacionais, nomeadamente devido ao aumento da produtividade na agricultura, a industrialização, primeiro, e o desenvolvimento do sector terciário, depois, a procura de emprego e de uma vida melhor, a consciência de que é difícil encontrar fora das cidades quer um conjunto de funções que respondam às aspirações multifacetadas das pessoas no nosso século quer a massa crítica, que é a alavanca da inovação e do desenvolvimento, que constituem as populações urbanas, tornaram imparável o afluxo das populações às grandes cidades.

A sociedade moderna é, pois, essencialmente urbana; produz cada vez maiores conjuntos demográficos, das metrópoles às megalópoles, mas não é capaz de os ordenar e de garantir a qualidade de vida, apesar de, no espaço urbano, interagirem actores sociais que condensam a experiência histórica de toda a humanidade e a sua capacidade de inovação. Do afluxo resultam problemas graves, alguns dos quais paradoxalmente acentuados pela elevação do nível de vida. E é este paradoxo que gostaria que VV. Ex.^{as} não esquecessem: à medida que se eleva o nível de vida, pelo que todos lutamos, agravam-se determinados problemas — a habitação escassa ou degradada, a compartimentação de território entre zonas de serviços com os correspondentes movimentos pendulares, desertificação dos centros históricos, congestionamento, asfixia, poluição, velhas e novas formas de pobreza — e o resultado é a

solidão, a toxicodependência, o stress, a baixa qualidade de vida, a desumanização. Tudo isto explica que a mais baixa qualidade de vida se verifique hoje em Portugal nas periferias de Lisboa e do Porto, mas penetrando Lisboa e Porto.

Durante décadas, como já foi dito, pouco se investiu. O PSD começou a dar e dá hoje particular atenção à recuperação do passado, no sentido de evitar os terríveis fenómenos de outras urbes — a violência selvagem, o aparecimento de verdadeiras ilhas, de *ghettos*, segregados e impenetráveis. Reafirma-o claramente nos programas eleitorais nacional e das distritais, como, por exemplo, no da área metropolitana de Lisboa, e esse desiderato veio a ser consubstanciado no Programa do Governo. Claro que estas promessas, Sr. Deputado Luís Sá, são para cumprir nos próximos quatro anos — V. Ex.^a citou os programas apresentados há poucos meses mas, como é evidente, o cumprimento levará alguns anos. Contudo, quer no reforço da prioridade à habitação e às questões ambientais, quer no ordenamento do território, quer no desenvolvimento dos aglomerados urbanos intermédios pelo País fora, tudo isto está a ser feito e certamente se continuará.

Mas tudo isto tem um objectivo essencial para nós, que eu queria referir, e que resulta das intervenções do PSD e do Governo: a promoção dos valores fundamentais, nomeadamente a dignidade da pessoa (nós não trabalhamos em abstrato para fazer coisas bonitas ou feias — trabalhamos para pessoas concretas e foi o PSD que conseguiu, com o apoio de outros partidos, sem dúvida, que este valor essencial figurasse no artigo 1.º da Constituição), o seu bem-estar, o seu nível educativo, que são condições do pleno exercício da sua liberdade e da sua dignidade no nosso tempo.

Como escreveu o Prof. Paolo Portoghesi, as cidades são elo entre o passado e o futuro: nelas reside uma grande parte do chamado direito à memória. Por isso queremos fazer delas algo diferente daquilo que recebemos há poucos anos.

Que concluir, pois, deste debate? Por mim, concluirei o seguinte: em primeiro lugar, que a gestão das áreas urbanas é um exercício de equilíbrio delicado entre o passado e o futuro, entre o ordenamento e a iniciativa privada, entre as responsabilidades públicas e privadas, entre a administração central e a local — e lembraria aqui o princípio da subsidiariedade (que parece que, sobretudo, os Deputados do PCP esqueceram), segundo o qual a administração central só deverá fazer o que os cidadãos e a administração local não puderem fazer melhor. Em segundo lugar, concluiria que não ficou provado que fosse possível responsabilizar o Governo pelo conjunto destes problemas; não ficou provado que fosse possível fazer mais e mais rapidamente ou que não tivesse sido feito o possível nos, para tão grande tarefa, escassos anos em que o PSD está no Governo; não foi dito onde se iriam buscar os meios necessários, onde se iriam retirar meios necessários para aumentar as verbas disponíveis para estes gigantescos investimentos — como sabem, os investimentos nas áreas metropolitanas medem-se por dezenas e, por vezes, por centenas de milhões de contos — onde ir buscá-los? Ninguém respondeu a esta questão.

Quais as prioridades para as oposições? Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. No entanto, também não explicaram quais as suas prioridades. As oposições reconheceram, em especial o PS, a complexidade das questões e afirmaram que, por isso, só se resolvem através da cooperação. Daí decorre que reconhecem que não pode

competir ao Governo fazer tudo e que, portanto, não pode ser o único responsável pela solução das questões urbanas. Deste modo, reconhecendo a complexidade das questões e apelando à cooperação, reconhecem explicitamente (não diria implícita mas sim explicitamente) que a responsabilidade é partilhada, logo, é sua também, e que, evidentemente, não podem pretender querer ter só os louros mas têm de partilhar igualmente os ónus desta problemática, muito delicada e muito complexa. O PSD e o Governo, por seu lado, manifestaram-se abertos à cooperação. Dissemos, pela voz do Sr. Deputado Falcão e Cunha, que esperávamos que as áreas metropolitanas fossem verdadeiros centros de concertação ...

Aplausos do PS.

Folgo muito por ver que temos o apoio de algumas bancadas da oposição.

Não esqueçamos, por isso, Srs. Deputados, o essencial, que, às vezes, se perde na política «politicaria» e no ataque permanente que faz lembrar o Eça — o que é preciso é desancar alguém e, como já não há o Rei de Túnis, desanca-se alguém, esquecendo que a responsabilidade de que tratamos hoje ultrapassa a própria classe política e que é uma responsabilidade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que está em causa é o bem-estar, a qualidade de vida e o futuro de quase metade dos portugueses. A nossa democracia ultrapassou já vários desafios; a questão, agora, é esta: é em conjunto, porque à distância de algumas décadas ou de alguns séculos, que seremos julgados! Em conjunto é que seremos responsabilizados pelo que fizermos nesta complexa matéria! Só desejo que as oposições façam nas questões urbanas, nas autarquias ou noutras instâncias, a sua parte tão bem como nós, Governo e PSD, nos comprometemos a fazer a nossa.

(O orador reviu.)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, nos termos do artigo 241º, n.º 4, do Regimento da Assembleia da República, vamos encerrar este debate, que, como sabem, termina com as intervenções de um Deputado do grupo parlamentar interpelante e de um membro do Governo, que o encerra.

Sendo assim, para uma intervenção, em nome do grupo parlamentar interpelante, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Secretários de Estado, Srs. Deputados: Da nossa parte, Grupo Parlamentar do PCP, propúnhamo-nos três objectivos com esta interpelação ao Governo sobre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Propúnhamo-nos chamar a atenção da Assembleia da República sobre a cidade, sobre a grande urbe e a sua larga banda de específicos problemas.

Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto vivem e trabalham mais de 40 % dos portugueses e portuguesas. Sem risco algum, pode aqui garantir-se que, no entanto, essas áreas metropolitanas não concentram nada que se pareça com 40 % da atenção que os órgãos de soberania reservam aos problemas chamados locais e regionais.

A necessidade de corrigir o excessivo peso administrativo do Centro, particularmente de Lisboa, levou — e

bem! — à formação de uma consciência e de uma cultura anticentralistas. Mas e aqui mal! — essa consciência anticentralista, que surgiu no plano do peso administrativo, deslizou depois para os planos económico, social e cultural. De anticentralista passou a antilisboeta e anticitadina.

É uma postura que — todos o percebemos bem! — conformou e conforma o espírito e a ação de vários professores que têm marcado a vida política portuguesa ao longo deste século...

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Orador: — É altura de desfazer mitos que carregam o nosso estar colectivo neste final de século.

A grande cidade, as áreas metropolitanas, não são nem o pecado nem o paraíso!

A estreita faixa de terra que constitui Portugal, cercada de Espanha em toda a fronteira terrestre, vocacionou-nos para o mar. Toda a nossa vida económica internacional ao longo de séculos — e ainda hoje — passa pelo mar e pelo comércio marítimo.

Na geografia do País as excelentes embocaduras dos grandes rios, do Tejo e do Douro, tinham forçosamente de marcar um espaço determinante do desenvolvimento.

O processo de industrialização, fortemente acelerado ao longo deste século, foi também condicionado por esta realidade. Mas as áreas metropolitanas formaram-se e expandiram-se de forma caótica, desordenada. Centenas de milhar de portugueses foram, neste século, tirados dos campos por uma crise agrícola profunda e entregues à exploração pela grande indústria nascente, sem nenhuma condições de vida, de habitação, de transportes, de saúde, em situações tantas vezes infra-humanas.

Desfaça-se esse outro mito nacional: as grandes cidades não são sinónimo de bom viver! Pelo contrário: haja coragem, como se fez ao longo desta interpelação, de dizer que se vive mal, que se vive muito mal nestas áreas metropolitanas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Crecio que quanto a este primeiro objectivo a interpelação logrou, efectivamente, centrar a atenção da Assembleia sobre esta problemática.

Mas com a interpelação, o PCP propunha-se, em segundo lugar, confrontar o Governo com as suas responsabilidades na situação de bloqueio que se vive nas áreas metropolitanas.

O diagnóstico é pesado para o Governo!

O País viveu, nos últimos sete anos, uma conjuntura fortemente favorável, em todos os planos. Sete anos, Srs. Deputados, é tempo bastante, mais do que suficiente, para caracterizar uma política.

Ao longo deste tempo, o Governo manifestou um claro desinteresse pelos problemas das áreas metropolitanas ou, pior ainda, uma grande incompreensão desses problemas.

A habitação, por exemplo, uma questão nodal, foi abandonada à sua má sorte. Não há promoção pública de habitação social; não há programas de substituição das barracas que em número de dezenas de milhar povoam esta área; o preço das casas, nas áreas mais centrais, atingiu preços de completa loucura, preços que só mostram como se têm agravado as desigualdades do nosso país e como tem proliferado uma camada de especuladores a quem o dinheiro nunca custou a ganhar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A rede viária está num atraso inadmissível. Atraso mesmo face aos calendários que o Governo se propôs e que punham as circulares a estarem hoje praticamente prontas. A verdade é que das circulares, essenciais e prioritárias, por razões óbvias, pronto não há nada!

No caminho de ferro, a linha de Sintra é o descalabro; o Metro continua na sua versão mini; a renovação das frotas está atrasada.

Quanto aos grandes projectos sobre o ambiente, ou são atrasados, como o do saneamento da Costa do Estoril, ou são insuficientemente apoiados, como o da recuperação do rio Trancão, ou não existem, como o contrato-programa para o saneamento básico na zona do Porto, ou, então, passam para a zona das afirmações tontas e irresponsáveis de políticos cujo objectivo essencial é o de aparecerem nos jornais, mesmo que seja a fazer propaganda de um qualquer detergente!

Mas é nas áreas marcadamente sociais que a política do Governo transparece com mais nitidez na sua desumanidade e crueldade.

O exemplo do sector da saúde, aqui já objecto de análise, mostra isso à evidência.

É preciso o Governo ter atingido níveis inauditos de insensibilidade para deixar permanecer situações como as que se vivem em vários centros de saúde de toda esta zona.

Visitei o Centro de Saúde do Cacém na semana passada. As parcias instalações de um modesto edifício de habitação, nos seus pequenos quartos e cozinhas e nos seus estreitos corredores, servem uma população que flutua entre 60 000 a 80 000 habitantes. Situações como as do Centro de Saúde do Cacém espalham-se por outros centros de saúde no Porto e na península de Setúbal.

Os funcionários dos centros esforçam-se, mas que podem fazer, eles que dão a cara no contacto diário com os utentes, respondendo por uma política que não é a deles e que eles próprios acham errada? Que política governamental é esta que trata as pessoas desta maneira?

A política do Governo para as grandes áreas metropolitanas liga bem com a paisagem urbana degradada e agressiva que apresentam. Pode ser uma política para números de contribuinte, não é uma política para os cidadãos!

A interpelação deixa, assim, claras as responsabilidades do Governo.

Como terceiro objectivo, propúnhamos e visávamos contribuir para o avanço das soluções necessárias com a configuração de propostas e de linhas de actuação, com este debate pensado como uma «pedrada» no charco dos imobilismos e adiamientos.

Claro que o debate motivou os políticos que viram os riscos de lhe subestimarem a importância. Demonstra-o a alta representação do Partido Socialista e demonstra-o também a significativa presença do Governo e o discurso de rei Midas, que o Sr. Ministro Ferreira do Amaral aqui produziu.

Das palavras ficámos cheios. E os actos? Mostrou o Governo compreender os desafios cada vez mais complexos que representa a vida nas áreas metropolitanas?

Vejamos, por exemplo, o caso da segurança das populações.

Participei num colóquio organizado há duas semanas na freguesia de Queluz e ouvi relatos concretos de situações de medo. Alguém contava que, quando soube que a polí-

cia tinha morto um jovem delinquente, não resistiu a dizer: «Ainda bem.» Mas, depois, essa mesma cidadã penitenciava-se e dizia: «Que se passa nestas áreas desprotegidas e devassadas, que se passa, que adultera valores, a solidariedade devida a todos, que torna as pessoas egoístas, fechadas sobre si mesmas, que torna as famílias numa espécie de bunkers?»

Perante a proliferação da criminalidade, da droga e desse estranho fenómeno, que é o de toda a gente saber quem vende droga e nenhuma autoridade tocar nessas pessoas, perante tudo isto, qual a reacção da Administração?

Faltam esquadras, faltam efectivos policiais, faltam meios. A capacidade de reacção é reduzidíssima. Ouvi contar nesse colóquio que cinco andares de determinado prédio foram assaltados e que nenhum dos habitantes achou que valia a pena ir à esquadra da polícia fazer uma participação.

Perante isto, o que faz o Ministério da Administração Interna? Cancela o programa de criação de novas esquadras.

Srs. Deputados, não se entende que, nesta fase, essa decisão é completamente inadequada e provoca maior insegurança? E o Ministério da Educação, que diminuiu o pessoal auxiliar e não garante a segurança das escolas?

A forma desastrada como o Governo encara esta questão nodal da segurança das populações mostra um governo que não entende o que se passa nestas áreas metropolitanas no plano das carências sociais e que, por isso, não está à altura de resolver os problemas.

O teste pode fazer-se. Fazemos alguns desafios.

Primeiro desafio: o ordenamento das áreas metropolitanas exige, desde logo, o desenvolvimento integrado e harmonioso do País como um todo, procurando o desenvolvimento das diferentes componentes e fazendo cessar a pressão demográfica sobre Lisboa e Porto. Peça básica desse processo é a criação das regiões administrativas.

Fica aqui o desafio: está o Governo disposto a assumir o compromisso com o PSD, aqui, na Assembleia, de fazer avançar de imediato esse processo de criação?

Segundo desafio: o investimento público nas áreas metropolitanas, ao contrário do que se pretende fazer crer, tem estado muito abaixo das necessidades de zonas que abrangem, no seu conjunto, 40 % da população.

A realidade é esta: a captação nacional do PIDDAC é de 34 contos e a captação dos investimentos do PIDDAC, por exemplo, no território da área metropolitana de Lisboa, não ultrapassa os 25 contos — o que corresponde aos problemas que o Sr. Deputado Pedro Roseta referiu acerca dos muitos dinheiros que são necessários —, isto é, estamos 30 % abaixo da média nacional na área metropolitana de Lisboa!

Num tempo em que vão seguramente aumentar as fontes de financiamento, pergunto se é ou não necessário aumentar significativamente o investimento nas áreas metropolitanas para valores — sejamos francos! — que devem atingir, pelo menos, o dobro daquilo que é actualmente afectado a estas áreas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Terceiro desafio: há enormíssimos atrasos nos problemas de construção de centros de saúde e no que toca à segurança das populações. É necessário um programa de emergência, de construção de centros de saúde, de esquadras, de medidas contra a droga, de protecção e de segurança das escolas.

Quarto desafio: o problema da habitação.

O desafio é este: compromete-se ou não o Governo a um programa concreto, quantificado e calendarizado de construção de habitação social, que, num horizonte razoável, resolva o défice existente?

Srs. Deputados, brevemente, as novas estruturas — área metropolitana do Porto e área metropolitana de Lisboa — vão entrar em funcionamento.

O indigitado presidente da junta metropolitana de Lisboa, o meu camarada Daniel Branco, assinalou aqui, no início desta interpelação, o papel que lhes está reservado. Sem dúvida que vão ser estruturas importantes para a compatibilização de programas, para a coordenação de esforços, para a hierarquização de prioridades, para a orientação de investimentos e para a gestão de programas comuns.

Mas as responsabilidades do Governo e da administração central e a fragilidade e mesmo ausência de resposta do Governo continuará a ser, Srs. Deputados, o maior obstáculo ao desenvolvimento destas zonas, numa perspectiva de bem-estar e de qualidade de vida.

Do bem-estar e de qualidade de vida dos mais de 4 milhões de pessoas que nelas envolveram o seu quotidiano; dos homens e das mulheres, que fazem aqui, concretamente com o seu trabalho, a sua riqueza; dos idosos, que aqui deviam ter não a exclusão que a paisagem urbana lhes reserva mas a tranquilidade e inserção a que têm direito; das crianças, vítimas primeiras das prolongadas permanências diárias fora de casa dos seus pais e sem sistemas de apoio suficientes; dos jovens, para quem a vida deveria aparecer não com a perspectiva cinzenta e agressiva que pauta o dia a dia, mas antes como uma janela aberta para o futuro.

Srs. Deputados, termino dizendo o seguinte: creio que é possível mudar profundamente esta situação; creio que é possível mudar para melhor as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate a que acabámos de assistir não trouxe elementos novos ao processo de constituição dos órgãos que hão-de guarnecer as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O Governo cumpriu o que prometeu em relação à constituição de uma figura jurídica especial que permite a cooperação municipal em moldes potencialmente eficazes e segundo um esquema evolutivo que acomoda a absorção gradativa de novas competências. A oposição chamou a atenção para os protagonistas que pretende destacar para esses órgãos, fez as queixas habituais relativamente àquilo que o Governo, em seu entender, deveria ter feito, mas nada acrescentou de relevante em relação àquilo que os próprios municípios já fizeram ou estão em vias de fazer para melhorar a vida dos habitantes das áreas metropolitanas, conservar o seu património e pô-las a funcionar no alto padrão de qualidade que há-de transformá-las em motores do desenvolvimento do País.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Isso foi escrito ontem, não foi?

O Orador: — Não, foi escrito hoje.

Continuando, direi que o diagnóstico é conhecido e tem sido repetido por nós próprios, muitas vezes. A atração demográfica que faz dessas áreas grandes concentrações humanas tem de ser reorientada, vitalizando outros centros urbanos, de modo a equilibrar as condições de vida de todos os portugueses, garantindo ao maior número o acesso a funções que estão ligadas ao seu nível e à sua qualidade de vida.

Todavia, nas áreas metropolitanas têm de ser desempenhadas funções vitais para o conjunto, que dependem de muitos factores que reclamam uma grande convergência de actuações por parte das instituições que têm por encargo garantir a fluidez de muitos tráfegos: o das pessoas, o das mercadorias, o das ideias, o das inovações... Por outro lado, os espaços ocupados têm de ser respeitando exigências grandes de qualidade, porque as actividades que acolhem pressupõem a existência de condições muito atraentes, capazes de suportar, com sucesso, a grande concorrência internacional que, neste domínio, existe.

Já justifiqui, na minha intervenção de abertura, por que deve assentar numa cooperação intermunicipal e entre os municípios e a administração central a essência das acções a levar a efeito. Não vou repetir os argumentos. Gostaria, no entanto, que ficasse claro que, tal como eloquentemente é demonstrado em outras áreas metropolitanas europeias, o segredo do sucesso decorre da capacidade de cooperação entre todos os agentes com responsabilidades na condução de sistemas tão complexos como elas são.

No que respeita à armadura institucional prevista, tudo indica que acertámos no modelo escolhido; a sua estrutura parece ser consensual e o calendário da instituição dos diversos órgãos tem sido escrupulosamente respeitado.

Falta agora ver como, na prática, se comportam os diversos «actores» com responsabilidades na concretização das muitas realizações que têm de ser levadas a cabo.

O Governo demonstrou, claramente, que tem ideias e que as está a pôr em prática. Viu-se a diferença entre os níveis de realização antes e depois de 1986, nomeadamente no que respeita a vias de comunicação e a equipamentos de saúde, de segurança social, de ensino superior, etc.

Importa agora assegurar que as muitas infra-estruturas e equipamentos que têm de ser realizados por articulação dos órgãos municipais entre si e destes com a administração central o sejam oportunamente e eficazmente.

Parece haver uma grande preocupação com a disponibilidade de fundos e eu estou muito mais preocupado com a existência de bons projectos, porque a experiência dos últimos anos demonstra que não ficaram por apoiar infra-estruturas ou equipamentos solidamente fundamentados e com bons projectos de execução.

Felizmente, dispomos de ajudas comunitárias de vulto que nos permitem realizar muitas obras. Mas estas têm de demonstrar, previamente à sua execução, que são úteis, que têm escala adequada às funções para que são construídas, que está definido o modo de as explorar e que correspondem a ideias claras para o conjunto dos muitos empreendimentos que devemos articular entre si.

Parece-me extemporâneo estar a clamor por uma garantia de disponibilidade de fundos, quando ainda não há quantificações respeitantes aos projectos que se quer executar nem estes estão mesmo definidos.

Só a desculpa fácil o protesto contra a falta de comprometimento do Governo a respeito de financiamentos que ainda não se sabe para que são. Parece-me, pelo contrário, mais ajustado que se discuta muito acerca dos objec-

tivos que se tem em mente e das obras que hão-de permitir atingi-los. Na sequência virá o cômputo dos custos, a definição de prioridades, a aferição de montantes globais, uma eventual redefinição dos programas e, finalmente, o acordo em torno daquele que, sendo exequível, corresponde ao que mais consenso gera.

Para isso é mais importante demonstrar capacidade de diálogo do que vontade de afirmação individual. Para procurar a escala adequada em muitas realizações é necessário exhibir vontade de colaboração e persegui-la sistematicamente. A ideia da constituição de uma área metropolitana que funcione tem de ser mobilizadora de muitas energias e do apagamento de muitas divergências. Não é, seguramente, pela recriminação mútua que se chega a resultados que satisfaçam as populações. É o bem-estar destas que tem de impelir todos à concertação.

Que o tema é, de facto, mobilizador demonstra-o o entendimento que tem havido em torno da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da área metropolitana de Lisboa, mandado executar pelo Governo, através da Resolução n.º 21/89, de 15 de Maio, do Conselho de Ministros, e a adesão pronta dos autarcas ribeirinhos do Douro à minha proposta, para se preparar um plano de ordenamento da zona envolvente do rio e visível do seu curso.

Trata-se, agora, de passar das intenções de entendimento à prática que pressupõe uma vontade.

Ninguém nos perdoará, no futuro, que não estejamos todos à altura do desafio que ele nos põe. Se alguns de nós se perderem em discussões estéreis ou em afirmações retóricas, com outros fins que não o bem-estar e o progresso das populações metropolitanas, dar-se-á fundamento à crítica histórica de não sabermos ultrapassar diferenças menores para nos unirmos em torno de objectivos maiores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não é esse o propósito do Governo! Tudo continuaremos a fazer para nos entendermos com os autarcas e com eles procurar as fórmulas técnicas, administrativas e financeiras que permitam concretizar as grandes obras que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto precisam para funcionar bem. Repito, «as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto», sublinhando a do Porto, que quase ia sendo ignorada nas intervenções do PCP e do PS, durante esta interpelação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Orador: — Esperemos que, ultrapassada a fase de vontade de afirmação, se entre numa outra mais frutuosa de vontade de cooperação. Por parte do Governo, reafirmamo-la de novo. É isso que as populações, que servimos, esperam de nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esgotada a ordem do dia, resta-me informar que a próxima reunião realizar-se dia 26, quinta-feira, às 15 horas, com período de antes da ordem do dia, havendo eventuais declarações políticas, e do período da ordem do dia constarão as dis-

cussões da proposta de resolução n.º 3/VI, assim como da proposta de lei n.º 22/VI e do projecto de lei n.º 1/VI (PS) e, eventualmente, haverá votações.

Devo acrescentar que os tempos atribuídos a cada uma das formações partidárias foi acordado entre os representantes dos grupos parlamentares e o Governo, podendo ser utilizados livremente por cada uma das formações.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António José da Mota Veiga.
Guilherme Rodrigues Silva.
Jaime Gomes Milhomens.
José Ângelo Correia.
Manuel Baptista Cardoso.
Maria Margarida de Sousa.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS):

Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel Costa Candal.
João António Gomes Proença.
José Manuel Magalhães.
Luís Filipe Madeira.
Mário Manuel Videira Lopes.
Rogério Serafim Martins.

Partido Comunista Português (PCP):

Daniel dos Reis Branco.
Octávio Augusto Teixeira.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Correia Vairinhos.
Carlos de Almeida Figueiredo.
Dinah Serrão Alhandra
Fernando Gardoso Ferreira.
Hilário Azevedo Marques.
José de Almeida Cesário.
José Mário Lemos Damião.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Manuela Aguiar.
Mário Belo Maciel.
Miguel Fernando Relvas.
Vítor Percira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto de Oliveira e Silva.
António Domingues Azevedo.
Elisa Maria Ramos Damião.
Maria Santa Clara Gomes.
Raul Fernando Costa Brito.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicar-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 312\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex.